

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 1 de Dezembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1095 • Director: Carlos Brito

Morreu
Lopes
Graça

Pág. 16



Conferência Nacional do PCP

REFORÇAR E RENOVAR!



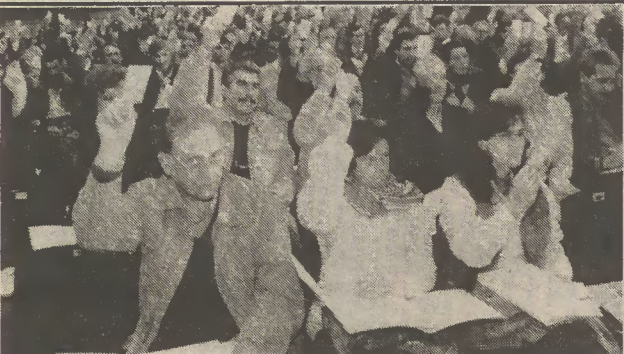
Neste número:

Suplemento com a Resolução da Conferência,
discursos, intervenções e reportagem

Avante!

Por ser feriado no dia 8
de Dezembro, o nosso jornal
sairá na véspera.

Editorial **Passar à prática!**



Realizou-se a Conferência Nacional do PCP, na Voz do Operário

RESUMO

23 Quarta-feira

Carvalho da Silva defende, no Porto, a reconversão da CP num sentido diferente da reestruturação pretendida pelo Governo e administração ■ Primeiro dia de debate da proposta de Orçamento de Estado para 95, na Assembleia da República ■ Na refinaria da Petrol, em Cabo Ruivo, ocorre um incêndio provocado pelo desmantelamento de condutas de resíduos petrolíferos ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros pede um adiamento da cimeira lusófona, depois de um pedido de Angola ■ A Comissão Europeia lembra que a recuperação da economia dos Doze não reduz por si só o nível de desemprego ■ Berlusconi anuncia a venda das suas empresas ■ Em resposta a bombardeamentos de instalações militares sérvias por aviões da NATO, o exército sérvio bloqueia os movimentos dos capacetes azuis e ameaça com a «guerra total».

24 Quinta-feira

Os gerentes do Aquaparque, em Lisboa, são acusados pelo Ministério Público de «homicídio por negligência», no caso das duas crianças mortas em 93 ■ Após uma manifestação de estudantes, a Universidade de Díli é cercada por forças policiais ■ Rui Mingas diz que só faz sentido discutir o estatuto de Jonas Savimbi sabendo onde ele está ■ Joaquim Chissano recebe Afonso Dhlakama, para um encontro «sem agenda» ■ Intensifica-se a ofensiva de sérvios bósnios e de muçulmanos secessionistas sobre o enclave muçulmano de Bihac ■ Yasser Arafat e Yitzhak Rabin encontram-se em Oviedo, em Espanha.

25 Sexta-feira

O semanário «O Independente» dá notícia de uma alegada venda de armas ao Governo de Luanda e uma lista de operações de manutenção militar em Angola pelas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em 93 ■ O Orçamento de Estado para 95 é aprovado com os votos do PSD ■ O Conselho Económico e Social chumba o parecer que aconselhava o Governo a alterar o diploma sobre a regularização das dívidas ao fisco e à Segurança Social ■ Os timorenses que ocuparam a embaixada dos EUA em Jacarta chegam a Lisboa ■ A cidade de

Bihac cai em poder dos sérvios da Bósnia e da Krajina ■ O Japão revela as suas reservas de plutónio.

26 Sábado

Realiza-se a Conferência Nacional do PCP, em Lisboa ■ É anunciado na imprensa que o BPA terá prestado informações ao Ministério das Finanças sobre movimentos bancários de Luís Nobres Guedes ■ O Hamas realiza uma manifestação pacífica em Gaza ■ Os sérvios da Bósnia lançam um ultimato ao exército bósnio muçulmano para se renderem até às 20 horas ■ A ONU vota ataque da NATO a alvos sérvios bósnios ■ O interrogatório de Silvío Berlusconi pelos juizes da Operação Mãos Limpas é adiado para data indeterminada.

27 Domingo

Morre o compositor Fernando Lopes-Graça ■ É anunciado que o director da ONU para o Pacífico e Ásia-Oriental vai deslocar-se a Lisboa, Díli e Jacarta, em Dezembro ■ William Perry reconhece a «superioridade militar» dos sérvios, enquanto Zagreb coloca o seu exército em alerta ■ A oposição chechena fracassa na sua tentativa de tomar o poder em Grozny, acabando por abandonar a cidade ■ Realizam-se as eleições presidenciais, no Uruguai ■ Peritos europeus concluem, em Haia, que é necessária legislação sobre a circulação de tecidos humanos.

28 Segunda-feira

Em visita oficial a Marrocos, Mário Soares encontra-se com o rei Hassan II. No país está também Nelson Mandela, aguardando-se um encontro entre os três para discutir a situação em Angola ■ Inicia-se uma greve dos médicos do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão ■ O porta-voz da resistência timorense, Ramos-Horta, denuncia publicamente as precárias condições de vida dadas aos timorenses chegados sexta-feira de Jacarta e refugiados no nosso país ■ Na Noruega um referendo sobre a adesão do país à União Europeia dá a vitória ao «não» ■ Yasser Arafat e Shimon Peres iniciam as negociações sobre a segunda fase da implementação do acordo de paz.

EDITORIAL

Passar à prática!

Realizada de forma positiva a Conferência Nacional, é agora a prática que verdadeiramente decidirá do seu sucesso, traduzido na efectiva renovação e reforço da organização e intervenção do PCP junto dos trabalhadores.

Levar agora à prática com empenhamento e determinação as conclusões, as orientações, as medidas, as sugestões e as pistas aprovadas e levantadas pela Conferência é, assim, a grande e inadiável tarefa que decorre da realização desta e está pressuposta nos seus trabalhos.

Como foi abundantemente salientado na Conferência, não há receitas mágicas que tudo resolvam, mas há, isso sim, depois da Conferência, uma mais clara consciência dos problemas e uma linha segura visando a sua superação, que implica concentração nos objectivos, perseverança e trabalho.

A renovação e o reforço das organizações de base do PCP no seio dos trabalhadores exige, nomeadamente, como a Conferência demonstrou e apontou, medidas de direcção e afectação de quadros, melhoria da coordenação nacional, intensificação do recrutamento, melhor inserção orgânica dos militantes e melhor política de quadros, formas de organização mais adequadas às condições actuais, especialmente ao nível das empresas e dos locais de trabalho, melhor informação e propaganda dirigida aos trabalhadores (especialmente melhorando e difundindo melhor a imprensa partidária) e uma melhoria no trabalho em relação aos grupos e camadas específicas, designadamente jovens, mulheres, trabalhadores com estatuto precário e desempregados.

É claro que não é de um dia para o outro que se obtém resultados palpáveis em todas estas frentes, mas as melhorias numas arrastarão melhorias nas outras, desde que afincadamente se prossiga a orientação definida, que inquestionavelmente corresponde não só aos interesses do Partido, mas também à melhor defesa dos interesses dos trabalhadores tão gravemente atacados pela actuação combinada do Governo e do grande patronato e no quadro de uma ofensiva geral do capitalismo contra o mundo do trabalho.

Alguma comunicação social, ou por incapacidade de perceber ou por má-fé, quis retirar do franco equacionar dos problemas e do debate frontal

sobre a forma de os superar, que foram características da Conferência, a imagem de um partido em regressão e em crise.

Nada de mais falso.

A Conferência foi, isso sim, uma saudável demonstração da força e da capacidade do Partido.

Só um Partido que confia conscienciosamente na sua força e na capacidade de ultrapassar as suas dificuldades é que as discute na praça pública. É por isso que fazê-lo é uma prova de pujança e não um sinal de declínio.

A grande novidade da Conferência em relação à vida orgânica do PCP não são as dificuldades que ela pôs em evidência. Essas vêm de trás como a análise demonstrou.

A novidade é a realização da Conferência, uma colectiva reflexão sobre as mutações que se verificaram no mundo laboral no nosso país, constituindo por si mesma uma resposta a essas mutações e às dificuldades por elas originadas ou agravadas e iniciando um processo de superação com um programa muito concreto e detalhado de trabalho.

A novidade é a realização da Conferência, uma colectiva reflexão sobre as mutações que se verificaram no mundo laboral no nosso país, constituindo por si mesma uma resposta a essas mutações e às dificuldades por elas originadas ou agravadas e iniciando um processo de superação com um programa muito concreto e detalhado de trabalho.

dades por elas originadas ou agravadas e iniciando um processo de superação com um programa muito concreto e detalhado de trabalho.

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, salientou a propósito: «Esta nossa Conferência Nacional é uma nova e expressiva confirmação, não apenas de que o nosso Partido continua dotado de espírito crítico em relação às suas deficiências e dificuldades, não apenas de que o nosso Partido se distancia de atitudes de auto-satisfação que conduzem à rotina e à passividade, mas também que o nosso Partido, ao contrário das tendências que marcam a vida e o funcionamento de outros, se mantém fiel à justa ideia do insubstituível papel dos seus militantes no debate e definição das suas grandes orientações e à importância do trabalho, da reflexão e da responsabilidade colectiva.»

É caso para dizer que com «a crise» da Conferência podem os comunistas bem, os seus adversários é que devem precaver-se em relação às energias que o debate colectivo, como o que se fez na Conferência, desencadeia.

Vão ver!

Não se julgue, porém, que a atenção acrescida que o PCP está a dar à renovação e ao reforço da sua base organizada e militante de trabalhadores,

significa que se vai voltar para dentro, negligenciar, em qualquer medida, a atenção e a intervenção em relação aos grandes problemas que afectam o nosso povo e o nosso país.

Muito pelo contrário.

A linha da Conferência visa uma melhor combinação da intervenção dos comunistas nestas diferentes frentes. Visa sobretudo fazer intervir com muito mais dinamismo e frequência as suas organizações de base constituídas por trabalhadores nos problemas das empresas, laborais e sindicais, dando-lhes uma perspectiva política e revolucionária, e nas grandes batalhas políticas do país, mobilizando os trabalhadores em torno das posições que melhor correspondem à defesa dos seus interesses de classe, as que são sustentadas pelo PCP e os seus aliados na CDU.

Uma das traduções desta linha é aquilo que Jerónimo de Sousa designou, na anterior edição do «Avante!», por «converter a confiança em votos».

Ou como expressamente se recomenda na Resolução da Conferência:

«Uma particular atenção deve ser dada ao envolvimento das células e outras organizações e organismos de trabalhadores na batalha eleitoral das legislativas de 1995.» Salientando-se mais à frente a necessidade de mostrar «o elo profundo que liga os problemas vivos dos trabalhadores dentro e fora da empresa à política de direita do PSD/Cavaco Silva, por um esclarecedor apelo aos trabalhadores pelo voto no PCP, o voto necessário para uma alternativa política e uma nova política, capazes de responder aos interesses e anseios dos trabalhadores».

Esta orientação não se restringe naturalmente às eleições, aplica-se também a todas as grandes questões nacionais, desde a política económica à política comunitária, onde as posições do Governo e do PS se confundem.

Não é, pois, o PCP que se vira para dentro, são as suas organizações de base, especialmente as constituídas por trabalhadores, que se devem virar para fora.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cais Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Estranho «laborinho» nas facturas falsas

A medida que vêm a público novas revelações sobre o caso das facturas falsas, o Governo e o Ministro da Justiça ficam numa posição cada vez mais falsa.

O arrastar de um processo em relação ao qual pesavam graves acusações contra o PSD de ser um dos beneficiários das facturas falsas já era muito comprometedor para o Governo.

A intervenção do Procurador Geral da República na Assembleia da República afirmando que considerava prioritário no combate à corrupção a investigação do caso das facturas falsas, mas que não lhe tinham sido facultados os meios para o fazer, já deixou o Governo colocado na suspeita posição de encobridor.

Mas que dizer das revelações do «Público» de segunda-feira passada?

Citando e transcrevendo passagens de documentos enviados pela Procuradoria Geral da República ao Ministro da Justiça, aquele jornal mostra como o Governo tem sido activo conivente no abafamento de um dos maiores escândalos em que aparecem comprometidas altas esferas do Estado.

Num dos documentos citados o PGR afirma explicitamente: «a falsificação das facturas visava diversas finalidades, em que avultam a evasão fiscal, a obtenção de benefícios fiscais ilícitos, o pagamento de salários e gratificações ocultos ou não autorizados, a realização de negócios com o exterior e a corrupção de agentes da administração e do poder político».

É com base nesta convicção que o PGR equacionou «uma gigantesca operação de buscas nas principais empresas de construção civil envolvidas no principal inquérito de facturas falsas», mas o Governo não colaborou, não conferindo à Procuradoria os meios indispensáveis para desencadear a operação.

As transcrições do «Público» documentam as manobras evasivas com que o Ministro Laborinho vai laborando os sucessivos adiamentos dos meios pedidos pela PGR e assim atrasando a investigação do processo.

Em face de tudo isto pode dizer-se que, em vez de um, temos dois processos de facturas falsas: um é o próprio processo da falsificação das facturas que se arrasta há mais de um ano nas mãos da Judiciária; o outro é o estranho «laborinho» do Governo, desenvolvido

especialmente pelo Ministro da Justiça para entorpecer e adiar a investigação desta gigantesca falsificação de documentos ao serviço da corrupção.

É para este segundo processo que se chama também, muito especialmente, a atenção da Assembleia da República.

Segundo a imprensa diária, o director da Polícia Judiciária, Mário Mendes, prometeu agora à Assembleia da República que a investigação do principal processo do «caso das facturas falsas» será concluído até ao fim do ano e enviado ao Ministério Público.

Vamos ver se a promessa se cumpre. Mas repare-se que, mesmo que assim aconteça, se perdeu mais de um ano, prazo que foi concedido aos falsificadores e aos beneficiários da falsificação para fazerem outras falsificações que eventualmente possam encobrir ou atenuar as suas culpas.

Chegados aqui perguntamos: por que é que o Governo quer afastar a Procuradoria Geral da República e chamar a si o comando das operações de combate à corrupção?

■ Carlos Brito

O buzirão necessário

Com os olhos fixos nas eleições legislativas, a FAUL do PS decidiu dar à luz um boletim. Decisão legítima. Tão legítima como legítimo é presumir que ela é movida pelo objectivo de tentar convencer o eleitorado de que o PS é alternativa política ao PSD, ou seja, de que há diferenças significativas e substanciais entre a política praticada pelo PSD e a que o PS se propõe praticar. Na verdade, a realidade mostra que o PS não é oposição nem alternativa à política de direita, antes se apresenta e age como mera «oposição» ao Governo PSD: o PS não quer uma nova política, quer um novo governo. Em vez de Cavaco, Guterres; em vez de ministros PSD, ministros PS... para levarem por diante, no essencial, a política que o PSD tem vindo a executar.

Se dúvidas houvesse, bastaria avaliar as posições do PS face às grandes linhas da política do Governo PSD, os seus silêncios face a múltiplos desmandos e malfetorias praticadas pelo Governo, a sua cumplicidade em processos sinistros (como é o caso do processo das privatizações que mais não é do que um escandaloso saque de empresas e bens do Estado, recheado de ilegalidades e corrupção). Aliás, é elucidativo que os «Estados Gerais do PS» sejam «para uma nova maioria» e não para uma nova política...

Mas voltemos ao novo boletim da FAUL: chama-se «O Buzirão»!!!

«Buzirão» foi, como se sabe, a designação por que ficou conhecida uma das formas de luta utilizadas pelos utentes da Ponte 25 de Abril. Forma de luta superior nas condições concretas em que surgiu e se desenvolveu, embora desvalorizada por muita gente, incluindo por sectores do PS, o «buzirão» passou a integrar o múltiplo e diversificado arsenal de formas de luta daqueles que se batem determinadamente contra a política de direita. E é curioso que o PS — que em todo o processo da luta pela abolição da portagem, se exibiu num patético número de corda bamba; que só não chegou tarde à luta da ponte porque nem sequer lá chegou, antes pelo contrário; que não só não «buzinou» como continua a opor-se à abolição da portagem — apareça agora a tentar apropriar-se, eleitoralisticamente, da ampla manifestação de descontentamento dos utentes da Ponte e a tentar utilizar o «buzirão» como arma de caça ao voto.

Tudo tem limites, diz-se. A FAUL do PS acaba de demonstrar que o despalte, a hipocrisia e o oportunismo são ilimitados.

Bem merece, por isso, que o eleitorado da Área Metropolitana de Lisboa (e não só) lhe responda, nas eleições de 95, com o «buzirão» indispensável para impor, de facto, uma nova política: uma muito forte votação na CDU.

■ José Casanova

A Mafia

A prisão de João Raimundo, presidente do Instituto Politécnico da Guarda, alto dirigente dos TSD (Trabalhadores Sociais-Democratas), presidente do sindicato ugetista dos professores da zona centro e membro eleito em 1992 para o Secretariado da UGT, pelas suas responsabilidades políticas no partido do governo e pela invulgaridade do crime de «vendetta» a que o seu nome aparece ligado, polarizou nas últimas semanas, compreensivelmente, a atenção da comunicação social.

Deixando à justiça o apuramento da verdade no que toca à «prática de actos de terrorismo» e o seu castigo exemplar, importa que se aproveite a luz feita neste caso para esclarecer outros momentos igualmente significativos, que marcaram a trajectória

deste verdadeiro símbolo do «sucesso laranja».

Monitor de aulas de ginástica e obtida (lentamente) uma licenciatura em gestão no Politécnico da Covilhã, apenas um mês decorrido depois de ter obtido o diploma e sem dispôr, obviamente, de qualquer experiência pedagógica ou qualificação mínima, já o Ministro da Educação (Deus Pinheiro) o nomeava como presidente (reitor) de uma escola de ensino superior, o Instituto Politécnico da Guarda.

Sem ter feito qualquer prova de mestrado, nem de doutoramento e muito menos ter prestado quaisquer provas, que custariam a qualquer professor muitos anos de trabalho intenso e arriscado, outro Ministro da Educação (Couto dos Santos)

nomeou-o por despacho «professor-coordenador com agregação», o topo da carreira docente do ensino superior politécnico (equivalente a professor catedrático nas universidades).

E foi preciso que a Polícia Judiciária o prendesse numa rua de Lisboa, com o escândalo estampado nas manchetes dos jornais, para que a actual Ministra da Educação (finalmente) o exonerasse do lugar de presidente do Politécnico da Guarda.

Observar que esta espantosa carreira no ensino, acompanhada por sucessos não menos meteóricos nos TSD, na UGT, no sindicato ugetista dos professores da zona centro, e por outras e inumeráveis funções e sinecuras, lhe foi propiciada pelo cartão de militante do PSD,

é anotar o óbvio. Ao qual se somou, como bem se compreende, a circunstância da mulher ser deputada pelo PSD, ter sido Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário e de ter dirigido o PSD da Guarda durante 14 anos, e com mão pesada, segundo dizem os cor-religionários.

Com Deus Pinheiro como Comissário Europeu em Bruxelas, Couto dos Santos repimpado na A. I. Portuense a fazer «lobbying» e Marília Raimundo instalada na Assembleia da República, quando o coitado do motorista está preso, não fica mais uma vez demonstrado como afinal este mundo é injusto e cão?

■ Edgar Correia

Preocupante AMÉRICA

As eleições de 8 de Novembro infligiram duro castigo ao Presidente Clinton. Os Democráticos foram dizimados no Congresso. Os Republicanos conquistaram o controlo da Câmara dos Representantes, do Senado, das suas influentes Comissões - coisa que não se via há 40 anos. Os poderosos Governadores dos Estados são em larga maioria Republicanos, incluindo 7 dos 8 mais populosos.

Claro, os «elefantes» são ainda menos monolíticos que os «burros». As facções em ambos são muitas e a aproximação de 96 faz já levantar vôo sobre a Casa Branca um enorme bando de abutres rivais. Mesmo que se não possa falar a respeito das eleições americanas de uma vaga social de fundo, é contudo iniludível a viragem a nível institucional. Siga agora Clinton nos próximos 2 anos a via Trumann (confronto) ou a via Bush (compromisso), é quase certo de esperar a inflexão ainda mais direita da política dos EUA, tanto a nível interno como externo.

A mutação do panorama da cúpula governante tem causas variadas. Mas pesou forte o descrédito de Clinton. Eleito em 1992 como um jovem decidido a implementar reformas que a «nova era» permitia e exigia, não cumpriu praticamente nada do que prometera. O «Novo Democrata» envelheceu rápido. Em política interna como em política externa mal diferiu dos Republicanos, com os quais governou na promiscuidade típica deste esvaziado sistema bipartidário.

O seu eleitorado de há 2 anos (a enorme «classe ansiosa» dos trabalhadores mais pobres e desfavorecidos, dos negros, dos hispânicos, da numerosa classe média baixa) continuou flagelado pelas consequências da recessão e do neoliberalismo, que a frágil retoma e a prática política não modificou. Decepcionado e/ou desesperado, esse eleitorado foi engrossar a abstenção ou foi presa do populismo demagógico extremista que, numa manobra de diversão, dramatizou causas xenófobas ou mesmo racistas, a criminalidade e a violência que alastram, a insegurança do presente e o temor do futuro. Uma campanha das mais sujas, das mais dispendiosas (só o senador Huffington gastou quase 6 milhões de contos para ganhar/comprar o seu lugar), com os avassaladores spots televisivos a abafar qualquer debate sério, com a poderosa «Coligação Cristã» do ultra-direitista reverendo evangelista Pat Robertson empenhada a fundo - o resultado desta campanha dita «eleitoral» dificilmente seria outro.

Mas o dado maior que ressalta é o da profunda crise em que se acha mergulhado o sistema político-institucional americano, a perversão do funcionamento desta democracia, com o poder de decidir dos cidadãos confiscado por uma minoria. Só 40% dos cidadãos em idade de votar estão inscritos nos cadernos eleitorais e destes mais de 60% não votam. Tudo se decide dentro de uma elite dos mais ricos e mais cultos, a classe média superior. Cerca de 3/4 da população está de facto marginalizada. Razão tem o articulista do *Washington Post*, numa análise assaz instrutiva e demolidora do mito da «democracia americana», ao concluir que «o monopólio de uma única classe mina o sistema». Também o *The Economist* conclui que as estruturas políticas estão ameaçadas por uma «repulsa que se amplia e aprofunda» no seio duma sociedade doente. O vulcão pode vir a explodir.

Quer pelo que implicará no curto prazo (inflexão mais direita e agressiva na política externa, mesmo sob o slogan isolacionista do «First America»), quer pelo adiamento aparentemente *sine die* da emergência duma terceira força efectivamente progressista, que no plano interno quebre o bipartidismo fechado do sistema (mera alternância na convergência essencial) - temos todos no Mundo razões para concluir, olhando esse mais poderoso país do planeta: Preocupante América!

■ Carlos Aboim Inglês



Assembleia de Portel

Com a participação de 100 delegados, decorreu no passado dia 19 de Novembro a 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Portel do PCP. Os trabalhos contaram com a presença de António Foito, do Executivo da DOREV, e Raimundo Cabral, do Conselho Nacional.

A Assembleia debateu a situação social do concelho e o trabalho dos comunistas no Poder Local, analisando ainda as questões de organização e medidas de direcção.

Foi eleita a Comissão Concelhia que é agora constituída por 30 camaradas, metade dos quais foram eleitos pela primeira vez. De salientar, por último, que durante os trabalhos preparatórios da Assembleia foram recrutados dez novos militantes.

CGD fecha empresa nas Caldas

A Comissão Concelhia das Caldas da Rainha condena a declaração de falência da empresa Condaco, solicitada pela Caixa Geral de Depósitos, num momento em que aquela unidade estava com perspectivas de recuperação. «Chocou a forma autoritária com a empresa foi encerrada e os trabalhadores despedidos», sublinha uma nota da Concelhia, que alerta igualmente para a situação «melindrosa» da F.A. Caiado, cuja administração começou já a enviar cartas de rescisão de contrato aos trabalhadores.

Esta empresa está a braços com dívidas de 2,4 milhões contos, e os comunistas consideram que «é necessário evitar a todo o custo o seu encerramento». Recorde-se que o centro de emprego das Caldas da Rainha regista já cerca de 5 mil desempregados, atingindo uma percentagem superior à média regional.

Ferrovia na Ponte

Na sequência da ruptura nas negociações do Governo com o consórcio concorrente à construção e exploração do transporte ferroviário na Ponte 25 de Abril, o Organismo do Sector de Transportes da ORL considera que «é o momento oportuno para se rectificarem as opções». Os comunistas defendem a construção da infra-estrutura pelo Estado e a entrega posterior da sua gestão e exploração, de modo integrado com o restante transporte ferroviário, à CP, sublinhando as vantagens desta solução para os utentes e para a economia nacional.

Património e desenvolvimento

Integrada no «Debate com o País para uma Nova Política», decorreu no passado dia 19 de Novembro, em Barcelos, uma sessão pública subordinada ao tema «Património e Desenvolvimento».

A iniciativa partiu da organização local do Partido e contou com a participação de Abílio Fernandes, presidente da CM de Évora, que relatou a valiosa experiência de Évora. O exemplo desta cidade, classificada pela UNESCO, em 1986, como património da Humanidade, mostra que vale a pena a aposta na defesa, conservação e recuperação do património com base para o desenvolvimento económico, cultural e ambiental.

Honório Novo na Holanda

O Eurodeputado do PCP, Honório Novo, participou num jantar promovido pela organização do Partido em Amesterdão, iniciativa que reuniu 120 pessoas e se inseriu no quadro de promoção do jornal «Avante!».

Honório Novo participou também num debate promovido pela Associação Portuguesa de Amesterdão - APA, sobre a identidade cultural portuguesa na Holanda, onde intervieram igualmente o dr. Henrique Lopes da Silva e o escritor Rentes de Carvalho, ambos radicados na Holanda. Na sessão, foram feitas fortes críticas aos sucessivos governos pela falta de apoio à difusão e cultura portuguesas no estrangeiro.

Homenagem a José Salvador

A organização do PCP em Paris promoveu um almoço para homenagear José Salvador, que completou recentemente 94 anos.

Militante do Partido, José Salvador emigrou para França com 17 anos, abandonando Vila Franca das Naves, na Guarda, onde era pastor.

Em França, integra a resistência contra os invasores nazifascistas, estando preso entre 1941 e 1944.

Desenvolveu mais tarde actividades de apoio aos resistentes ao fascismo em Portugal. Antes do 25 de Abril, distribuía o «Avante!» aos portugueses emigrantes, tendo fundado uma empresa de construção civil onde muitos que saíram de Portugal encontravam apoio.

Já depois da Revolução de Abril, foi director do jornal «Notícias», editado em Paris, em língua portuguesa.

Na homenagem, à qual se associou o deputado Miguel Urbano Rodrigues, Gonçalo Rodrigues fez uma intervenção em nome do organismo do Partido em Paris, enaltecendo a vida de José Salvador.

Associações de Estudantes lançam campanha de sensibilização

Várias associações de estudantes dos concelhos de Almada e Lisboa estiveram na passada semana para debater as actuais condições de ensino e a política de ensino, decidindo lançar uma campanha de sensibilização e informação nas escolas, com o objectivo de iniciar debates com estudantes e traçar perspectivas de luta.

As conclusões da reunião apontam desde já para a «permanente falta de informação» sobre a reforma educativa, o que cria situações de «instabilidade e incerteza no futuro».

As associações referem também que o despedimento colectivo do pessoal auxiliar pelo Ministério da Educação ainda

hoje tem reflexos negativos nos principais serviços das escolas, muitas das quais não têm condições técnicas mínimas de funcionamento.

Os estudantes queixam-se por outro lado de falta de segurança, problema que qualificam como «um dos mais graves» estranhando que se alegue insuficiência do dispositivo policial quando «o Governo coloca centenas de polícias nas manifestações estudantis».

Críticas à reforma

Considerando que o Novo Modelo de Avaliação contraria a lei de bases do Sistema Educati-

vo, os estudantes perguntam quando é que «vão deixar de ter constantes barreiras ao seu futuro». Concretamente, condenam o exame do 9º ano, uma vez que a passagem é feita sem dificuldade entre o 7º e o 8º; as provas globais que passam a incluir o 11º ano; e afirmam que o acesso ao Superior - problema ainda por resolver, pois só este ano ficaram de fora 33 mil candidatos - vai ser agravado pelo exame final do 12º ano, com as provas específicas e com a prova de aferição.

Sobre o Novo Modelo de Gestão, as associações consideram que «vem tirar toda a democracia às escolas, cria um órgão centralizador da maioria dos

poderes de decisão, na pessoa do director executivo, que reduz em número a participação dos estudantes nos órgãos de gestão, que passam a ser designados pela Associação de Estudantes, deixando de ser eleitos por sufrágio universal».

Por fim, os estudantes afirmam que «o Projecto Área Escola, embora no plano teórico seja útil e interessante, uma vez que liga a escola ao meio em que se insere, no plano prático está mal concebido e desenquadrado da realidade, pois há uma grande falta de investimento para a realização desta actividade, e vem sobrecarregar ainda mais um horário que já é excessivo».

Empresas encerram em Castelo Branco

Reunida na passada sexta-feira, a Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP analisou os recentes desenvolvimentos da situação social, chamando a atenção para o encerramento de várias empresas.

Nos Cebolais de Cima a crise no sector têxtil levou ao fecho das unidades «Fábrica de Lanifícios Balsinha», «Viúva Duarte Ramos», «Domingos Matos Romãozinho» e «Manuel Mendes Salavessa», lançando 89 trabalhadores no desemprego.

Recentemente, registaram-se ainda os encerramentos da «Auto-Mecânica da Beira», da «Metalurgia de Castelo Branco», da «Uticalbi» e da «Perfinova», empresas do sector metalúrgico e automóvel que representavam cerca de 25 por cento dos 566 postos de trabalho extintos neste sector do distrito.

O número de trabalhadores inscritos no centro de emprego é de 2500, mas, como refere a Concelhia do PCP, «esta realidade vai para além dos números oficiais, do que estes não contemplam situações, como por exemplo, os jovens à procura do primeiro emprego, o desemprego de longa duração e outras que aparecem camufladas como ocupações pontuais».

Agricultores contestam novo código

Os agricultores do concelho de Ovar, reunidos no passado domingo, consideraram «injusta e desadequada» a aplicação do novo código da estrada aos motocultivadores.

Uma nota da Associação da Lavoura do distrito de Aveiro sustenta que «o Governo e o Ministério da Agricultura devem tomar medidas urgentes no sentido da revogação da nova norma e actualizá-la à realidade» da agricultura portuguesa.

A Associação decidiu enviar ao Governo e à Assembleia da República uma carta em que pede «a revogação imediata da nova norma que obriga os motocultivadores a possuir carta de condução; um sistema simplificado para obtenção de uma licença (carta verde) podendo as câmaras, juntas de

Programa Comunitário põe pescas em segundo plano

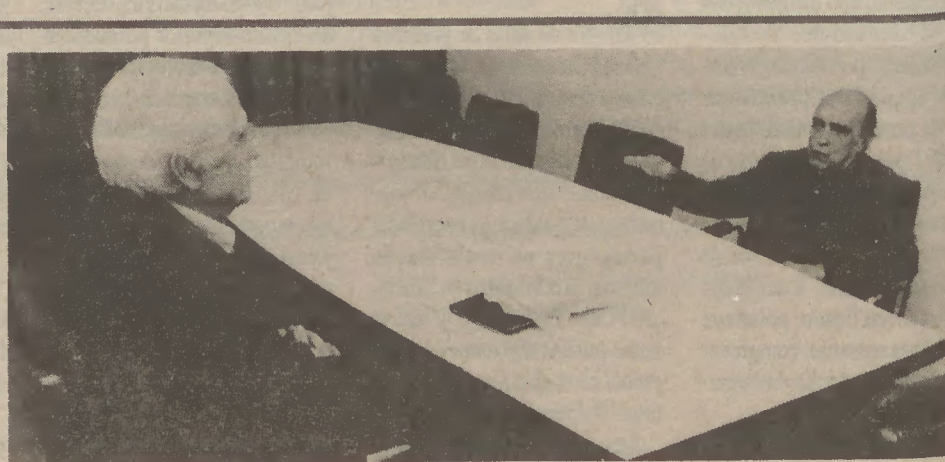
Apesar do que o nome indica, o Programa Iniciativa Comunitária Pesca e o respectivo orçamento não visam reani-

mar as Pescas, mas antes dá «como inevitável e adquirido o definhamento do sector», considera um comunicado da Comissão Concelhia de Peniche.

Da análise do documento, os comunistas notam «a ausência de qualquer referência às causas que estão na origem da crise que se instalou no sector das Pescas, designadamente a incapacidade do Governo português para renegociar a política comunitária de pescas, a inexistência de uma política de acordo com os interesses nacionais, associada à implementação de um Plano Nacional de Pescas».

Por outro lado, o PCP estranha que o programa e orçamento tenham as prioridades invertidas, já que o apoio às pescas passa para um plano secundário, em favor de actividades alternativas, como o turismo, cuja eficácia é «duvidosa», tendo em conta os meios disponíveis, cerca de seis milhões de contos para todo o país.

A concelhia do PCP entende que o IC Pescas deve privilegiar as pescas, uma vez que existem outros programas para os restantes sectores produtivos, nomeadamente os previstos no Plano de Desenvolvimento Regional.



Niemeyer na sede do PCP

O prestigiado arquitecto brasileiro Óscar Niemeyer, que visitou Portugal para assistir ao lançamento da pedra basilar da Fundação Luso-Brasileira, de cujo projecto é autor, foi recebido na passada sexta-feira, na sede do PCP da Soeiro Pereira Gomes, pelo presidente do Conselho Nacional, Álvaro Cunhal.

ABB ao assalto na metalomecânica

Sindicalistas metalúrgicos da Mague, da Sorefame e da Metalsines denunciam o assalto da ABB, com o apoio do Governo, à metalomecânica pesada nacional

Os governos de Cavaco Silva fizeram da multinacional a detentora de 80 por cento do capital do sector, mas continuam a atribuir milhares de contos de subsídios

Em meia dúzia de anos, a multinacional Asea Brown Boveri conseguiu avançar a passos largos para o controlo da metalomecânica pesada portuguesa, modelando-a ao sabor dos interesses do lucro máximo da ABB. Enquanto os representantes dos trabalhadores continuam a denunciar a gradual destruição do sector, o Governo assobia para o ar e prepara-se para deixar cair nas mãos da ABB também o cobiçado sector de conservação do material circulante dos caminhos-de-ferro.

O ponto da situação e um reforçado alerta foram lançados na semana passada pela federação dos Metalúrgicos, em conferência de imprensa dada na sede da CGTP-IN e onde estiveram representantes das principais empresas do sector. Aí foi reafirmada a posição da federação e

dos sindicatos metalúrgicos, para quem «o desenvolvimento do País passa pelo desenvolvimento e efectiva modernização deste sector, e não pelo seu progressivo desmantelamento».

«No entanto» - recorda-se num documento distribuído aos jornalistas - «a nefasta política desenvolvida nos últimos anos está a destruir um sector com forte capacidade produtiva, tecnológica e de projecto, que granjeou credibilidade, tanto no plano interno, como externo, apesar de muitas vezes se desviarem as mais-valias criadas para a especulação financeira e turística». Os custos de tal política foram sintetizados: desapareceram empresas como a Equimetal, Mompur, SGM, Cometna (Palmela) e Sepsa; a Mague e a Sorefame foram desmembradas; foram liquidados mais de 10 mil postos de trabalho.

Apenas 20 por cento do capital da Mague e 11,7 por cento da Sepsa pertenciam à empresa suíça Brown Boveri quando, em 1988, foi constituída a ABB. O Estado português detinha a maioria do capital na globalidade do sector (cerca de 60 por cento, havendo empresas apenas com capital público). A política de privatizações levou a que o IPE formasse, com a Mague e a ABB, a holding Senete; o IPE alienou imediatamente 40 por cento das acções estatais.

Face às facilidades concedidas por Cavaco Silva, a ABB abandonou as suas actividades na metalomecânica pesada espanhola. Em Portugal, foi-lhe oferecida a área de material circulante (onde a Sorefame era a principal empresa, entretanto modernizada a expensas do Estado e detendo tecnologias



que a ABB não possuía); ficou com a Metalsines, que se dedica à construção e reparação de vagões, e encerrou esta actividade da Sepsa; pretende dominar («na prática, já domina» - acusam os sindicalistas) a conservação de material circulante através dos grupos oficiais da CP, entretanto autonomizados na Emef; e pretende ainda a cober-

tura do Governo português para, com o grupo Mello e por via da Sorefame/Lobito, entrar no sector naval em Angola.

Actualmente, a ABB detém 80 por cento do capital do sector, ficando o Estado com 20 por cento que, acusam os dirigentes metalúrgicos, funcionam como «salvaguarda» da multinacional face a qualquer risco. E a multi-

nacional já se dá ao luxo, como denunciaram na conferência de imprensa, de mandar executar em unidades que detém na Polónia ou na Checoslováquia, trabalhos que angaria através da Sorefame. Isto não impediu o Governo português de, só em 1993, ter atribuído 231 mil contos de subsídios a três das empresas dominadas pela ABB.

Trabalhadores da Função Pública fazem Congresso reivindicativo

O Congresso da Federação Nacional da Função Pública (FNSFP) exigiu a marcação de uma reunião para início das negociações salariais para o sector, através da deslocação, no primeiro dia dos trabalhos (quinta-feira passada) dos delegados e convidados presentes à Secretaria de Estado do Orçamento numa concentração que serviu para apresentação das suas reivindicações. «Apostar no futuro e dignificar a profissão» foi o lema deste Congresso, cuja intervenção de abertura foi proferida pelo coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva.

Carvalho da Silva teceu duras críticas ao ministro da Justiça, dizendo que em nome do seu passado na magistratura portuguesa e tendo em conta a forma como tem conduzido a política neste sector, «Laborinho Lúcio devia demitir-se».

O coordenador da CGTP, depois de realçar a importância do Congresso, pelo número de trabalhadores que representa a Federação, defendeu a necessidade de rees-

truturação na Administração Pública mas «na linha do que defendem os sindicatos e não na forma como tem vindo a ser implementado pelo Governo».

Numa análise da política que tem vindo a ser adoptada pelo Governo, que Carvalho da Silva definiu como penalizadora para os sectores da indústria e agricultura em benefício da especulação e do sector financeiro, o coordenador da CGTP acusou o Executivo de ser directamente responsável por situações como as que se verificam com as dívidas das empresas ao fisco e à segurança social dada a

política de «facilitismo» seguida. Carvalho da Silva, que no dia seguinte estaria presente numa reunião do Conselho Económico e Social para debater este assunto, sugeriria que ela fosse pública.

Administração Local faz greve

Salários justos; aplicação correcta do adicional dos dois por cento; regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco; segurança no emprego;

respeito pelos direitos adquiridos e reestruturação de carreiras são as razões que levam o STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local) a convocar uma greve para o próximo dia 9, quatro meses depois de o sindicato ter apresentado ao Governo a sua proposta de revisão salarial para 95 sem que, até agora, o Executivo tenha iniciado qualquer processo negocial.

O STAL convocou esta greve depois de reunir o seu Conselho Geral, que também convocou uma manifestação para o dia 16 de Dezembro.

Grundig Greve total se despedirem 47

As Organizações Representativas dos Trabalhadores da Grundig/Blaupunkt dizem em comunicado que a eventual comunicação do despedimento colectivo de 47 trabalhadores «terá como resposta dos trabalhadores a imediata paralisação, em greve» daquele complexo fabril.

A preocupação resulta não só por estarem ameaçados os postos de trabalho, mas também porque, segundo a gerência da

Grundig, citada pelas ORTs, «este despedimento colectivo assenta, exclusivamente, na necessidade de reduzir os custos unitários de produção, por forma a garantir a competitividade com os produtos fabricados nos países asiáticos», lê-se na nota distribuída pelos sindicalistas à comunicação social.

Em contrapartida, as ORTs denunciam os aumentos chorudos atribuídos recentemente a alguns funcionários da empresa, a deficiente forma de laboração actual do sector da pré-fabricação e a aquisição de materiais com defeitos de origem, que têm causado atrasos na produção.

A eliminação de erros como estes, dizem as ORTs, e uma gestão mais organizada, atingiram os objectivos de redução de custos, o que tem sido sugerido pelas Comissões de Trabalhadores à Gerência da Grundig.

Enfermeiros contra «estaca zero»

A direcção nacional do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses planeou um conjunto de formas de luta a promover nas próximas semanas, como resposta ao que considerou ser intenção do Ministério da Saúde de fazer recuar «à

estaca zero» todo o processo negocial relativo à Regulamentação do Exercício dos Profissionais de Enfermagem.

Entre as formas de luta a adoptar, consta o envio de carta personalizada a todos os sócios do sindicato divulgando as consequências para a classe desta situação de ruptura, o documento final negociado com o Ministério da Saúde e a atitude de recuo deste, numa reunião realizada no passado dia 15.

Igualmente serão informados todos os enfermeiros, nos diferentes locais de trabalho em todo o país, da situação actual e será feita uma recolha de opiniões, abaixo-assinados e cartas de protesto dirigidas ao Ministério com posições de repúdio e a exigência da continuação do processo de tramitação com vista à publicação do documento negociado.

Por outro lado, os enfermeiros vão promover iniciativas de esclarecimento junto da população e dar a conhecer a situação a todos os órgãos do poder central e

local, interpellando publicamente o Ministério da Saúde com uma carta aberta.

«Caso o Ministério da Saúde continue a manter a atitude manifestada na última reunião, contrariando as expectativas dos enfer-

meiros, foram planificadas, a nível nacional, as mais variadas formas de luta, acrescidas às já acima referidas, as quais poderão agudizar-se, culminando em greve», diz o comunicado emitido onde se divulgam estas posições.

Rectificação

No número anterior, na peça intitulada «Segurança urbana» que se referia a um debate com a participação do deputado comunista, António Filipe, foram incorrectamente traduzidas algumas das suas afirmações, o que lamentamos.

De facto, na intervenção produzida por António Filipe, não houve alusão a qualquer proposta relativa à Polícia Municipal, sendo sim criticada e considerada demagógica a proposta feita por alguns dirigentes do PS no sentido de serem criadas forças de segurança na dependência dos municípios. Por outro lado, a crítica a essa proposta não assentou principalmente na questão das transferências de verbas, mas sobretudo em questões de princípio quanto à natureza das funções a desempenhar pelas forças de segurança e que se encontram aliás expostas em artigo publicado no «Avante!» de 10 de Novembro último.

Ainda na última edição, na notícia intitulada «A prática do PS» sobre a situação na IMPRINTER, por lapso, atribuímos afirmações à Comissão do PCP em Loures, quando o organismo em causa pertence à organização de Oeiras, concelho onde está sediada a referida empresa.

Comunistas alertam OGMA estão a ser destruídas

A Célula do PCP nas Oficina Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) manifesta a sua preocupação actual situação na empresa que passou de Estabelecimento Fabril das Forças Armadas (EFFA) a sociedade anónima.

Os comunistas garantem que, antes da sua transformação em SA, a EFFA possuía «solidez de emprego, tinha saúde económica e financeira», para além de estar tecnicamente bem apetrechada.»

Contudo, passados poucos meses foram reduzidos 700 postos de trabalho, prevendo-se

que este número possa aumentar significativamente nos meses de Dezembro e Janeiro.

A Célula aponta ainda uma «grande quebra na carga de trabalho em diversos sectores», insuficiências na formação profissional, tentativa por parte da administração de «não dar cumprimento ao regulamento interno de carreiras».

Os trabalhadores interrogam-se sobre os verdadeiros objectivos do plano de reestruturação em curso, constatando que, a continuar assim, trata-se antes de uma «progressiva destruição» da empresa

Guatemala

O governo da Guatemala e a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) recomeçaram o diálogo da paz na cidade mexicana de Puebla. Nesta ronda poderá ser concluído o estudo sobre a identidade e direitos dos povos indígenas desse país centro-americano. A discussão sobre a identidade e direitos dos povos indígenas, que constituem 60 por cento da população guatemalteca, começou no mês de Outubro na localidade de Valle de Bravo, arredores da Cidade do México.

Colômbia

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o mais importante movimento guerrilheiro do país, anunciaram, em comunicado tornado público num fórum sobre a paz organizado pela universidade de Cali, estarem dispostas a iniciar o diálogo com o governo para a paz e propor um cessar-fogo bilateral. As FARC exigem que as discussões sobre o respeito dos direitos do homem, justiça social, democracia e a soberania nacional decorram na presença dos jornalistas. Os líderes da guerrilha pedem também que a primeira reunião entre as duas delegações se realize em território nacional. As FARC são o movimento guerrilheiro mais antigo da América Latina. Fundadas há cerca de 40 anos, compreendem cerca de 12 mil homens e 40 mil colaboradores.

Índia

Cento e dezassete pessoas - essencialmente mulheres e crianças - morreram esmagadas por uma multidão de 40.000 pessoas que fugiam de uma carga policial, em Nagpur, capital do Estado indiano de Maharashtra. Os manifestantes, pertencentes à comunidade dos Gowari, exigiam os mesmos direitos aos postos de trabalho reservados na administração e aos lugares no sistema de ensino de que beneficiam as castas "inferiores" da Índia.

Palestina

O presidente palestino, Yasser Arafat, e a oposição islâmica, concluíram um acordo destinado a restabelecer um clima mais calmo depois de violentos confrontos com a polícia palestina, durante uma manifestação, de que resultaram 12 mortos. O acordo foi assinado pelo Hamas e outras organizações da oposição. Permite "ajuntamentos públicos e manifestações após autorização, proíbe a publicação de comunicados e declarações acompanhados de ameaças ou de insultos e garante a todos o direito de se exprimirem, sempre que tal não afecte pessoas ou grupos". Entretanto, em declarações publicadas pelo diário espanhol "El País", Arafat afirmou que o processo de paz no Médio Oriente decorre "muito lentamente", devido ao atraso da autonomia da Cisjordânia e das eleições palestinianas. O processo de paz "não está apenas ameaçado pelos fanáticos árabes, mas também pelos extremistas israelitas", sublinhou Arafat, que reiterou que o Irão "financia e dá formação aos fundamentalistas radicais".

Cuba

Encontro mundial de solidariedade

Cerca de dois mil delegados, provenientes de 108 países, participaram, em Havana, no primeiro encontro mundial de solidariedade com Cuba. Reunidos no teatro Karl-Marx, ao longo de cinco dias, trocaram experiências diversas e avançaram com propostas de novas acções contra o bloqueio norte-americano.

Na abertura dos trabalhos do encontro, Sergio Corrieri, presidente do Instituto cubano pela amizade entre os povos (ICAP), lembrou que "os Estados Unidos

sempre quiseram ser donos de Cuba. Não se resignam a que sejamos o que somos. E desde a revolução de 1959 somos uma nação independente (...) Sem renunciar aos nossos princípios, estamos a desenvolver, já há alguns anos, gigantescos esforços para nos integrarmos no mundo em que temos que viver. O bloqueio americano é um sério obstáculo". E sublinhou que "a força do movimento de solidariedade com o nosso país, é a sua diversidade".

De entre as múltiplas inter-

venções, destacou-se, nomeadamente, a do americano e pastor Lucius Walker, que descreveu a organização de uma caravana da paz que recentemente passou por 150 cidades norte-americanas, e referiu ainda a manifestação que há cerca de duas semanas juntou frente à Casa Branca mais de 7.000 pessoas contra o bloqueio.

Rigoberta Menchu, guatemalteca, prémio Nobel da Paz, interveio no debate para reafirmar que "a maior aspiração deste século, é que cada povo

viva condignamente e respeite os outros".

Este encontro concretizou-se num momento em que se generaliza a condenação internacional do bloqueio norte-americano a Cuba, e pouco tempo decorrido sobre mais uma condenação deste bloqueio pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Facto significativo - o crescente número de países a votar a resolução cubana "Necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos EUA a Cuba".

Há três anos, tinham votado esta moção 50 Estados. Em 1993 já foram 88. E este ano, 101 países pronunciaram-se contra o bloqueio, o que testemunha o crescente isolamento da política dos EUA em relação a Cuba, independentemente dos diferentes posicionamentos no que respeita ao regime político cubano.

Também o Parlamento europeu, a Cimeira ibero-americana, o Movimento dos não-alinhados e parlamentos de muitos países têm vindo a condenar o bloqueio.

Itália

Berlusconi em queda

Governar um país como quem governa um império do capital, parece não estar a dar os desejados resultados. Crescentemente isolado, enleado na denúncia de sucessivos escândalos, num país quase diariamente sacudido por manifestações contra a política

socioeconómica do governo, o actual primeiro-ministro italiano pode ter o seu futuro político comprometido a breve prazo.

Escassas vinte e quatro horas sobre uma blara derrota eleitoral da Forza Italia, o partido ligado ao primeiro-minis-

tro, o tribunal de Milão abria um inquérito sobre Silvio Berlusconi e os actos de corrupção cometidos pelas sociedades da Fininvest, o império do presidente do Conselho italiano.

Toda a oposição de esquerda, tal como um impressionante movimento popular em

luta contra um projecto de orçamento caracterizado por medidas profundamente lesivas dos interesses dos trabalhadores e em particular dos reformados, exige a demissão de Berlusconi.

Uma exigência que, naturalmente por razões diversas, per-

passa a própria coligação que o sustenta.

A seu lado, apenas a extrema direita, a Aliança Nacional de Gianfranco Finio, que saiu fortalecida do último processo eleitoral, representando um perigo acrescido para o futuro imediato de Itália.

Economia e Lutas

Angola

O Conselho de ministros de Angola decidiu aumentar os salários da função pública em 100 por cento nos meses de Novembro e Dezembro.

Além da duplicação do salário, o Conselho decidiu repor, a partir de Janeiro de 1995, o poder de compra dos trabalhadores, com as pensões de reforma dos funcionários do Estado e dos antigos combatentes a sofrerem um acréscimo de 120 por cento.

O Conselho de ministros analisou também os documentos aprovados em Lusaca após a assinatura do protocolo, a 20 de Novembro, nomeadamente os que respeitam ao cessar-fogo, estatuto de segurança do líder da Unita, Jonas Savimbi, e dos dirigentes da mesma organização.

A reunião, presidida pelo chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, aprovou o tratado que institui o Mercado comum da África Austral (Comesa), que deverá ser remetido à Assembleia nacional (parlamento) para aprovação.

O ministro das Relações Exteriores angolano, Venâncio de Moura, pediu entretanto à comunidade internacional um "maior envolvimento na próxima etapa de reconstrução nacional", sobretudo "nos domínios económico e social".

Espanha

Os mineiros da bacia de Leon, entre os quais centenas de

portugueses e alguns cabo-verdianos, suspenderam a luta, após os seus representantes terem chegado a um acordo com a Administração.

Seis mineiros, dos quais alguns portugueses, regressaram a superfície, depois de permanecerem 22 dias encerrados num poço a mais de 200 metros de profundidade.

Com este acordo, termina um período de três semanas de mobilizações mineiras com greves, cortes de estradas e outras formas de luta.

Na semana passada, perto de cinco mil mineiros manifestaram-se em Madrid, diante do Ministério de Indústria e Energia, contra o plano de reconversão mineira que prevê o encerramento de vários poços, redução da produção e despedimento de milhares de trabalhadores.

Entretanto, e após uma reunião que se prolongou por sete horas, os representantes sindicais do mineiros chegaram a um acordo tripartido com o Administração Central e o Governo Regional de Castela e Leão.

O acordo estabelece a redução da produção de carvão em 150.000 toneladas, encerramento de algumas explorações mineiras, estudo sobre a viabilidade e forma de gestão de outras, e em relação a um terceiro grupo mantém-se a actividade, embora mais reduzida.

O Ministério de Indústria e Energia vai apresentar às autoridades municipais locais e



Cerca de 80.000 trabalhadores do sector público manifestaram-se, em Paris, a 23 de Novembro, em defesa dos postos de trabalho e do seu estatuto profissional, dos salários e da segurança social

representantes sindicais um plano de fomento de empregos alternativos, a fim de compensar o impacto laboral que terá o reajustamento acordado.

Rússia

O número oficial de desempregados na Rússia poderá registar um salto de 2 para 5 milhões de pessoas no próximo ano, segundo o chefe do serviço federal do Emprego, como consequência da implementação do processo de privatizações.

Nesta nova etapa das privatizações, as empresas estão autorizadas a proceder a todos os despedimentos que entenderem.

O número oficial de desempregados não tem qualquer correspondência com a realidade. Segundo estimativas do próprio Ministério do Trabalho, de Julho passado, o número de desempregados seria então de 10 milhões.

Arménia

O parlamento arménio aprovou um programa de liberalização económica que deverá multiplicar por 11 o preço do pão, já a partir de 1 de Dezembro.

Uma decisão de consequências tanto mais graves, quanto o nível de vida nesta ex-república soviética é já particularmente baixo.

OCDE

Em diversos países, nomeadamente nos Estados Unidos e no Japão, as baixas taxas oficiais de desemprego encobrem de facto elevados níveis de subemprego. Esta uma das conclusões de um estudo da OCDE sobre o subemprego. Organização de cooperação e de desenvolvimento económico (que agrupa os 25 países mais desenvolvidos do mundo).

Segundo este estudo, os níveis relativamente baixos do desemprego nos Estados Unidos, Bélgica e Holanda mascaram uma realidade em que a proporção de "trabalhadores involuntariamente a tempo parcial" é particularmente elevada, claramente acima dos 10%.

Debate
com o País

para
uma nova
política

Nova política para o Ensino Superior (II)

Concluímos hoje a série de notas sobre as principais intervenções que a problemática do Ensino Superior suscitou na iniciativa do PCP realizada recentemente na Casa Amarela da Assembleia da República. Inserida no ciclo de Debate com o País, esta reunião, recorde-se, contou com a participação de um painel que integrou Cunha Serra, professor do IST, Edgar Correia, da Comissão Política do CC do PCP, João Chambel, Presidente da Associação Académica de Lisboa, José Mariano Gago, catedrático do IST, Maria Helena Mira Mateus, catedrática da Faculdade de Letras de Lisboa, Rui Namorado Rosa, Vice-Reitor da Universidade de Évora, Sousa Lopes, catedrático da Faculdade de Ciências de Lisboa, Teresa Almeida, professora associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

João Chambel abordou "duas das preocupações fundamentais com que os estudantes se deparam hoje". Uma primeira e mais global é "a falta de política educativa", onde para além de "não se ver uma linha coerente de acção, há um Ministério da Educação perfeitamente autista e fechado sobre si próprio, que se recusa a dialogar" e "não ouve as razões dos outros intervenientes no sistema educativo".

"As perguntas que têm feito ao Ministério de Educação e que nunca foram respondidas - como salientou - prendem-se também com essa falta de política educativa e com o desenvolvimento do ensino superior, com não haver um único traço que nos indique o rumo a ser seguido, qual é o desenvolvimento que se perspectiva".

Seguidamente, João Chambel referiu-se a um documento elaborado pelos estudantes de Lisboa de balanço da política educativa orçamental nos últimos anos. "É muito interessante verificar que em 1992 há um aumento significativo das verbas para o ensino superior; conjugado com o facto de ter sido anunciado para 95 um novo aumento das verbas para o ensino superior, uma pessoa vai atrás e vê as datas das eleições e constata que quando o aumento para 92 é aprovado, é num período antes das eleições de 91 e vemos que os aumentos que são agora anunciados são antes das eleições de 95. Nos anos que mediarão entre 92 e 95 tivemos decréscimos reais do OE para o ensino superior".

Abordando de seguida a Acção Social Escolar (ASE), afirmou que "a função da ASE deveria permitir que nenhum estudante fosse condicionado na prossecução dos seus estudos por motivos económicos".

"Há duas perspectivas de encerrar a ASE, uma a da esmola, a outra é a do incentivo; quando vamos ver os níveis da abrangência (números de estudantes abrangidos) e da qualidade (falo também do valor das bolsas concedidas em grande parte dos países europeus a ASE é vista como um incentivo para as pessoas irem para o ensino superior" concluindo que a perspectiva que cá falta, nomeadamente no ensino superior, é considerá-lo um investimento que a sociedade faz nela própria".

E completou, "segundo dados da OCDE, claramente as famílias portuguesas são aquelas que suportam uma maior taxa de esforço para ter um filho no ensino superior, pois uma família de 3 elementos na Alemanha gasta 3% para ter um filho estudante no ensino superior, quando estimamos que a nossa taxa de esforço (numa situação semelhante) ronda os 30% do orçamento familiar".

E rematou: "sabendo que a nossa ASE para o ensino superior público - a taxa de abrangência não chega a 10% dos estudantes, a bolsa média é 15-16 contos mensais, e que nas residências estão alojados perto de 8,5% dos estudantes deslocados, tendo isto em conta vê-se que muito mal vai a igualdade de oportunidades no ensino superior em Portugal".

Rui Namorado Rosa começou por sublinhar que "a problemática do ensino superior em Portugal coloca-se num contexto europeu", que "não inventamos problemas, eles são reais e actuais em todo o Espaço Económico Europeu (EEE), ainda que agravado por razões históricas que são as nossas".

"A estrutura de qualificações da população activa nesse espaço apresenta uma componente dominante ao nível do ensino secundário e uma componente ao nível do ensino superior nitidamente superior ao que temos hoje no nosso país" e "anote-se, também, que o nível da educação escolar se co-relaciona positivamente com a taxa de emprego; e que a taxa de emprego dos jovens é inferior a essa taxa em faixas etárias mais avançadas".

Enunciou depois "como principais vectores para uma nova política educativa para o ensino superior: 1º - o fortalecimento institucional da Escola - neste caso a Universidade ou o Instituto Superior Politécnico - (...) com a valorização da cultura institucional e do projecto de identidade da Escola, em que se incluem

a gestão democrática, o auto-conhecimento e a auto-avaliação, a autonomia e a responsabilização institucional, a auto-organização para o desenvolvimento estratégico; 2º - a organização da rede de ensino superior público, que inclua a articulação regional e curricular entre estabelecimentos quer universitários quer politécnicos, constituindo-se em nível de representatividade e de autonomia, como novo parceiro social, que transcenda o nível de instituição isolada para si própria; 3º - o alargamento da capacidade de acolhimento e de desempenho da rede de ensino superior público, o que implica a assunção clara da responsabilidade do estado do seu financiamento sustentado, sem prejuízo de outras fontes supletivas de financiamento; 4º - a clareza, coerência e consequência das políticas prosseguidas (...); 5º - a materialização de um real sistema de ensino superior - que honestamente não temos - apoiado nos três pilares enunciados - a Escola, a rede escolar e as políticas - devidamente consolidados e interactuantes; 6º - a participação organizada dos agentes sociais (...) tanto a montante como a juzante do processo educativo (inicial e permanente); 7º - a racionalização dos dispositivos de acesso ao ensino superior, diversificação coerente dos seus conteúdos, das modalidades e dos destinatários dos ensinamentos; e 8º - o alargamento decidido dos apoios de acção social escolar (...) como política indissociável do êxito da política educativa".

Sousa Lopes chamou a atenção para "duas preocupações".

Uma, "diz respeito à investigação científica e à organização dos departamentos em geral, pois o que temos vindo a observar é que o financiamento nestes últimos anos é todo feito à base de projectos que substituem completamente o orçamento do Estado". "Na prática - sublinhou - isso está a levar à completa destruição das autênticas unidades orgânicas que eram os departamentos, pelo menos nas Faculdades que conheço e depois quando se acabarem estes subsídios nada absolutamente nada restará de organização e de método".

Debruçando-se depois sobre a área pedagógica, fez referência crítica aos rácios, que foram definidos "arbitrariamente, independentemente dos cursos e independentemente das especialidades".

"Depois de ter sido feita assim essa definição de rácios, o Ministério da Educação cortou este ano à volta de 20% o numerus clausus apresentado" exemplificando com "o curso em que está mais interessado, em que o corte foi de 20% em relação ao número apresentado pela Faculdade".

Abordou seguidamente "o problema dos alunos de mestrados que para que não paguem as propinas (no todo ou em parte)" têm que passar a dar aulas "seis horas mínimas". E concluiu: "as actuais condições pedagógicas vão ser ainda mais degradadas do que aquilo que já está, as dificuldades são múltiplas, não me parece que a solução seja substituir assistentes, substituir o pessoal docente normal por alunos que são escravos porque doutra forma não poderão andar lá", E concluiu: "na hipótese de não haver mais bolsas para mestrados isso está, pelo menos na minha Faculdade, a afectar drasticamente os cursos de mestrados, não há inscrições, e aqueles que já começaram no ano passado provavelmente desistirão se tiverem que pagar propinas se não vierem bolsas, porque as pessoas não podem subsistir nessas condições, e por outro lado as pessoas sabem nos grupos de investigação que não têm material humano com quem trabalhar e também sabem que na sua progressão de carreira só são examinadas por essa componente".

Cunha Serra fez a última intervenção inicial do painel, tendo sobretudo abordado a questão da qualidade do serviço docente praticado em termos de ensino.

Começou por referir "que se pode constatar que a qualificação científica e técnica que tem sido claramente crescente dos docentes, não tem tido o aproveitamento ou a eficácia que deveria ter no que respeita à formação dos alunos".

"As próprias instituições - salientou - têm responsabilidades directas nesta situação pois a forma como são recrutados e promovidos os docentes, tem por base critérios definidos pelos diversos júris, que tendem de facto a desvalorizar a função de ensino. Há pois uma cultura institucional que leva a este estado

de coisas, cultura esta que se repercute directamente na própria gestão das escolas e que dificulta a alteração desta situação".

Salientou ainda que "seria muito importante trabalhar no sentido de evitar a ideia de uniformizar os perfis docentes e de procurar diversificar esses perfis".

"É um assunto polémico a questão da carreira de investigação nas universidades - há muito quem defenda que não deve existir ou que deve ser residual -, eu penso que talvez fosse importante alguma alteração dos estatutos da carreira docente e de investigação que permitisse a possibilidade de passagem de uma carreira para a outra, recrutando-se para o ensino as pessoas com melhores qualificações pedagógicas".

*

Do decurso do debate, em que intervieram os diversos elementos do painel e outros elementos presentes no auditório da Casa Amarela, muitos apontamentos se justificariam ainda. Por limitação de espaço, apenas se referem as observações expressas por António Vigário e por Rogério Fernandes.

António Vigário começou por referir que uma "parte da culpa tem que ser assumida pelas próprias instituições, que partilhando grande culpabilidade com o Governo vão vivendo com as coisas". Salientou três áreas:

A primeira, "a questão da avaliação, em que houve compromisso para as universidades fazerem elas a sua avaliação e ninguém sabe bem como ela vai ser, partindo-se de um lado mau que era ser uma avaliação governamentalizada, puxa claramente para o outro extremo, que é uma avaliação feita pela própria universidade e que não dá as garantias necessárias".

Quanto à segunda, a "questão do financiamento, um modelo alternativo que foi aqui referido seria uma lei semelhante à lei de finanças das autarquias, é uma hipótese; outra hipótese que como base de trabalho me parece muito válida foi uma hipótese avançada no Livro Branco sobre Financiamento em que se sugeria a criação de um organismo independente onde estivessem representadas as várias instituições ligadas ao ensino superior e que geria essa verba, o levantamento das necessidades, e penso que o poderia fazer melhor que está a ser feito actualmente".

Abordando depois uma questão mais geral ligada à questão da massificação do ensino superior referiu que para que o 1º ciclo fosse visto como base da formação, para isso "é preciso criar na mentalidade portuguesa um novo conceito de formação superior" porque "a mentalidade que existe hoje é "eu tenho uma licenciatura ou um bacharelato e isso equivale a um emprego para o qual eu fui preparado nessa licenciatura".

Defendeu "que tem que ser totalmente diferente, tem que ser "a licenciatura a preparar-me para uma série de coisas, embora seja mais certificada numa ou noutra área não quer dizer que eu não possa trabalhar noutra com essa mesma licenciatura", e penso que é uma questão de mentalidade que em Portugal, nem na opinião comum está feita". "Só depois - opinou - é que será possível a criação desse 1º ciclo e depois aos ciclos seguintes".

Rogério Fernandes salientou a tendência para uma maior qualificação da população em geral. Mas, exprimiu a "preocupação em relação ao funcionamento do sistema de ensino em todo o troço que precede o acesso ao superior" pois "há uma forma de funcionamento baseado num princípio da exclusão de facto".

Em matéria de sucesso ou insucesso dos alunos, "há uma coisa muito importante, são as condições de trabalho dos alunos dentro das universidades: regimes de horários perfeitamente absurdos, falta de meios, falta de locais de estudo, falta de instrumentos de trabalho, turmas por vezes platórias em que com cem alunos o professor dialoga com o quadro preto, faz um ensino com o giz e os alunos, enfim, tentam apanhar alguma coisa e depois a gente não pode estranhar os níveis de insucesso escolar que existem no ensino superior. (...) Por outro lado, encontro frequentemente alunos que estão a tirar cursos que não queriam tirar". Esse 1º ciclo do ensino superior, a funcionarem as coisas como funcionam, será uma mini-hecatombe, ao passo que agora tem uma hecatombe um pouco maior porque são mais anos".

E concluiu: com estes disfuncionamentos, o nível geral da qualificação da população portuguesa acabará por ser um fenómeno de elitismo social, apesar de todas as nossas aspirações e todas as nossas intenções, a não haver uma alteração muito profunda do sistema".

Orçamento do Estado para 1995 e Grand

Um mau O para as famílias e o País

Depois de aprovado na generalidade, apenas com os votos favoráveis do PSD e os votos contra de todos os partidos da oposição, o Orçamento do Estado (OE) para 1995 baixou às comissões parlamentares para apreciação na especialidade, após o que voltará a plenário nos próximos dias 12 e 13 para debate e votação final global.

Confirmando todas as reservas e preocupações anteriormente manifestadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, em tomada de posição pública a que nos referimos na última edição do "Avante!", os três dias de debate do OE vieram mostrar, com efeito, que se trata de um documento orçamental de onde estão ausentes o rigor e a seriedade.

Provado ficou, igualmente, contrariamente às insistentes afirmações quer do Governo quer da sua maioria, que este Orçamento está a léguas de ser o propalado instrumento de «consolidação da retoma económica», de «defesa e promoção do emprego», de apoio ao «rendimento disponível das famílias».

A este respeito, na sua intervenção de encerramento, o Secretário-Geral do PCP não podia ser mais crítico ao considerar que, ao invés, estamos perante um "Orçamento de mentira que agrava as injustiças sociais, que promove a concentração da riqueza e que enche e multiplica os sacos azuis para que o Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado, nas suas correrias pelo País em campanha eleitoral, disfarçada, possam comprar votos e untar as suas clientelas com o dinheiro de todos nós".

Ora foi esta constatação que os deputados comunistas que intervieram nos debates trataram de colocar em evidência, chamando insistentemente a atenção para o facto de o Orçamento em análise constituir, como enfatizou o líder da bancada do PCP, Otávio Teixeira, um "obstáculo de peso à dinamização da economia portuguesa" e de estar "contra o bem-estar das famílias".

Talvez por isso, ao longo dos trabalhos - elucidativo aliás da sua

falta de confiança e de convicção no documento que define as grandes linhas de orientação governativa em matéria económica e financeira -, não tenham faltado os sinais de nervosismo oriundos da bancada da maioria.

Isso foi particularmente visível na postura comicieira assumida logo no primeiro dia, batendo palmas por tudo e por nada, com apertes pouco dignificantes, num indistigável propósito de impedir um debate sério e rigoroso.

Daí o recurso do PSD à "fraude argumentativa", como lhe chamou Octávio Teixeira, num esforço para escamotear que nos últimos três anos o PIB foi majorado em cerca de 15 por cento por meros efeitos estatísticos; que no mesmo período o produto per capita aumentou cinco por cento apenas porque estatisticamente a população teria decrescido; que a evolução dos preços relativos por efeito da política do «escudo caro» em 1991/92 teve como contrapartida a perda de competitividade das produções nacionais, o decréscimo do produto, a degradação económica e financeira das empresas; que os salários reais dos trabalhadores portugueses decresceram relativamente aos da média comunitária; que Portugal é o país comunitário com a maior taxa relativa de crescimento do desemprego nos dois últimos anos.

Mas se é certo que o Orçamento não contribui para a retoma económica, nem para a promoção do emprego, nem ainda para a com-

petitividade das empresas - e a demonstração foi feita pelos parlamentares comunistas -, não é menos verdade que se trata de um documento "fiscalmente orientado contra as famílias e de agravamento da injustiça fiscal".

Testemunha-o, desde logo, o agravamento do IVA (penalizando as famílias de mais baixos rendimentos), ao mesmo tempo - no que é revelador das suas opções de classe - que elimina a taxa de 30 por cento actualmente tributada aos bens e serviços de luxo ou supérfluos.

Na mesma linha estão as medidas relacionadas com o IRS, as quais, face à insuficiência das actualizações dos escalões e dos abatimentos e deduções propostas, longe de se limitarem a manter a carga fiscal sobre as famílias, antes aumentam o peso da carga fiscal em sede de IRS.

Não menos verberados pela bancada comunista foram, por outro lado, os objectivos governamentais no que se refere ao Orçamento da Segurança Social. Trata-se, no entender do PCP, de "manobras contabilísticas" utilizadas para proceder às transferências do Orçamento do Estado para a Segurança Social, uma manipulação que apelidou de "chantagem política inaceitável e fraudulenta" e que em sua opinião tem em vista transmitir para a opinião pública a ameaça política de que ou os cidadãos aceitam a redução dos «benefícios» concedidos ou, então, terá de haver acrescidos aumentos dos impostos gerais.

Rendimentos dos titulares de cargos públicos

PSD aposta na opacidade

A proposta anunciada pelo PSD através do deputado Pacheco Pereira de realização de um novo debate sobre a "transparência da sociedade" foi interpretada pelo Grupo Parlamentar do PCP - no próprio dia em que subiu a plenário para reapreciação na sequência do veto presidencial o decreto sobre o "controlo público de rendimentos e património dos titulares de cargos públicos" -, como "mais um pretexto para tentar secundarizar" as questões centrais então suscitadas, desculpabilizando-se, simultaneamente, perante a opinião pública, pelo facto de recusar a publicidade das referidas declarações de rendimentos.

Para a formação comunista resulta claro que o PSD já poderia, se fosse esse o seu desejo - e teve todas as oportunidades para tal desde que em 1993 foram debatidos na generalidade os projectos de lei relativos à transparência da vida pública -, ter promovido da forma que entendesse a discussão deste tema, coisa que não só nunca fez, como, ao contrário, se limitou a fazer aprovar normas destinadas a garantir o secretismo de tais declarações.

Atitude que a bancada da maioria governamental voltaria a manter no debate realizado na passada semana sobre a questão, suscitando de imediato uma reacção fortemente crítica da bancada comunista, que, pela voz do deputado comunista António Filipe, considerou tal facto como um testemunho da "opacidade e dissimulação" que enferma o comportamento do PSD nesta matéria.

Com efeito, como sublinhou o parlamentar do PCP, é "inconcebível" que ainda não vigore entre nós um regime de publicidade das declarações de rendimentos e de património dos titulares desses cargos, do mesmo modo que é "deplorável" - as palavras são suas - que o PSD, que tanto afirma o seu empenho e o do seu Governo no combate à corrupção, tudo tenha feito para impedir a consagração da transparência neste domínio.

O Grupo Parlamentar do PCP, que votou contra o diploma, afirmou já, entretanto, que em sede de especialidade apresentará propostas no sentido de garantir, por um lado, a publicidade e o livre acesso de qualquer cidadão às declarações, a todo o tempo, e, por outro, a implementação de um controlo efectivo sobre o seu conteúdo, a efectuar através da Procuradoria-Geral da República.

Serviços de Informações

Não às violações; Sim à defesa dos direitos

O Decreto-Lei que altera a Lei Quadro do Sistema de Informações - alvo do veto presidencial no Verão passado - foi reapreciado pela Assembleia da República, voltando a suscitar as mais sérias reservas, designadamente do Grupo Parlamentar do PCP, que votou contra a confirmação do diploma.

Apesar do anúncio do PSD de que estaria disposto a introduzir algumas alterações, para a bancada comunista, todas as objecções por si levantadas desde a primeira hora quanto ao conteúdo do Decreto continuam a ser perfeitamente justificadas.

Coube ao deputado João Amaral reiterá-las, pondo nomeadamente em relevo o que considerou a questão central nesta matéria, a qual tem a ver, sublinhou, com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e as "grosseiras violações da legalidade" praticadas pelos Serviços de Informações.

É a partir desta premissa que os parlamentares comunistas reafirmam a sua determinação - ao contrário da atitude do PS que nesta matéria indicia a possível existência de um "casamento" entre si e o PSD, a avaliar pelas declarações do seu líder parlamentar no debate realizado no dia 10 de Novembro - em não aceitar, nem participar em nenhuma solução que não ponha como objectivo e preocupação central a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Foi, aliás, à luz deste princípio que a formação comunista formulou algumas propostas de alteração ao diploma, de que não prescindiu, visando, nos seus objectivos, três aspectos fundamentais: a garantia de uma fiscalização democrática eficaz; a limitação da actividade dos Serviços, com clarificação das áreas que lhes estão vedadas; e a realização de um rigoroso inquérito às ilegalidades cometidas pelos Serviços ao longo destes anos.

Breves

Atendimento de toxicodependentes

Críticas quanto à natureza das opções consignadas na sua proposta de Plano Estratégico, provenientes de vários quadrantes, estão a ser dirigidas ao Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT).

Na origem deste movimento, algumas medidas previstas no referido Plano apontam, por um lado, para a existência de uma única unidade hospitalar especializada em Lisboa (Centro das Taipas), e, por outro, para a separação da prevenção primária das equipas de tratamento e recuperação.

Ora sucede que o Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Restelo (ex-CEPD-Sul) - como salienta o deputado comunista António Filipe em requerimento onde pede explicações ao Governo sobre o assunto - desenvolve as suas actividades desde 1976 com reconhecido mérito, através de uma diversidade de estratégias terapêuticas (consultas multidisciplinares, psicoterapias individuais, de grupo e familiares, unidade de investigação, comunidade terapêutica, prevenção primária), consideradas como correctas a uma adequada abordagem do fenómeno da droga.

Daí a perplexidade causada pelas opções do SPTT, tanto maior quanto é reconhecido o carácter meritório das actividades desenvolvidas pelo CAT do Restelo, bem como a comprovada competência técnica das respectivas equipas.

Acresce, noutro plano - e este é outro dos aspectos para o qual António Filipe chama a atenção no texto do requerimento - que os propósitos enunciados não só contrariam frontalmente a Lei Orgânica do SPTT que prevê expressamente a existência de três unidades hospitalares especializadas em Lisboa (Taipas, Restelo e Alvalade), como se traduziriam, caso se concretizassem, segundo a opinião de técnicos qualificados, em perda de qualidade no atendimento e seguimento dos utentes.

Porte de Bilhete de Identidade

Na sua última reunião, a conferência de líderes parlamentares agendou para o próximo dia 14 de Dezembro o debate e votação do diploma sobre o porte de documento de identificação, que foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional no Verão passado.

O debate e votação do diploma esteve previsto para uma das sessões plenárias da semana transacta, mas a morosidade das discussões (ver nesta página) sobre os decretos vetados pelo Presidente da República em Agosto passado levou o Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, a adiar a sessão. O diploma, registre-se, regressa a debate com algumas alterações introduzidas pelo Governo, nomeadamente quanto ao tempo de retenção dos cidadãos nos postos policiais para identificação, que passou de seis para duas horas.

Hospital de Beja

A Comissão de Inquérito ao "caso Hospital de Beja" vai confirmar as irregularidades na concessão da morgue do hospital, refere a Agência Lusa, citando fontes parlamentares.

Segundo as mesmas fontes, as conclusões estão ainda a ser elaboradas, mas vão apontar a responsabilidade ao Conselho de Administração do hospital por irregularidades no concurso de concessão.

A comissão não vai ilibar nem culpar nenhuma das pessoas envolvidas, admitindo-se a hipótese de, no final, enviar o processo à Procuradoria-Geral da República (PGR) para que prossigam as investigações aos indícios recolhidos.

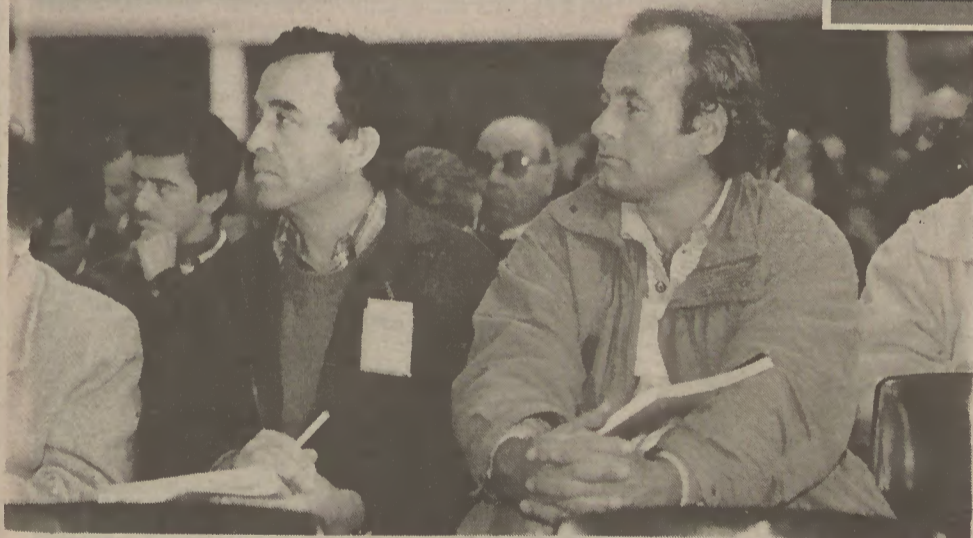
Ao longo de vários meses de audições na Comissão, recorde-se, os depoimentos recolhidos foram muito contraditórios, com as 17 pessoas ouvidas a não confirmarem os depoimentos entre si.

Conferência Nacional

*Renovar e reforçar
a organização
e a intervenção do Partido
no seio dos trabalhadores*

26 de Novembro de 1994
Lisboa - Voz do Operário

PCP 



Conferência Nacional**Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores**28 de Novembro de 1984
Lisboa - Voz do Operário**PCP****REFORÇAR E RENOVAR**

Sob a consigna "Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores", realizou-se no passado sábado uma Conferência Nacional do PCP que reuniu, nas instalações da Voz do Operário, em Lisboa, cerca de 1.500 pessoas, entre participantes e convidados. A Conferência, que culminou um vasto debate nas organizações do Partido, mobilizando largos milhares de camaradas, teve duas sessões plenárias, uma de manhã e outra para o encerramento, funcionando, à tarde, em quatro Secções de debate.

Como dissemos, entre participantes e convidados, estiveram presentes nesta Conferência Nacional do PCP cerca de 1.500 pessoas. Em relação aos participantes inscritos, foram exactamente 941, dos quais 37 entregaram tardiamente as suas fichas de inscrição na última sessão plenária, somando-se, assim, aos 904 já registados e referidos no relatório do Secretariado da Conferência, nessa altura apresentado.

Os convites para esta Conferência Nacional do PCP foram endereçados fundamentalmente - e para além dos membros do Partido - a organizações ligadas ao mundo do trabalho, em concreto a Federações e Uniões Sindicais, Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e ao sector Cooperativo, sendo de destacar a pre-

sença de uma delegação da CGTP - Intersindical Nacional encabeçada pelo seu Coordenador, **Carvalho da Silva**.

A primeira sessão plenária foi presidida por **José Soeiro**, membro da Comissão Política do CC do PCP, que pôs à votação, sucessivamente, a Mesa, o Regimento, o Secretariado da Conferência e a Comissão de Redacção (ver caixa). Os primeiros oradores desta Conferência Nacional do PCP foram **Agostinho Lopes**, da Comissão Política, e **Álvaro Cunhal**, Presidente do Conselho Nacional, cujas intervenções apresentamos nestas páginas. Seguiram-se várias abordagens temáticas, que preencheram toda a sessão plenária de abertura. Nesse período, usaram da palavra **Domingos Abrantes**, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, **José Timóteo**, do CC do PCP, **Nuno Costa**, da Direcção da JCP, **Américo Nunes**, do CC do PCP, **Rosa Rabiais**, do CC do PCP, e **Jerónimo de Sousa**, da Comissão Política.

Após o almoço, seguiu-se, entre as 14 horas e as 17.30, o trabalho das quatro Secções de debate, onde as numerosas intervenções chegaram a criar dificuldades na administração do tempo disponível, com os respectivos espaços permanentemente a transbordar de gente atenta e participativa, o que dá bem nota do debate riquíssimo produzido nesta Conferência Nacional.

Riquíssimo e diversificado, como se percebe na simples enunciação dos temas em presença.

A **Secção 1** abriu espaço a questões ligadas à "Indústria, Agricultura e Pescas". Os debates ali produzidos tiveram como

relator, na sessão plenária de encerramento, **Vitor Ranita**, metalúrgico, sindicalista e membro do Comité Central do PCP.

Os "Transportes, Comunicações e Energia" foram discutidos na **Secção 2**, tendo por relator **Ana Paula Henriques**, responsável pelo Sector dos Transportes da ORL do PCP e membro do Comité Central.

As questões ligadas aos "Serviços" foram tratadas na **Secção 3**, tendo por relator **José António Nunes**, da direcção da Organização dos Bancários Comunistas de Lisboa e coordenador das Comissões de Trabalhadores da Banca.

Finalmente, a **Secção 4** tratou da "Administração Pública", sendo seu relator **Américo Costa**, da Organização Sindical Central e do Comité Central do PCP.

A sessão plenária de encerramento começou com **Conceição Morais**, membro do Comité Central, a apresentar a composição social dos delegados presentes na Conferência, seguindo-se as intervenções dos relatores de cada Secção, atrás referidos.

Finalmente, **Blanqui Teixeira**, do Secretariado do Comité Central, apresentou as conclusões da Comissão de Redacção que apreciou as propostas de emendas ao projecto de Resolução. Este documento foi aprovado por unanimidade, aclamado, de pé, por toda a sala.

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, proferiu a intervenção final, encerrando esta Conferência Nacional com os presentes a entoar em coro o "Avante Camarada", a Internacional e o Hino Nacional, a encerrar esta iniciativa que marcou um ponto de arranque para a renovação e o reforço do Partido.

**ÓRGÃOS DA CONFERÊNCIA****MESA DA PRESIDÊNCIA**

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral; **Álvaro Cunhal**, Presidente do Conselho Nacional; **Agostinho Lopes** da Comissão Política e do Secretariado; **António Andrez**, do Conselho Nacional; **António Lopes**, da Comissão Política; **António Orcinha**, do Conselho Nacional; **Branca de Carvalho**, do Conselho Nacional; **Domingos Abrantes**, da Comissão Política e do Secretariado; **Fernando Blanqui Teixeira**, do Secretariado; **Henrique de Sousa**, do Secretariado; **Jerónimo de Sousa**, da Comissão Política; **Jorge Pires**, do Secretariado; **José Soeiro**, da Comissão Política; **Maria da Piedade Morgadinho**, da Comissão Central de Controlo; **Adelino Silva Nunes Pereira**, metalúrgico, da Concelhia de Aveiro do PCP e da Célula da Renault; **António João Palma Zacarias**, empregado de escritório, do Secretariado da DORBE e da AM de Ourique; **José Araújo Silva**, operário têxtil da DORB; **Nuno Augusto Barreira**, operador de máquinas, da Concelhia de Bragança; **Francisco Rodrigues Moreira**, trabalhador da Administração Local, da DORCB e dirigente sindical; **Domingos Oliveira Dias**, operário metalúrgico, da DORC e do C.C.; **Eulália Miranda**, operária têxtil, do Secretariado e Executivo da DOREV e do C. C.; **Henrique Ricardo Graça**, técnico de obras, da DORAL, dirigente sindical; **Humberto Mota Veiga**, escriturário, da DORG e da Assembleia Municipal de Seia; **Jorge Manuel Duarte Paixão**, operário metalúrgico, do Executivo e Secretariado da DORLEI; **Maria Lurdes Aleixo Dias**, técnica comercial, do OD do Sector Público, do Secret. da Célula e da sub-CT da EDP/Lisboa; **Armando da Cruz Faria**, operário, da Concelhia da Amadora e da Célula e CT da Sorefame; **Maria Amélia Guerra**, farmacêutica, da Direcção do Sector da Saúde da ORL e eleita da A. M. de Lisboa; **António José Lopes Carreiras**, trabalhador da Administração Local, da Concelhia de Avis e da DORPOR; **José Gonçalo Simão Timó-**

teo, operário metalúrgico, do Secretariado Permanente da DORP e do C. C.; **Silvestrina Monteiro**, operária têxtil, da DORP e do C. C.; **Joaquim Jorge Ferreira**, operário metalúrgico, do Executivo da DORSA, do C. C. e da A. M. de V. N. da Barquinha; **Maria Soledade Sobral**, operária da indústria electrónica, da Célula da Indelma e delegada sindical; **Vicente Merendas**, operário metalúrgico, da DORS, do C. C. e das O.R.T. da LISNAVE; **Manuel Gaspar Lima Moreira**, operário da Portucel, dirigente sindical e da A. M. de Ponte de Lima; **António Fernando Ribeiro Mendes**, estofador, coordenador da DORVIR; **Rui da Silva Gouveia Nobre**, funcionário público, da DORV e dirigente sindical; **João Alberto Bicu de Deq Mota**, agente de exploração portuária, da DORAA e dirigente sindical; **José Gilberto Faria Fernandes**, operador de máquinas, da Comissão Sindical da ORAM e dirigente sindical; **Isaque José Ferreira**, pintor, emigrante na Suíça, do Org. de Coord. da Emigração (Europa) e dirigente associativo; **Rogério Paulo Silva**, operário, do Executivo da DN da JCP, do Secretariado do CN da Interjovem e do CN da CGTP-IN.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Carlos Carvalhas
Agostinho Lopes
Blanqui Teixeira
Domingos Abrantes
Henrique de Sousa
Jerónimo de Sousa
Jorge Pires

SECRETARIADO

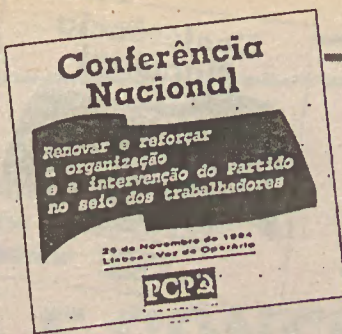
Alexandre Teixeira
António Orcinha
Henrique de Sousa
José Soeiro
Conceição Morais



As quatro Secções, que funcionaram durante a parte da tarde, foram ponto de encontro para multidões permanentes e intenso debate

Intervenção de **CARLOS CARVALHAS**,
secretário-geral do PCP, no encerramento da Conferência

REFORÇO E RENOVAÇÃO



I Uma Conferência para o presente e o futuro

Camaradas e amigos:

Estamos agora a chegar ao termo dos trabalhos desta nossa Conferência Nacional e certamente que todos partilhámos neste momento de um ainda mais forte sentimento de que esta iniciativa foi não só oportuna e necessária mas também verdadeiramente indispensável e inadiável, para que o nosso Partido, na base da reflexão e esforço de todo o colectivo partidário, possa impulsionar - com persistência, com realismo, mas também com audácia - um processo de reforço e renovação da sua acção e intervenção junto dos trabalhadores.

Esta nossa Conferência Nacional, já o sabíamos, não podia representar uma reflexão acabada e fechada sobre as matérias em análise nem podia oferecer orientações e soluções infalíveis e de êxito garantido para superarmos as ásperas dificuldades, os sérios obstáculos e os complexos problemas que defrontamos na nossa organização e intervenção nas empresas, nos locais de trabalho, no seio dos trabalhadores.

Entretanto, pensamos ser inteiramente justo salientar que o processo desta nossa Conferência nos permitiu um melhor conhecimento do quadro alterado em que estamos a intervir, e as suas aquisições representam um indiscutível avanço na nossa reflexão colectiva e constituem um marco promissor que nos cria responsabilidades que, a todos os níveis, todos devemos procurar concretizar no nosso trabalho futuro.

Com efeito, o importante debate preparatório da Conferência, o debate hoje realizado nas secções e a Resolução que acabamos de aprovar representam, em conjunto, um valioso património de informações, análises, pistas de reflexão, experiências, propostas de orientação, medidas e soluções organizativas que são uma inestimável ajuda para o desenvolvimento criador de novas respostas ao serviço do objectivo fundamental de ampliarmos a presença e intervenção do nosso Partido no mundo do trabalho.

De ampliarmos a nossa generosa contribuição para a defesa dos interesses dos trabalhadores e para o reforço das suas organizações unitárias, de ampliarmos a nossa luta pela afirmação do papel dos trabalhadores na vida nacional, para tornarmos ainda mais forte e mais sólida a ligação do Partido aos trabalhadores, elemento essencial da sua história, da sua identidade e do seu projecto, condição determinante para a defesa e afirmação da sua natureza de classe, principal garantia do seu futuro como partido revolucionário da grande causa da democracia, do progresso social e do socialismo.

Esta nossa Conferência Nacional criou uma dinâmica de interesse, de motivação e de reflexão, estimulou uma mais aguda percepção, pelo conjunto do Partido, da importância do que hoje se joga e decide nas empresas e nos locais de trabalho.

Criou também uma maior sensibilização para a imperativa necessidade de concentrar atenções, meios e esforços nesta grande prioridade da nossa acção e, sem prejuízo de uma lúcida identificação e consciência de atrasos, insuficiências e sobretudo dificuldades e obstáculos exteriores ao Partido, testemunhou que o colectivo partidário integra milhares de homens e mulheres com as energias, a capacidade, a experiência, a coragem e a vontade que são essenciais para intensificar a acção do PCP junto do mundo do trabalho, para reforçar consideravelmente o PCP como o grande e consequente partido dos trabalhadores portugueses.

Sem qualquer pretensão de síntese das conclusões ou indicações resultantes da nossa Conferência, julgamos ser de sublinhar o grande valor e consequências da ideia central que nela se exprime da decisiva importância para o Partido, para a sua vida, para o seu presente e o seu futuro, da sua base orgânica e militante de trabalhadores e da importância para os trabalhadores de disporem de um partido como o PCP, que considera justamente os trabalhadores assalariados como «a principal, a mais numerosa e a mais decisiva força social de transformação e progresso da sociedade portuguesa».

Permitam-nos que destaquemos também a importância da ideia consagrada nesta Conferência de que, sendo indispensável uma grande atenção, sensibilidade e intervenção das organizações partidárias de trabalhadores em relação aos problemas profissionais ou sociais, o eixo central da nossa intervenção deve ser a mobilização política dos trabalhadores e que salientamos de igual modo o papel que atribuímos às células de empresa e a outras organizações e organismos no desenvolvimento da componente social e política dos assalariados.

Pensamos ainda ser adequado atribuir um grande significado ao compromisso e orientação confirmados nesta Conferência de ampliar ainda mais o já hoje essencial e determinante contributo dos comunistas para o reforço das organizações representativas dos trabalhadores - designadamente com o fortalecimento do movimento sindical unitário e da CGTP-IN e com a dinamização e valorização das comissões de trabalhadores -, para a defesa, a garantia e plena afirmação dos direitos políticos sociais, sindicais e profissionais dos trabalhadores. E isto no quadro de um combate decidido à repressão e às múltiplas formas de coacção que se exercem nas empresas sobre os assalariados e contra os seus direitos.

São ainda de valorizar como linhas gerais de orientação, que carecem naturalmente de uma aplicação que tenha em conta a grande diversidade de situações e condições existentes, as respeitantes a medidas de direcção e organização, à coordenação nacional dos sectores partidários junto dos trabalhadores, às soluções orgânicas e à gestão de quadros e a particular atenção que deve ser prestada à ligação aos trabalhadores jovens e aos trabalhadores desempregados ou com estatuto precário.

E falámos de reforço e renovação, direcções interligadas. E quanto à renovação há que prestar uma atenção reforçada e permanente ao recrutamento de jovens e de mulheres e à sua organização e responsabilização.

Esta nossa Conferência Nacional é uma nova e expressiva confirmação, não apenas de que o nosso Partido continua dotado de espírito crítico em relação às suas deficiências e dificuldades, não apenas de que o nosso Partido se distancia de atitudes de auto-satisfação que conduzem à rotina e à passividade, mas também de que o nosso Partido, ao contrário das tendências que marcam a vida e o funcionamento dos outros, se mantém fiel à justa ideia do insubstituível papel dos seus militantes no debate e definição das suas grandes orientações e à importância do trabalho, da reflexão e da responsabilidade colectiva.

E é essa uma condição essencial para que, com a contribuição e o empenho de todos e com uma adequada gestão de forças - meios, quadros, espaço nos organismos - possamos vencer as duras batalhas e os exigentes desafios que temos pela frente.

II A luta pelos direitos dos trabalhadores

Os continuados ataques aos direitos dos trabalhadores constituem um dos mais graves, senão o mais grave traço da situação nacional.

Convergem, nestes ataques, como sabemos, a acção do governo do PSD (e da dócil maioria parlamentar que o sustenta) e do grande capital.

É sabido que o Governo não conseguiu ir tão longe quanto desejava, pela constante resistência que tem tido pela frente dos traba-

a própria obrigação dos trabalhadores sujeitos ao regime de laboração contínua, findo o seu horário normal, não poderem deixar o seu posto de trabalho caso se verifiquem faltas ao serviço no turno seguinte e por um tempo indefinido;

- a própria redução dos benefícios sociais dos trabalhadores - tempo de férias, subsídio de desemprego, segurança social - que seriam, segundo a mentalidade retrógrada de alguns desses senhores, desincentivadores do trabalho.

E, se alguém ainda tivesse dúvidas quanto à maneira como o Governo do PSD acompanha, incentiva, apoia estes propósitos, bastaria lembrar o que chegou a estar fechado nesta matéria em sede de «concertação social», com o significativo assentimento da UGT (e perante o silêncio comprometido da direcção do PS): a revisão profunda do quadro jurídico-laboral numa linha de flexibilização e de desregulamentação das condições de trabalho; a violação e a subversão do direito de contratação colectiva e o esvaziamento do conteúdo das convenções colectivas; e a subversão de princípios fundamentais do actual sistema da segurança social, designadamente nos domínios da universalidade e da solidariedade.

O grande capital e a sua expressão política e associativa não se conforma sequer com o exercício de liberdades fundamentais que os trabalhadores portugueses tão duramente conquistaram.

São verdades que não podem ser ignoradas.

Vejam-se igualmente os projectos que o PSD e o CDS apresentaram na Assembleia da República para a revisão da Constituição, explorando uma oportunidade que lamentavelmente lhes foi oferecida de bandeja pelos dirigentes do PS.

Veja-se a liquidação dos direitos económicos, sociais e culturais do nosso povo que os partidos da direita pretendiam.

E veja-se o ataque aos próprios direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, como a liquidação das Comissões de Trabalhadores (projecto do PSD), como a restrição da liberdade sindical (projectos do PSD e do CDS), como a limitação dos direitos das associações sindicais (projecto do PSD) e como a própria liquidação, na prática, do direito à greve, que ambos os partidos defendiam, ao pretenderem eliminar o preceito constitucional que reconhece que é aos trabalhadores - e só a eles - que compete «definir o âmbito de interesses a defender através da greve, (e que) não pode a lei limitar esse âmbito».

Num tempo em que são imensas as possibilidades acumuladas pela civilização humana e em que a revolução científica e tecnológica que estamos a atravessar cria condições, como nunca existiram, para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e dos povos e a evolução da sua qualidade de vida, o mundo está confrontado com uma situação paradoxal.

Por um lado é a extraordinária concentração da riqueza a que se assiste, fruto do aprofundamento da exploração capitalista dos trabalhadores e dos povos, e do desenvolvimento de uma economia de mercado privatizada, desregulamentada e liberalizada, um verdadeiro regresso à fase do «capitalismo selvagem», agora

actuando não à escala de cada país, como há cem ou cento e cinquenta anos, mas à escala planetária.

Do outro lado da medalha, o que se observa é uma regressão social sem precedentes. A degradante situação económica e social que atinge centenas de milhões de seres humanos. O bloqueio às possibilidades de desenvolvimento de povos e nações inteiras. O agravamento das assimetrias nacionais, regionais e sociais. O alastramento dos fenómenos da exclusão social e da pobreza.

Esta situação não constitui um fenómeno natural e muito menos inevitável.

E desse facto é necessário que todos os trabalhadores ganhem plena consciência.

A «cartilha» da competitividade e outras receitas neo-liberais propagandeadas pelos centros do capital multinacional (sejam os da União Europeia, o FMI, a OCDE ou os do G7), e que o Governo subservientemente segue, não constituem algo de neutro. Representam sim a face - económica, política e ideológica - da mais desenfreada e lucrativa exploração capitalista.

Contra a intensificação da exploração dos trabalhadores; contra as forças que estão a pôr em causa direitos sociais que integram o património das grandes conquistas do século XX e ameaçam fazer recuar de forma intolerável o emprego, a segurança social, a saúde, a educação - não há outro caminho que não seja o da luta.



lhadores e do seu movimento sindical unitário. E porque não conseguiu alterar a Constituição em consonância com os seus objectivos.

Quanto ao grande patronato - com destacado protagonismo por parte da CIP, da CAP e da CCP - não só tem procurado impor na prática, na vida quotidiana das empresas e dos vários sectores económicos, a completa arbitrariedade e desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, como continua a pressionar, dia após dia, alterações ainda mais graves à legislação laboral, que, se fossem concretizadas, significariam o recuo dos ponteiros do relógio, em importantes aspectos, para antes do 25 de Abril.

Não há qualquer exagero da nossa parte.

Com que arrogância se tem visto o grande capital reclamar:

- a redução dos custos salariais, apesar da diferença cada vez maior que separa o custo-hora do trabalho em Portugal do que é praticado nos outros países da União Europeia;

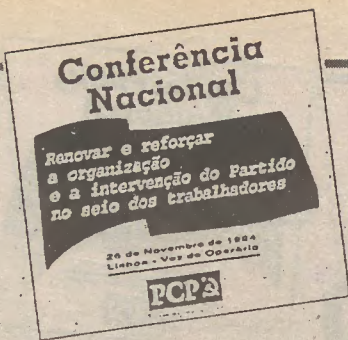
- a liquidação do salário mínimo, apesar do seu valor ter vindo a ser degradado pela política de direita, ano após ano;

- uma desregulação ainda maior do mercado de trabalho, com o falso pretexto de que seria actualmente muito rígido;

- maiores facilidades nos processos de despedimento, nomeadamente com a introdução da figura do «despedimento por inadaptação», a partir da qual todos os postos de trabalho estariam ameaçados;

- a introdução da polivalência;

- a desregulamentação do próprio horário de trabalho, com exigências como a do aumento do limite das 50 horas semanais, a fixação do período máximo consecutivo em 6 horas, e - pasme-se! - até



REFORÇO E RENOVAÇÃO

É essa a postura essencial que assumimos no tempo presente.

O PCP, o partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses, que esteve sempre na primeira linha da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e pela conquista e concretização dos seus direitos, não é um partido que baixe a bandeira perante as dificuldades e a complexidade dos problemas que enfrentamos no presente.

Não somos um partido que nos resignemos perante uma ofensiva que pretende destruir direitos e conquistas fundamentais dos trabalhadores. Direito ao trabalho e à segurança no emprego. Direito às condições de trabalho, de retribuição e de repouso, e à Segurança Social. Direito à greve e à proibição do *lock-out*. Liberdade sindical, direitos das associações sindicais e das comissões de trabalhadores e de contratação colectiva.

Não somos um partido que nos resignamos perante a tentativa de inversão de valores de classe e de solidariedade que unem e guiam a força transformadora, generosa, combativa e incansável que são os trabalhadores.

III

A exigência de uma nova política

Camaradas:

Só por si, bastaria toda uma política raivosamente dirigida pelo Governo do PSD contra os direitos, interesses e aspirações dos trabalhadores, toda uma política que concebe os trabalhadores como uma massa eternamente condenada ao reforço da exploração, à insegurança e à perda de direitos e regalias, para condenar a política de direita e fundamentar a necessidade e exigência de uma nova política e de uma alternativa democrática.

Mas, para esse condenação, não faltam muitos outros fundamentos e razões.

Côm efeito, mesmo sem falarmos do muito que está para trás, os nove anos de governos do PSD e de Cavaco Silva representam nove anos de uma política obstinadamente empenhada em destruir as principais conquistas da revolução de Abril e em reconstituir o poder do grande capital e o seu controlo sobre a vida nacional, como se encontra simbolizado por exemplo, no mafioso processo de privatizações que, ao contrário do que prometiam o PSD, o CDS e também o PS, longe de fazer nascer um «empresariado moderno», trouxe, sim, o regresso em força dos velhos senhores e dos velhos grupos monopolistas.

Representam o criminoso esbanjamento e desaproveitamento, em termos de interesse nacional, da melhoria de condições de vida da população e de progresso de Portugal, de parte essencial dos vultuosos fundos de origem comunitária a que Portugal teve acesso e que foram sorvidos pela gula insaciável das clientelas do PSD ou desviados para a dinamização do processo de acumulação e centralização de capitais e para o enriquecimento pessoal dos grandes capitalistas e a reconstituição das grandes fortunas que foram dos principais sustentáculos, mandantes e beneficiários da ditadura fascista.

Representam o constante privilegiar das meras operações de transferência de propriedade em detrimento da mobilização de recursos para a criação de riqueza e de emprego, o privilegiar das obras de fachada sobre a dinamização da actividade produtiva, o privilegiar da especulação financeira em detrimento da criação de bases estáveis, sólidas e duradouras para o desenvolvimento económico e social de Portugal.

Representam uma continuada incapacidade de enfrentar os problemas de fundo da economia e da sociedade portuguesa, sejam eles o da estruturação e real modernização do aparelho produtivo, sejam eles o da necessidade de travar o trágico processo de desertificação humana e económica do interior do País.

Nove anos de governo do PSD representam uma sistemática ofensiva, à beira de desenvolvimentos ainda mais perigosos, contra elementares princípios de justiça e de protecção social no domínio da saúde, do ensino, da segurança social, sempre debaixo da infame regra de que a grande modernidade e o grande progresso estariam afinal em transformar as carências, dificuldades e sofrimentos dos portugueses em novas áreas e oportunidades para chamados negócios privados.

Representam uma política em constante conflito com a democracia política consagrada na Constituição da República, traduzida em sucessivos planos e projectos visando a sua subversão, designadamente através da governamentalização do Estado e da modificação antidemocrática das leis eleitorais concebidas para garantir a eternização dos governos e da política de direita.

Representam, como é bem patente na pequena ponta do *iceberg* que são os casos mais conhecidos e falados, uma política de estímulo activo à corrupção, do sacrifício do interesse público em favor de egoístas e ilegítimos interesses privados, de protecção do clientelismo tentacular que, sem limites morais nem escrúpulos, se apropria do Estado e dos dinheiros públicos.

Representam também uma política de integração na CEE sempre obediente aos ditames, imposições e interesses dos países mais desenvolvidos, sempre pronta a entregar e a sacrificar os interesses e a soberania nacionais no altar da supranacionalidade e do caminho para o federalismo, sempre prioritariamente incapaz de dotar Portugal de

uma voz própria, firme e diferenciada no processo da chamada «construção europeia». Por tudo isto e por muito mais, é que o PCP afirma que é tempo de mudar.

Mas é por tudo isto e por muito mais que o PCP também afirma que é tempo de mudar, mas não para uma qualquer mudança de caras ou de fachada que, como o PS no fundo propõe, manteria entretanto uma política muito semelhante à do PSD.

De facto, é tempo de mudar, mas de mudar para uma nova política, de mudar para uma verdadeira alternativa democrática, aquela em que pesem e em que contem decisivamente as propostas do PCP, que se afirma pela prática, pela coerência e pela valia do seu projecto, como o grande Partido de esquerda, o grande Partido da alternativa.

Sim, é tempo de mudar.

E os trabalhadores portugueses são e têm de ser ainda mais uma força essencial para a concretização dessa mudança democrática que ofereça uma nova esperança para os portugueses e para o Portugal democrático.

IV

A luta imediata e a batalha pela alternativa

Camaradas:

Não pode haver qualquer dúvida que o nosso Partido tem boa consciência da importância decisiva de que se revestem as próximas eleições legislativas para assegurar o afastamento do PSD e da direita do Governo e para conquistar uma alternativa democrática que signifique a concretização de uma nova política, ao serviço do povo e do País.

E também não se justifica qualquer dúvida de que nos estamos já preparando para essa crucial batalha eleitoral a que dedicaremos, de ora em diante, crescente atenção.

Mas dito isto, é também necessário dizer alguma coisa mais, e alguma coisa mais que nos diferencia significativamente das concepções e atitudes de outros partidos da oposição.

É que, se outros porventura pensam que o agravamento continuado dos problemas e sofrimentos dos portugueses é sobretudo um bom terreno de capitalização eleitoral, nós pensamos que o primeiro dever do nosso Partido é favorecer, estimular e ajudar a organizar o protesto, a resistência e a luta de todos os que são agredidos pela política de direita e pelas decisões do Governo do PSD.

Que o primeiro dever do nosso Partido é ser solidário, ser activo e estar presente com a sua generosidade e dedicação em todas as batalhas para derrotar ou fazer recuar a ofensiva governamental contra os direitos, interesses e condições de vida do nosso povo.

É que, se outros se limitam a pedir confiança e votos que, aliás, não tencionam respeitar, nós, pela nossa parte, insistindo justamente que o reforço da confiança e do apoio eleitoral ao PCP é a melhor, a mais útil e a mais segura alavanca para uma viragem democrática, insistimos também que é essencial que os trabalhadores e os cidadãos em geral tenham confiança na sua própria razão, na sua própria iniciativa, protesto e luta, tenham confiança nas suas próprias forças e no seu próprio papel.

É que, se outros mergulham em cheio na política-espectáculo, nas jogadas politiqueras, na demagogia a qualquer preço e na ocultação das suas reais posições, nós mergulhamos e queremos mergulhar mais, mas é na substância dos problemas e aspirações populares, na verdade sobre o que defendemos, no calor da luta que forma, informa e ajuda a determinar as causas, as responsabilidades e as novas soluções que são necessárias, na dinamização de um grande movimento popular e nacional de confiança, exigência de uma nova política e esperança numa alternativa democrática.

E, por isso, não só não separamos a luta imediata da batalha eleitoral pela alternativa, como afirmamos que a intensificação da luta popular contra a política do Governo é um esteio fundamental para a conquista, pelo voto popular, de uma nova política e de uma viragem democrática na vida nacional.

E, por isso, daqui saudamos as lutas dos trabalhadores, dos agricultores, dos professores e da juventude estudantil. Saudamos a jornada de luta da CGTP-IN, de 7 a 11 de Novembro, por melhores salários, pelo emprego e contra os despedimentos, as lutas da Rodoviária do Sul, da Siderurgia, da Cordoaria, da Indústria Naval e das Comunicações, os protestos da Administração Pública e as magníficas vitórias dos trabalhadores da Grundig e da Carris.

V

O PCP, os trabalhadores e as eleições legislativas

O nosso Partido arranca para o progressivo desenvolvimento da sua intervenção com vista às eleições legislativas com três sólidas convicções:

- a convicção de que está ao alcance dos democratas derrotar o PSD e o conjunto da direita;

- a convicção de que está ao nosso alcance assegurar um reforço da influência eleitoral do PCP, que é condição determinante para uma nova política e para uma alternativa democrática;

- mas também a convicção de que a concretização destes objectivos só pode ser garantida com uma dinâmica de confiança e determinação, com a mobilização de todo o Partido e com um intenso trabalho e com uma acertada orientação política.

Devemos estar prevenidos de que, comprovadamente desistidos de escrúpulos e de respeito pela verdade, o PSD e Cavaco Silva não hesitarão no recurso a todos os truques, mistificações, falsificações, calúnias e dramatizações que lhes permitam esconder o fracasso da sua política, sacudir as suas responsabilidades e fugir ao merecido castigo eleitoral.

Devemos estar prevenidos de que voltará à cansativa cantilena da «estabilidade» e, por isso, nunca nos cansemos nós de salientar que é a política do PSD que tudo desestabiliza na vida nacional, da economia às condições de vida dos cidadãos, dos direitos dos trabalhadores à própria democracia política.

Devemos estar prevenidos contra o apelo do PSD e de Cavaco Silva para que os portugueses lhes dêem mais uns anos de governação para que consigam completar a sua imaginária obra de colocar Portugal no «pelotão da frente» da CEE, e, por isso, não nos devemos cansar de lembrar que isso foi o que já pediram em 1991 com o único resultado de se ter agravado o atraso relativo de Portugal em relação à média comunitária.

Devemos estar prevenidos de que se intensificarão as manobras de endeusamento e de desresponsabilização de Cavaco Silva, se necessário for descarregando sobre o PSD, sobre os seus barões e deputados todas as culpas, e por isso não nos devemos cansar de lembrar que não há nenhum motivo para absolver e poupar o líder que manda - é o termo - no PSD, que protege os seus barões e comanda os seus deputados.

É necessário também prevenir que o PSD fará tudo o que estiver ao seu alcance para conseguir criar uma dinâmica de confiança entre a base social que ainda o apoia ou que continua iludida com a sua política e que simultaneamente fará tudo o que estiver ao seu alcance para lançar a desmoralização e a perda de confiança entre a base de apoio das forças democráticas. Neste domínio, é necessário prevenir para a armadilha e o truque que consiste na continuação e no provável desenvolvimento de uma campanha política e ideológica - em que também participa activamente o CDS e, por vezes, o PS - e que consiste em, exactamente na altura em que é mais necessário e justo responsabilizar e castigar a política de direita e o Governo do PSD, vir responsabilizar e castigar a «política» e os «políticos» em geral e o «sistema político» em abstracto.

Uma campanha que consiste em, exactamente na altura em que é mais necessário e justo separar as águas e identificar as responsabilidades, vir meter tudo no mesmo saco.

É certo que, sem a colaboração do PCP e com a viva oposição e crítica do PCP, há na vida política portuguesa muitos comportamentos e atitudes que causam compreensivelmente desgosto e indignação entre os cidadãos.

Mas que ninguém se iluda: o divórcio da «política» e a condenação da «política» são sempre o melhor seguro de vida para a desastrosa política de direita que aí está e para os políticos de direita que a executam, e só podem prejudicar a conquista de uma nova e diferente política verdadeiramente atenta aos interesses dos cidadãos e verdadeiramente respeitadora da sua dignidade e das suas aspirações.

O desânimo, a descrença, a falta de esperança, a abstenção, a desistência das escolhas políticas e eleitorais que melhor podem defender os interesses do povo da política de direita, só ajudariam à continuação da política de direita contra os trabalhadores.

Com vista às eleições legislativas, é ainda necessário prevenir para a desavergonhada demagogia de um partido como o CDS, que procura disfarçar com um discurso falsamente moralizante o facto de, no fundo, estar de acordo com as orientações mais gravosas aplicadas pelo Governo do PSD e o facto de, em matéria de atribuição de benesses ao grande capital e de reconstituição do seu poder, de direitos dos trabalhadores e de direitos sociais, onde o PSD diz «mata» o CDS logo diz «esfola».

É também necessário prevenir para que, designadamente com o objectivo de impedir o justo reforço eleitoral do PCP, certamente se intensificará a demagogia oposicionista do PS - verdadeira cortina de fumo e nevoeiro para fazer esquecer que o PS não se dis-





tância dos aspectos mais decisivos e mais graves da política de direita -, bem como as suas tradicionais mistificações sobre o chamado «voto útil» que, como sabemos, só seria útil para as ambições hegemónicas do PS, mas seria completamente inútil para uma política de esquerda e para uma real substituição da política de direita.

São muitos os elementos e factores que justificam que o nosso Partido encare com confiança e com audácia a sua próxima intervenção e objectivos para as legislativas.

Vimos de um período em que mais e mais portugueses reconhecem no PCP a grande força dinamizadora da resistência e da luta popular, a força mais consequente e firme na oposição ao Governo do PSD, a força que exprime posições coerentes e de solidariedade activa com as movimentações sociais, como foi patente no extraordinário e exaltante processo de luta dos utentes da Ponte 25 de Abril.

Na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e nas autarquias locais continuamos a desenvolver uma meritória, combativa e qualificada intervenção em defesa dos interesses populares e nacionais.

Estamos a realizar com assinalável êxito, em termos do interesse suscitado e de participação verificada, o «Debate com o País para uma nova política», vasto conjunto de iniciativas abertas e voltadas para a reflexão dos problemas nacionais e para um estimulante diálogo do PCP com a sociedade.

Mas é necessário trabalho, e muito, para que se confirmem as potencialidades de ampliação da nossa influência que indiscutivelmente existem.

E, no trabalho que é necessário desenvolver e que exige o empenhamento de todas as organizações do Partido e de todos os militantes, adquire uma grande e decisiva importância a nossa acção junto dos trabalhadores para que, no seu próprio interesse, ampliem a sua confiança política e eleitoral no PCP, no partido que realmente defende os seus interesses, no partido que é indispensável para uma alternativa democrática e para uma nova política.

Para derrotar a política de direita e para dar resposta organizada aos problemas de todos os dias e aos combates de hoje e de amanhã pela liberdade e pelos direitos dos trabalhadores, pela democracia, pelo bem-estar e pelo progresso, os trabalhadores precisam de um Partido como o PCP que, como ao longo de toda a sua história, recebe dos trabalhadores a inspiração e as energias para o seu combate revolucionário, mas que, ao mesmo tempo e exactamente por isso, é uma força política na qual podem confiar todos os portugueses que aspiram a uma sociedade mais justa.

Os trabalhadores e o povo português precisam de um Partido como o PCP que se orgulha legitimamente de ser uma combativa força de resistência, de protesto e de luta e de ser, ao mesmo tempo, um Partido fundador do regime democrático saído da revolução do 25 de Abril, com propostas e com um valioso projecto de transformação social voltado para a construção de uma vida melhor para todos os portugueses.

Os trabalhadores e o povo português precisam de um Partido como o PCP que, intervindo por direito próprio na luta de massas, nas instituições democráticas e em muitas outras esferas da vida nacional, o faz sempre tendo no centro das suas preocupações os interesses dos trabalhadores e do povo português.

Os trabalhadores e o povo português precisam de um partido como o PCP, de um partido de homens, mulheres e jovens para quem a coerência e a verticalidade são valores inquestionáveis, para quem a generosidade e a dedicação aos interesses populares são imperativos de consciência, para quem a causa da liberdade, da democracia e do socialismo é um exaltante e apaixonante sentido de vida e de luta.

Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a Conferência Nacional do PCP!
Viva o Partido Comunista Português!

Intervenção de **ÁLVARO CUNHAL**,
presidente do Conselho Nacional do PCP,
na abertura da Conferência

PERSISTÊNCIA E CONFIANÇA

Camaradas:

O camarada Agostinho Lopes acaba de nos dar um quadro muito preciso das questões mais importantes em debate na nossa Conferência, do seu significado e importância. Indicou a ligação dos objectivos da Conferência com a acção política e a identidade comunista do Partido. Apresentou um balanço inevitavelmente muito breve do debate realizado nos trabalhos preparatórios, das iniciativas e experiências em curso, e também das grandes linhas da proposta de resolução.

Os trabalhos da Conferência, nomeadamente nas quatro secções, constituirão certamente um novo avanço na análise da situação e da orientação e medidas para a actividade futura.

Limitar-me-ei pois, reforçando as ideias avançadas pelo camarada Agostinho Lopes, a abordar e a sublinhar alguns aspectos da temática sujeita ao debate.

A situação nas organizações de base do Partido

Análises anteriormente feitas no Partido e nos numerosíssimos plenários e reuniões realizados na preparação desta nossa Conferência Nacional comprovaram que o processo de restauração do capitalismo monopolista tem significado transformações profundas das estruturas socioeconómicas, do quadro empresarial, do aparelho produtivo, das condições de vida e de exploração dos trabalhadores, do mercado da força de trabalho.

Essas transformações são aspectos integrantes da política de direita na fase actual da vida portuguesa, do Governo do PSD de Cavaco Silva inteiramente ao serviço da reestruturação e restauração do capitalismo monopolista e do agravamento das condições de exploração que lhe são inerentes.

Dessas transformações objectivas na base social da organização do Partido resultaram e continuam resultando inevitavelmente mudanças profundas nas organizações de base do Partido, nomeadamente no que respeita às células de empresa e outros locais de trabalho.

O encerramento de centenas de empresas significou o desaparecimento das células do Partido respectivas. A redução radical do número de trabalhadores nas empresas, nomeadamente em grandes empresas, com despedimentos em massa abrangendo a grande maioria dos membros do Partido, representou uma queda vertical dos membros do Partido nelas organizados. O desmembramento e pulverização de grandes empresas, nomeadamente onde as células do Partido eram grandes baluartes, levou em muitos casos ao desaparecimento de células poderosas e à dispersão súbita de milhares de membros do Partido.

Acrescem ainda, entre outras, como causas objectivas da situação a precariedade do emprego, a violenta repressão patronal, as proibições de actividades sindicais em numerosas empresas, os despedimentos selectivos de comunistas e outros trabalhadores com elevada consciência de classe.

A diminuição de milhares de militantes do Partido organizados nas células de empresa e outros locais de trabalho não significa, naturalmente, que aqueles que já não estão organizados nas células tenham deixado de ser membros do Partido. O problema é a sua súbita dispersão. Daí a importante tarefa de estabelecer

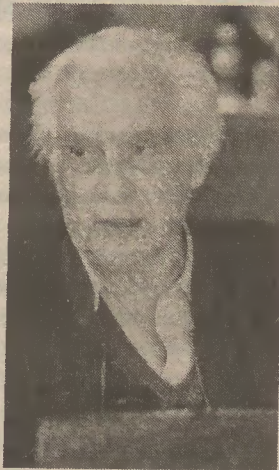
ou restabelecer a ligação com eles e proceder à sua nova integração orgânica.

Destas circunstâncias resulta que as organizações de base do Partido ao nível das empresas e outros locais de trabalho sofreram nos últimos anos mudanças profundas, com uma queda vertical do número de células e de membros do Partido nelas organizados.

Não é exagero dizer que a situação é grave, afecta a acção presente do Partido e, se não fosse ultrapassada (certamente o será) seria susceptível de comprometer o futuro do Partido como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, como partido comunista que é e que está determinado a continuar a ser.

O que está em jogo, camaradas, são as profundas raízes de classe do Partido, que têm constituído ao longo de toda a sua história e que continuam a constituir o factor fundamental e determinante da força, da natureza política, dos objectivos, da energia revolucionária, da capacidade de intervenção do nosso Partido na sociedade.

Resposta à nova situação soluções em curso

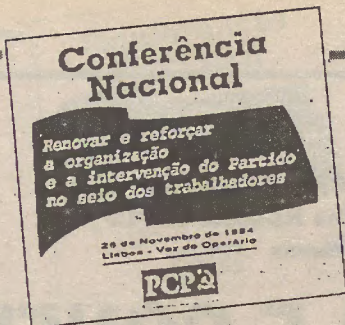


Pode dizer-se que está mais avançado e é mais rigoroso o apuramento feito pelo Partido das causas objectivas da situação, do que a nossa resposta para ultrapassar e vencer as novas dificuldades e obstáculos.

Desde já, um dos êxitos da iniciativa de realizar a Conferência é como que o acordar de todo o Partido para a importância decisiva desta questão, para o atraso de medidas e, em consequência, um apurar de ori-

entações e de decisões que permitam vencer esse atraso. Entretanto muitas das nossas organizações não ficaram de braços cruzados. Foram tomadas medidas. Foram ensaiadas soluções. Nas reuniões e plenários preparatórios da Conferência foram apresentadas numerosas iniciativas e experiências. Apenas como exemplos, que certamente serão enriquecidos nos debates, cite-se: a dinamização da estrutura, actividade e intervenção de fortes células hoje reduzidas no número dos seus membros; a formação de novas células ou estabelecimento de ligação em empresas mais pequenas resultantes da desintegração de grandes empresas; a promoção de plenários (de configuração mais ou menos formalizada) de trabalhadores de várias empresas de um mesmo ramo de actividade, quando não aparece viável a curto prazo a criação de células; a constituição de organismos a nível





PERSISTÊNCIA E CONFIANÇA

regional ou local, incluindo de freguesias, exclusivamente destinados à ligação e acompanhamento dos camaradas nas empresas; a atribuição a funcionários do Partido deste trabalho como única tarefa; a constituição de organismos de âmbito nacional para acompanhamento de empresas de âmbito nacional; a constituição de organismos ou a atribuição a camaradas como tarefa exclusiva a ligação e dinamização da organização do Partido nas empresas; os esforços para ligação a empresas com pessoal completamente renovado com jovens sujeitos a recibo verde e outras formas de trabalho precários.

Muitas outras iniciativas foram tomadas. Muitas outras soluções estão em andamento. É importante que todas cheguem a esta nossa Conferência Nacional, sejam inventariadas, seja avaliada a sua aplicação para que o Partido possa colher as experiências e abrir caminho ao prosseguimento da nossa acção. Isto é decisivo.

Colher as experiências não significa imitá-las ou generalizá-las precipitadamente. As situações são extremamente diversificadas e as soluções orgânicas têm de responder à diversidade das situações.

A decisão de convocar esta Conferência Nacional e as reuniões preparatórias permitem dar um novo e sério impulso ao nosso trabalho. Também neste aspecto a Conferência é simultaneamente um ponto de chegada e um ponto de partida.

Ainda uma observação.

Nos debates preparatórios da Conferência apareceu com frequência a chamada de atenção para o facto de que muitos dos camaradas mais destacados nas células de empresa foram chamados a responsabilidades fora da organização de base, nomeadamente para as estruturas sindicais e os órgãos autárquicos. Se este facto testemunha a elevada capacidade política dos quadros operários e outros trabalhadores (e é, em termos gerais, uma orientação a prosseguir) o excesso enfraqueceu, em alguns casos muito seriamente, as organizações partidárias nos locais de trabalho. De ter em conta no futuro.

Organização partidária e organizações unitárias

A actividade dos comunistas nas empresas e outros locais de trabalho não se limita aquela que desenvolvem as células de empresa e outras formas de organização partidária. Os comunistas são os grandes dinamizadores das formas unitárias de organização, designadamente dos sindicatos e das Comissões de Trabalhadores.

É indubitável que a acção dos membros do Partido nessas estruturas constitui uma importante forma de ligação com os trabalhadores, de defesa dos seus interesses, da organização da sua luta. E, porque são comunistas, essa sua actividade - e o prestígio que lhes grangeia - constitui também um elemento de influência do Partido e de ligação do Partido às massas.

Como se tornou patente em numerosas reuniões e plenários preparatórios da Conferência, há empresas em que, como resultado dos despedimentos em massa e da destruição das organizações de base, a acção dos comunistas delegados sindicais e membros das CTs é, no presente momento, a única ou principal ligação directa com os trabalhadores.

Nós, os comunistas, por vontade, escolha e decisão voluntária dos trabalhadores, temos grande força nas estruturas sindicais e nas CTs. Cabe-nos um importantíssimo papel na força, influência e actividade dos sindicatos, das Uniões, das Federações, da Confederação - a CGTP-IN. Cabe-nos um importantíssimo papel no desenvolvimento do movimento sindical com respeito pela sua natureza de classe, a sua caracte-

rística unitária, a sua autonomia, a sua democracia interna. Não se podem entretanto confundir organizações e organismos unitários com organizações e organismos partidários.

A actividade dos membros do Partido nas estruturas sindicais e nas CTs, a influência de que dispõem através dessa actividade, não dispensa de forma alguma a organização partidária nas empresas e outros locais de trabalho, para o reforço da qual podem e devem aliás dar a sua directa contribuição.

Acção institucional, luta de massas, organizações unitárias e organização do Partido

O reforço da organização partidária nos locais de trabalho não se pode considerar separado da sua importância para a realização das grandes tarefas políticas do Partido. Ou melhor: a realização das grandes tarefas políticas do Partido não se pode considerar, na sua perspectiva, separada e independente do reforço da organização partidária dos trabalhadores.

O objectivo político central na actualidade é o afastamento de Cavaco Silva e da direita do poder e uma real alternativa democrática à política e ao Governo do PSD.

Com a sua política actual, os seus compromissos com o PSD, a sua pretensão de hegemonia do campo democrático e de bipolarização, o PS não é uma alternativa à política do PSD.

O nosso Partido é o único que propõe ao povo português uma política democrática de alternativa à direita, que procuramos definir com maior rigor através do «Debate com o País», grande iniciativa em curso. Esta iniciativa aponta já para as eleições legislativas de 1995 com a consciência de que a derrota da direita, uma nova política, a formação de um governo democrático não são possíveis sem o PCP.

O nosso Partido tem estado e continua a estar profundamente empenhado naquilo que chamamos a acção institucional (na Assembleia da República, no poder local, noutras instituições). Damos grande valor à valiosa e competente acção do nosso Grupo Parlamentar e dos nossos eleitos nas autarquias, que constituem simultaneamente um resultado e um factor da força e influência do Partido, além de posições essenciais e insubstituíveis para defesa dos interesses do povo e do País, da democracia e da independência nacional. Não pouparemos esforços e meios para aprofundar essa nossa actividade e reforçarmos essas posições.

Nunca perdendo de vista o que acabamos de afirmar, importa entretanto, no quadro desta nossa Conferência Nacional, fazer a este respeito três observações.

A primeira: a acção institucional não substitui nem pode substituir o papel determinante da acção de massas. Bem pode a direita gritar que as lutas de massas são acção de «agitadores comunistas» «contra a ordem pública». Bem pode gritar que há um perigo de «o poder cair na rua». As grandes movimentações sociais e políticas da vasta frente social antimonopolista desenvolvem-se no exercício dos direitos e liberdades que o regime democrático reconhece. Para o desenvolvimento e a dinâmica das acções de massas os comunistas dão uma contribuição determinante nos movimentos e organizações unitárias dos mais diversos sectores sociais, no movimento sindical unitário e nas CTs.



A segunda observação: profundamente empenhado na acção no Parlamento e nas eleições, o PCP não é entretanto um partido parlamentarista ou eleitoralista que (como a pressão ideológica da direita pretende) considere as eleições e o Parlamento o centro da sua oposição ao Governo, da sua actividade política e da irradiação da sua influência.

A terceira: a capacidade de desenvolvimento da luta de massas, de reforço e dinamização das organizações unitárias, de grandes campanhas eleitorais, de fortes posições na Assembleia da República, no poder local e noutras instituições democráticas depende, em última instância, da força organizada do Parti-

do, designadamente da organização e influência do Partido no seio dos trabalhadores e das massas populares.

Os objectivos da realização desta Conferência aparecem assim para o Partido no cerne da sua capacidade de intervenção na sociedade.

Indispensável o empenhamento de todo o Partido

Uma vez que o reforço e a renovação da organização e da influência do Partido no seio dos trabalhadores é uma tarefa central e vital, não bastam naturalmente, para que esse objectivo seja alcançado, as iniciativas específicas de organização a prosseguir sob o impulso desta nossa Conferência Nacional.

É necessário que todo o Partido, da direcção central à base, tome disso consciência. Não apenas em termos ideológicos e em declarações de ordem geral, mas nas orientações, decisões e trabalho prático.

Assim, é necessário que a consciência do que representa esta tarefa esteja presente na orientação geral e na acção política do Partido, na definição de prioridades, na aplicação e distribuição de recursos materiais e de quadros, no empenhamento do Partido nas várias direcções da sua intervenção na sociedade, nas dinâmicas da actividade institucional e da luta de massas, na política de quadros e na responsabilização e afirmação dos quadros operários e outros quadros vindos das organizações dos trabalhadores.

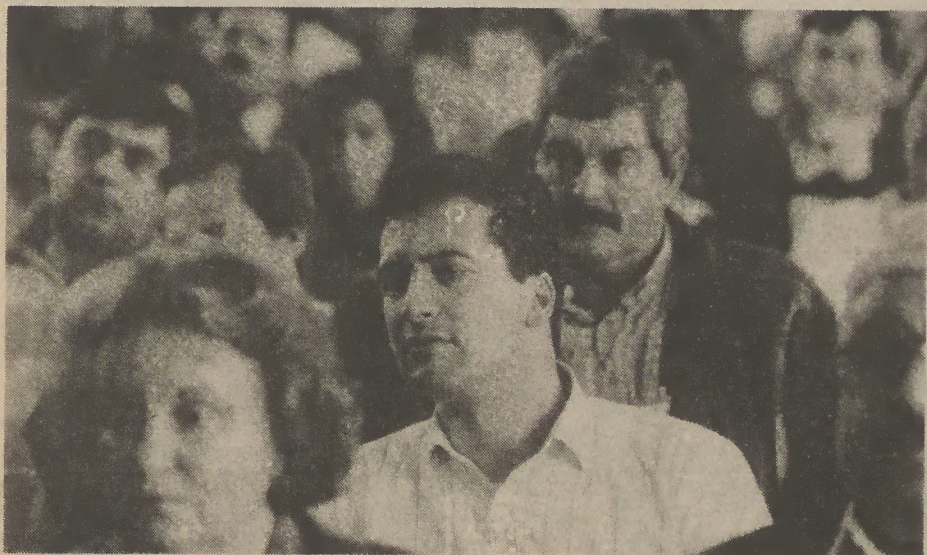
Será necessária uma séria reflexão em todos esses aspectos da vida e da actividade do Partido.

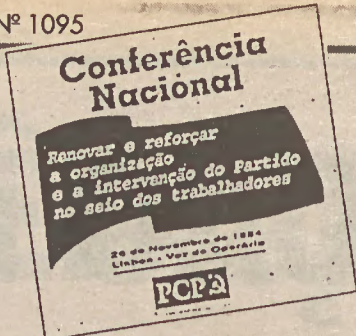
Hoje aqui a nossa reflexão é mais limitada.

Esta nossa Conferência Nacional tem o objectivo específico de analisar a situação e traçar grandes linhas para impulsionar o reforço da organização de base e da influência do Partido na classe operária e nos trabalhadores em geral.

Os debates nas várias secções e as conclusões que no final serão tomadas representarão um passo importante nesta direcção. Temos por diante novos e sérios obstáculos. A tarefa é complexa e exigirá persistência e tempo. Há porém razões para ter confiança em que será realizada com êxito. Dispomos de força e de potencialidades que seria grave erro subestimar. Vamos trabalhar e vamos vencer as dificuldades.

Não só para assegurarmos o êxito da intervenção do nosso Partido no actual momento da sociedade portuguesa como para assegurar o futuro do nosso Partido como partido comunista que somos e que estamos todos decididos a continuar a ser.





RESOLUÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores»

Introdução

A importância do reforço e renovação do trabalho do Partido no seio dos trabalhadores decorre do carácter decisivo e papel nuclear de que se reveste para o PCP a sua base orgânica e militante de trabalhadores. Essa base é o eixo central da sua natureza de classe, da sua estratégia política e política de alianças, do seu futuro e influência na sociedade portuguesa, da sua acção no desenvolvimento das organizações unitárias de trabalhadores e na luta de massas. E contribui decisivamente para a ligação do Partido ao povo, para o alargamento da sua influência política e eleitoral e para a sua intervenção em todas as áreas da vida nacional.

Isto não significa qualquer alheamento da acção do Partido junto de outras camadas e classes sociais. Significa que a organização e a intervenção partidárias entre a classe operária e os outros trabalhadores desempenham um papel fundamental na força política e ideológica do PCP.

A necessidade na sociedade portuguesa, hoje ainda mais sentida, de um partido dos trabalhadores, autónomo e independente face aos interesses de classe (económicos, políticos e ideológicos) do capital, dá a dimensão da exigência das tarefas colocadas aos comunistas.

O debate preparatório da Conferência Nacional, traduzido em cerca de 560 reuniões, plenários e encontros, com a participação de 8500 camaradas, preencheu bem as duas condições fixadas pelo Comité Central:

- o envolvimento de todo o Partido, naturalmente com mais iniciativas nas regiões onde são maiores as organizações e onde se localizam as principais concentrações de trabalhadores;

- um intenso trabalho preparatório de reflexão, de análise e de propostas, muitas das quais já concretizadas em medidas de direcção e organização.

No debate preparatório, onde foram explicitados e referidos inúmeros exemplos das linhas da ofensiva do grande capital con-

tra os trabalhadores, confirmaram-se e precisaram-se ao nível regional, local e sectorial as profundas alterações, ainda em curso, nas estruturas económicas e sociais do tecido produtivo e de serviços da sociedade portuguesa. Confirmaram-se e precisaram-se as grandes mutações e alterações na condição e consciência dos trabalhadores, no plano das relações laborais, consciência social e política, disponibilidade militante, já referidas e sintetizadas no Documento Orientador.

A este respeito, o debate realizado confirmou ser necessário impulsionar o exame das transformações verificadas e da actual composição da sociedade portuguesa e, em primeiro lugar, da estrutura do mundo do trabalho. Do debate preparatório, resulta clara a necessidade de medidas de organização e direcção e formas de intervenção política que reflectam e procurem responder a essas alterações.

O debate preparatório evidenciou as dificuldades e obstáculos a vencer no desenvolvimento do trabalho de organização e intervenção do PCP no seio dos trabalhadores, entre os quais se destaca o ambiente repressivo e intimidatório que o patronato e o poder político de direita criam nos locais de trabalho, tentando impedir a liberdade de acção e organização política e sindical dos trabalhadores.

Mas o debate também evidenciou determinação, confiança e as forças que temos para os ultrapassar:

- A enorme força política e social que os trabalhadores assalariados representam na sociedade portuguesa.

- A força organizada do PCP, assente principalmente numa elevada percentagem de operários (55,2%) e de empregados (19,5%), a que se devem juntar grande parte dos 5,4% de intelectuais e quadros técnicos existentes nas fileiras do Partido, organizados em células de empresa e de outros locais de trabalho, sectores profissionais e outros organismos, com grande influência nos principais centros da vida económica.

- O valioso e determinante contributo de milhares de trabalhadores comunistas com responsabilidades no movimento sin-

dical, comissões de trabalhadores e em outras organizações unitárias de trabalhadores.

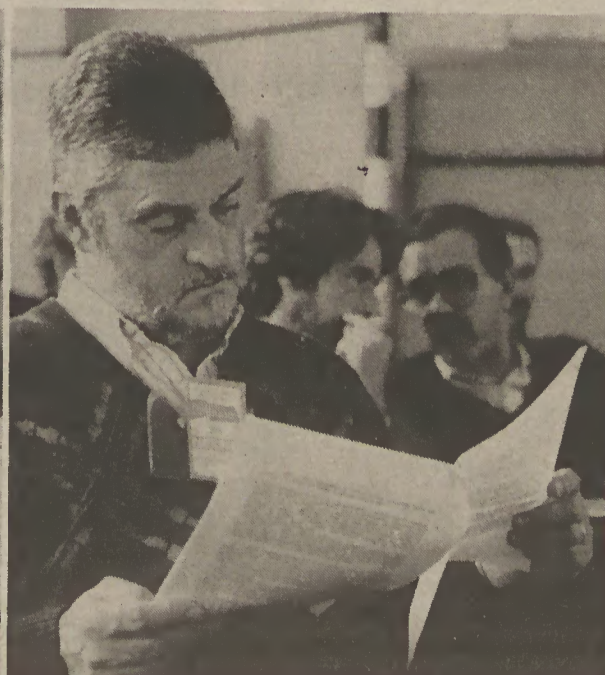
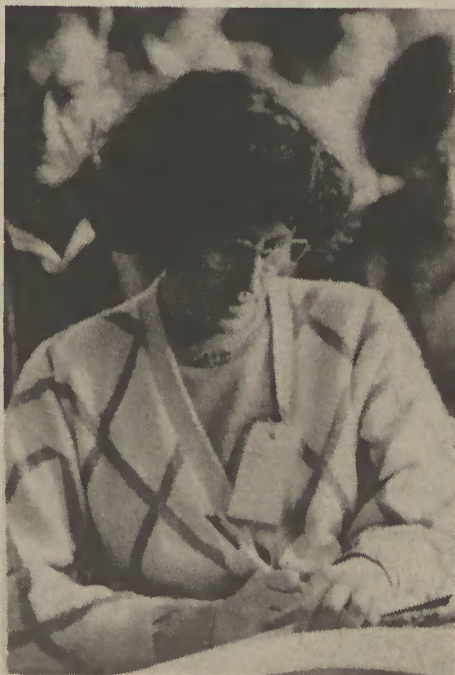
- O significativo património de prestígio do PCP entre os trabalhadores, resultante de uma firme e persistente orientação e intervenção políticas em defesa dos seus interesses de classe.

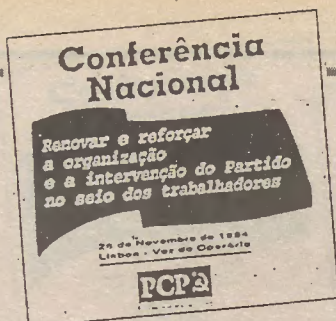
A Conferência Nacional do PCP, de 26 de Novembro de 1994, com 904 participantes e centenas de convidados, vindos de todas as organizações regionais e equiparadas e de sectores específicos, permitiu a apresentação e aprovação das seguintes conclusões, que integram e desenvolvem as análises e conclusões do XIV Congresso sobre a matéria e as reflexões e decisões sectoriais, regionais e locais concretizadas ao longo de 1994 e no próprio debate preparatório.

1

**Dar mais força ao PCP,
dar mais força aos trabalhadores.
O sentido da acção dos comunistas
no seio dos trabalhadores
e direcções prioritárias
de intervenção**

Os trabalhadores assalariados constituem a principal, mais numerosa e decisiva força social de transformação e progresso existente na sociedade portuguesa. A justa solução dos problemas nacionais é inseparável da satisfação dos interesses e aspirações dos trabalhadores. A elevação e o alargamento pelos trabalhadores da consciência da sua força e do seu protagonismo decisivo na vida política e social do País, a participação activa dos trabalhadores e das suas organizações





RESOLUÇÃO DA CO

representativas, são fundamentais para a construção duma autêntica alternativa democrática.

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, pela sua identidade e natureza de classe, pela sua composição, pela sua prática política, pela sua base social e eleitoral de apoio, tem como eixo central de toda a sua acção a **mobilização política** dos trabalhadores por uma democracia avançada e pelo socialismo, a representação e a defesa firme dos seus interesses e direitos, a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem.

Toda a acção política e social, parlamentar e autárquica do PCP deve estar impregnada permanentemente do objectivo de afirmar e defender os direitos e aspirações dos trabalhadores, condição do próprio desenvolvimento, progresso e mais profunda democratização da sociedade portuguesa.

A relação do PCP com os trabalhadores, a intervenção e iniciativa sobre os seus problemas, não podem nem devem ser função atribuída apenas aos organismos de trabalhadores comunistas, antes devem ser preocupação e empenhamento **permanentes de todo o Partido**.

As células e outras organizações e organismos de trabalhadores comunistas têm um papel determinante para a elevação da consciência social e da solidariedade de classe dos trabalhadores, para forjar uma identidade de classe integradora das novas camadas e gerações de trabalhadores assalariados, para promover a tradução da consciência social numa mais avançada consciência política e no apoio ao PCP. São um instrumento essencial e decisivo para a **participação e a organização política autónomas** dos trabalhadores na sociedade.

O reforço da organização e intervenção do Partido no seio dos trabalhadores é também o caminho para contrariar as concepções reformistas e de direita que tentam moldar e condicionar as atitudes e valores dos trabalhadores nos quadros e limites ideológicos do capitalismo; que procuram dissociar e separar a acção social e sindical na empresa da acção política, reduzida esta última ao exterior e limitada à representação nas instituições; que pretendem fragmentar e iludir a compreensão pelos trabalhadores dos mecanismos da sua exploração, das relações entre poder económico e poder político, dos problemas e das causas, assim transmitindo da realidade uma visão dispersa e dividida; que tentam reduzir a participação política dos trabalhadores (como de todos os cidadãos) ao mero exercício periódico de delegação de poderes pelo voto.

Importa assim valorizar no conteúdo da actividade dos organismos de trabalhadores comunistas a sua função política e ideológica, a dinamização da iniciativa e das posições próprias sobre os problemas, o melhor aproveitamento da imprensa partidária, o desenvolvimento de linhas específicas e continuadas de informação e propaganda aos vários níveis, uma participação efectiva na elaboração das políticas e propostas do Partido, um efectivo e continuado diálogo com os trabalhadores, o esclarecimento permanente das posições e análises do Partido e da relação entre os problemas dos trabalhadores e o quadro político do País.

É necessário que as células e outras organizações e organismos de trabalhadores comunistas não situem a sua acção apenas nos limites dos problemas profissionais e sociais dos trabalhadores, antes **insiram permanentemente a sua actividade e contribuam com a sua iniciativa própria para as tarefas políticas gerais e para as batalhas políticas prioritárias do Partido**. Essas estruturas têm um papel essencial no esclarecimento da relação entre os problemas concretos e quotidianos dos trabalhadores e a política que os origina, no combate aos propósitos hegemónicos do PS e às suas convergências com a direita, na articulação entre a luta social pelos seus interesses imediatos e o necessário combate político para derrotar a desastrosa governação do PSD e construir uma alternativa democrática, na indispensável compreensão pelos trabalhadores de que uma verdadeira alternativa implica uma nova política e que tal só é possível com a participação e o fortalecimento do PCP e um mais largo e consequente apoio dos trabalhadores ao PCP. Por isso, deve constituir desde já **uma direcção fundamental da sua actividade, dinamizar uma participação empenhada dos trabalhadores comunistas e outros apoiantes da CDU na preparação das próximas eleições legislativas, com o objectivo de reforçar o apoio dos trabalhadores ao PCP**.

Numa situação política, social e económica caracterizada pela intensificação da exploração dos trabalhadores e por uma encarniçada e profunda ofensiva ideológica contra a classe operária, os trabalhadores e as suas organizações de classe, mais importante e decisivo é o contributo dos trabalhadores comunistas, das células e outros organismos do Partido, para o fortalecimento da organização, da unidade e da solidariedade de classe e para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores contra a desastrosa e anti-social política de direita do PSD, pelo emprego, pela elevação efectiva dos salários reais, por trabalho com direitos, por mais e melhor protecção social, pelo aumento da qualidade de vida dos trabalhadores.

Constituem **objectivos prioritários da acção dos trabalhadores comunistas para o reforço da organização de classe e da unidade dos trabalhadores:**

- o fortalecimento da influência, organização e enraizamento nos trabalhadores do movimento sindical unitário que tem na CGTP-**IN** a reconhecida central sindical dos trabalhadores portugueses;

- a defesa dos valores e princípios do sindicalismo unitário, democrático, autónomo, de massas e de classe e o permanente combate às concepções reformistas e divisionistas no movimento sindical (de que a UGT é expressão), que pretendem privilegiar a «concertação» institucional de interesses antagónicos em prejuízo duma cada vez mais necessária e decisiva prática sindical combativa que, não recusando o diálogo, se alicerça na participação, na reivindicação e na mobilização dos trabalhadores;

- a defesa e aprofundamento da unidade e solidariedade de classe dos trabalhadores e das suas organizações na base dos seus interesses e aspirações comuns, e integrando e articulando a necessária defesa e representação dos interesses específicos de camadas e grupos profissionais de trabalhadores;

- o apoio determinado e empenhado na necessária e profunda reestruturação do movimento sindical para que, com uma organização ajustada às modificações operadas na estrutura produtiva e nas condições de trabalho e à actual situação de forças e meios, possa assegurar uma resposta mais eficaz aos desafios e problemas actuais do mundo do trabalho;

- um permanente esforço pela sindicalização, pelo reforço da organização nas empresas e locais de trabalho e pela busca de formas adequadas e eficientes de ligação, contacto e enquadramento sindical dos trabalhadores e pelo reforço da participação dos trabalhadores na vida sindical;

- a dinamização e valorização das Comissões de Trabalhadores, o apoio à constituição de novas Comissões de Trabalhadores e à expansão do seu movimento, a defesa e exercício dos seus direitos e competências próprias, a cooperação e coordenação da sua acção com o movimento sindical.

A **defesa e o exercício dos direitos** políticos, sociais, sindicais e profissionais dos trabalhadores, a luta pela sua ampliação e aprofundamento, são **uma direcção necessária e indispensável** para enfrentar as barreiras do medo e da repressão com que o Governo e o capital tentam diminuir a dignidade dos trabalhadores, isolá-los, dividi-los e individualizá-los, fazê-los abdicar de direitos e não tomar consciência da sua força organizada.

O combate pelos direitos é inseparável da luta contra as concepções do capitalismo e da própria social-democracia que, em nome do «realismo» e da defesa da «competitividade» e do lucro, querem destruir conquistas sociais históricas do movimento operário e fazer regredir as relações de trabalho e a condição dos trabalhadores. É indissociável da afirmação, pelos trabalhadores e pelo PCP, que o aprofundamento dos direitos e a elevação dos padrões de vida dos trabalhadores/produtores da riqueza é condição necessária do efectivo progresso e desenvolvimento sustentado, é parte integrante duma verdadeira alternativa política, económica e social.

2

Principais orientações para a renovação e o reforço da organização e da intervenção do Partido no seio dos trabalhadores

O conhecimento rigoroso e profundo da realidade económica e social, da situação nas empresas e locais de trabalho e da sua envolvente regional, nacional, e mesmo internacional, dos problemas e

efectivas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, das suas aspirações, são a primeira condição e ponto de partida para o desenvolvimento eficaz da acção do Partido, para o estabelecimento de objectivos, medidas e planos de trabalho. Não existem receitas universais ou esquemas pré-estabelecidos, o que existem são princípios orientadores da acção de um partido revolucionário.

Um trabalho de direcção que permita articular o trabalho partidário e o trabalho unitário e compatibilizar a acção por local de trabalho ou sector profissional com a intervenção por local de residência e que, na base de uma clara definição de prioridades e complementaridades, conduza a um melhor aproveitamento da capacidade militante e incentive a disponibilidade revolucionária.

Devem, assim, contrariar-se falsas oposições entre o trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores, de dinamização da sua luta e as outras formas de intervenção do Partido.

A consideração de que a intervenção do Partido, tendo que atender necessariamente aos fortes constrangimentos à acção dos trabalhadores, à acção política dos comunistas, decorrentes da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, repressão patronal, campanha ideológica antioperária e anticomunista, não pode nem deve abdicar de um persistente e vivo combate pela efectiva liberdade política e sindical nas empresas e locais de trabalho. O que exige que os organismos partidários adequem a sua actividade e iniciativa a esta realidade, encontrando as formas orgânicas que melhor assegurem e protejam, ao mesmo tempo, o contacto e a ligação do Partido com os trabalhadores e a efectiva defesa dos seus direitos e interesses.

Medidas de direcção

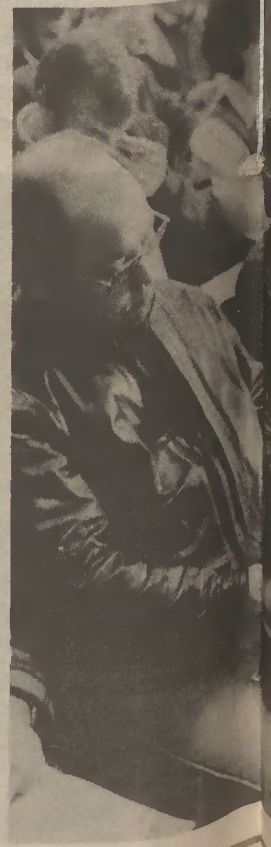
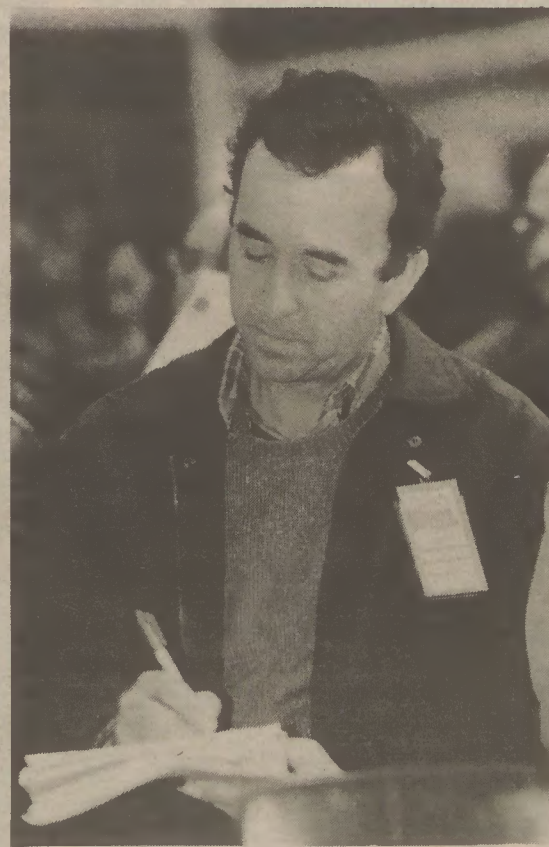
Orientações gerais - O carácter prioritário e o papel nuclear de que se reveste para o PCP a sua base orgânica e militante de trabalhadores exige, em primeiro lugar, uma adequada gestão das suas forças, o que implica um conjunto de medidas de direcção:

A disponibilização de atenção e meios para o reforço e renovação da organização do Partido no seio dos trabalhadores e, em particular, o destacamento de quadros, incluindo funcionários, e uma maior intervenção dos dirigentes do Partido.

O estabelecimento de prioridades, o que exige concretizar o objectivo fixado no XIV Congresso como primeira prioridade «o trabalho junto da classe operária e dos trabalhadores e a acção dos comunistas no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores e noutros movimento unitários de massas». O que significa escolher, seleccionar objectivos e direcções de trabalho, estabelecer medidas de direcção e de acompanhamento das decisões tomadas, o controlo da sua execução, a reflexão interveniente sobre a própria evolução decorrente dessas medidas.

O alargamento do espaço ao nível de todos os organismos do Partido, em particular da Direcção Central e das Direcções das Organizações Regionais, para um maior empenhamento na intervenção da organização partidária junto dos trabalhadores. Isto significa, regras simples para uma abordagem regular e sistemática nas reuniões dos problemas dos trabalhadores, adequadas ordens de trabalhos, definição de prioridades com meios concretos e disponibilização de quadros, controlo de execução das tarefas definidas e decisões tomadas.

O desenvolvimento do trabalho de organização e da intervenção dos comunistas junto dos trabalhadores, como tarefas de todo



CONFERÊNCIA NACIONAL

o Partido, deve ser uma preocupação integrada de todos os organismos e não apenas dos que têm esse objectivo como tarefa central ou exclusiva.

O estabelecimento, ao nível das Direcções das Organizações Regionais e das Comissões Concelhias que o justifiquem, de linhas de acompanhamento, coordenação e direcção do trabalho partidário no seio dos trabalhadores, constituindo para isso os organismos e comissões adequados.

Coordenação e direcção central da acção junto dos trabalhadores - De acordo com a Resolução Política do XIV Congresso, importa "reforçar a atenção a empresas e sectores de âmbito nacional ou pluridistrital com melhoria de coordenação, reforço do acompanhamento central dos comunistas que participam nas estruturas unitárias de nível nacional, definição de responsáveis nacionais para a coordenação e acompanhamento, garantindo ao mesmo tempo o efectivo papel das Direcções Regionais". O Comité Central e os seus organismos executivos devem considerar futuramente os meios e as formas de funcionamento necessários à concretização desta orientação.

Renovação da organização e intervenção

A renovação da organização e da intervenção é uma questão imperativa para o Partido e é, em primeiro lugar, um eixo essencial do seu reforço.

A renovação deve ser considerada e abordada em diversas vertentes, conteúdos e linhas de trabalho, de que se destacam:

Em primeiro lugar, o recrutamento: há milhares de trabalhadores disponíveis para se tomarem militantes. Nesse sentido, há que ultrapassar posições de passividade: estabelecer objectivos e planos de trabalho, definindo responsabilidades pelo contacto e diálogo com os trabalhadores, visando o seu recrutamento, em particular dos que mais se destacam na luta social, e fazendo intervir nesta tarefa o património de prestígio do PCP e dos seus quadros no movimento operário.

O desenvolvimento do trabalho militante dos e junto dos jovens trabalhadores, recrutando, formando, integrando e responsabilizando jovens nas células e outros organismos dos sectores laborais, desenvolvendo linhas de trabalho político/partidário e unitárias, nos planos reivindicativo, cultural, associativo, etc., para a juventude trabalhadora.

O reforço da participação orgânica e militante de mulheres inscritas no Partido, designadamente através do recrutamento, do estabelecimento de objectivos para uma maior responsabilização e presença nos organismos e da adequação do funcionamento destes.

A conquista para uma participação activa de membros do Partido que nunca tiveram responsabilidades, ou a quem nunca se propôs uma tarefa, ou que estejam desmobilizados.

O alargar da acção e organização do Partido em direcção a novos sectores e locais de trabalho, com particular atenção ao desenvolvimento dos serviços e de camadas profissionais de elevada qualificação, e/ou com um peso reforçado nas dinâmicas económicas, sociais e políticas do País.

A renovação das formas e estilo do trabalho de organização partidária e das linhas de abordagem dos problemas e o combate à rotina. Uma particular atenção deve ser dada ao conteúdo e organização das reuniões.

Outras orientações para o trabalho de organização

Organização e inserção orgânica dos militantes

No enquadramento orgânico de cada membro do Partido (por local de trabalho, por local de residência, sector profissional, frente de trabalho, etc.), deve ser privilegiada normalmente a consideração da sua situação laboral (Artigo 40º, nº 2, dos Estatutos).

Quando um militante acumule diversas responsabilidades partidárias deve ser definido o seu organismo principal. No caso de militantes com responsabilidades em células ou outros organismos profissionais, essa deve ser em princípio a sua tarefa principal. Em qualquer caso, deve ser contrariada quer uma actividade dispersiva e anárquica, quer compartimentações artificiais que dificultem a participação militante, seja no local de trabalho, seja no local de residência, seja em outras áreas de trabalho.

Uma particular atenção deve ser dada ao tratamento das mudanças de situação profissional (ou outras) de membros do Partido e da respectiva inserção orgânica. Evitando perdas de ligação, pelo conhecimento do novo local de trabalho, nova situação profissional ou profissão, etc. Desburocratizando e assegurando celeridade no tratamento de fichas, renovação e correcção de cartões, etc. Tomando medidas atempadas para manter a ligação orgânica dos comunistas vítimas de despedimentos, precarização de postos de trabalho, ou pertencendo a empresas objecto de desmembramento, deslocalização ou encerramento.

Os trabalhadores com estatuto precário e em actividade na empresa, ou em situação de pré-reforma, ou reforma, podem participar e estar organizados na respectiva célula. Os trabalhadores objecto de despedimentos devem manter a ligação partidária com a célula de origem enquanto não for acordado outro enquadramento orgânico.

Organizações de base dos trabalhadores comunistas

A preocupação central é como organizar os trabalhadores comunistas para uma intervenção junto dos outros trabalhadores, através de formas orgânicas diversificadas, mas que tenham por objectivo final a acção no interior do local de trabalho e a organização em célula por local de trabalho ou empresa.

As dificuldades e os obstáculos à constituição prática de células em muitos locais de trabalho/empresas, devem orientar-nos em duas direcções complementares e não contraditórias:

I) A constituição de células em todos os locais de trabalho em que as nossas forças e as condições objectivas o permitam. Uma particular atenção deve ser dada à manutenção e dinamização das células existentes, contrariando tendências para a sua liquidação perante condições adversas.

II) O desenvolvimento de formas orgânicas (de ligação e organização) diversificadas - organização dos trabalhadores das empresas de uma dada área geográfica, reunião (plenário) de trabalhadores por freguesia, concelho, sector, organização interempresas, organização profissional, etc. -, capazes de ligar o Parti-

do a esses trabalhadores comunistas, potenciando a sua intervenção junto dos companheiros de trabalho e abrindo caminho, mesmo que a longo prazo, para uma organização e intervenção no interior dos locais de trabalho.

Uma outra questão importante na abordagem deste problema é a concepção do que é hoje uma célula de local de trabalho/empresa, ultrapassando ideias esquemáticas e/ou desajustadas. Estatutariamente (artigo 48º) «A célula é constituída pelo conjunto de membros do Partido, num mínimo de três, organizados nas empresas e outros locais de trabalho (...)». Assim, haverá uma célula (coincidente ou não com o próprio organismo dirigente), sempre que no local de trabalho exista um núcleo mínimo de membros do Partido capaz de ligar o Partido aos restantes comunistas da célula, de intervir junto dos outros trabalhadores, de dinamizar as estruturas unitárias e a luta, de esclarecer os trabalhadores sobre a ligação dos seus problemas concretos, de trabalho, de cidadãos, de membros de um agregado familiar às políticas da direita e do capital, encontrando as formas de funcionamento - local e modo de reunião, regularidade, ligação aos outros comunistas, ... - adaptada a cada situação concreta.

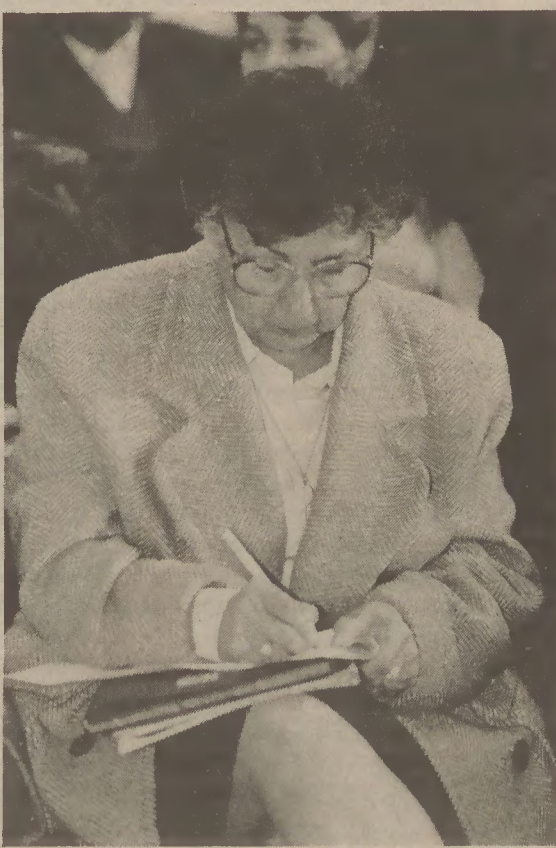
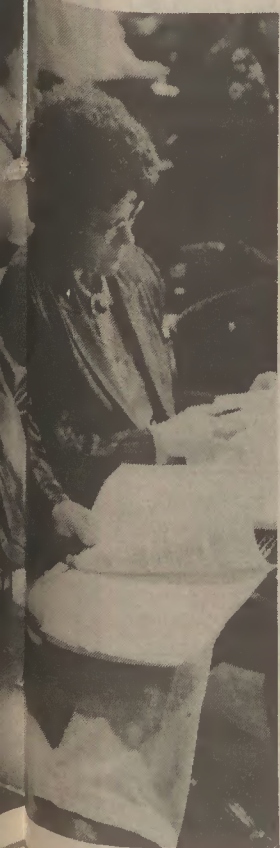
A dinamização da iniciativa e acção das células e de outros organismos de base passa pelo estudo e enriquecimento do conteúdo das suas reuniões e da sua actividade. Há que olhar com audácia e capacidade criadora para os pequenos e grandes problemas concretos dos trabalhadores, problemas individualizados ou mais colectivos, problemas velhos ou problemas novos.

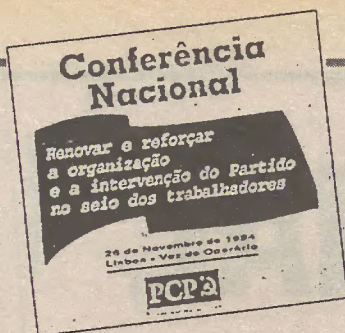
A consolidação e desenvolvimento das organizações estão ligados ao tratamento concreto dos problemas do local de trabalho, da empresa, do grupo económico, do sector ou área empresarial e, em particular, na resposta à «novidade» das alterações produzidas nas estruturas económicas. É na abordagem desse concreto que conseguiremos progredir e ultrapassar dificuldades e obstáculos, ligar os trabalhadores ao Partido e prestigiar a sua intervenção.

Uma célula por local de trabalho/empresa tem de intervir directamente na análise da situação, no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, na organização e luta do colectivo laboral, na dinamização das suas organizações unitárias, sem reduzir a sua intervenção a esta importante componente da sua actividade. Há que combater decididamente uma visão redutora, «sindical» ou subsidiária da célula, pela valorização conjugada do trabalho partidário e do trabalho unitário.

A célula deve funcionar como o lugar de coordenação da actividade dos quadros comunistas que constituem o núcleo activo na empresa - os que detêm responsabilidades orgânicas e nas estruturas unitárias.

A actividade multifacetada da célula, enquanto instrumento da transformação da consciência social dos trabalhadores em consciência política, exige uma acção persistente na divulgação da imprensa do Partido, no desenvolvimento de linhas próprias de informação e propaganda (Boletins/Comunicados), na iniciativa política de convívio e de debate, de articulação com a acção institucional, no avançar propostas políticas e sociais para o sector, numa adequada forma de intervir nas batalhas políticas mais gerais do Partido, incluindo as eleitorais, que não devem ser motivo de dispersão e enfraquecimento da acção do organismo e, pelo contrário, o forcem a intervir, reforçando a sua unidade orgânica e a iniciativa própria.





A imprensa do Partido e o trabalho de informação e propaganda dirigido aos trabalhadores

No quadro da actual comunicação social portuguesa, da brutal ofensiva ideológica anticomunista e antioperária e do silenciamento da intervenção do PCP, a informação aos trabalhadores sobre os problemas nacionais e internacionais, os problemas das empresas ou sectores, as posições do PCP, é uma questão decisiva. O que exige:

A promoção de uma mais ampla difusão militante do «Avante!» e de «O Militante», com a consideração das medidas organizativas indispensáveis.

O aumento da iniciativa no plano da informação e propaganda das células e outros organismos, dinamizando formas variadas de comunicação com os trabalhadores - boletins, comunicados, intervenção junto da comunicação social, jornais de parede, etc.

O estabelecimento de linhas centrais e regionais que, a partir da experiência já acumulada, assegurem um trabalho permanente e específico de comunicação dirigido aos trabalhadores, nomeadamente considerando publicações regulares e jornadas de propaganda próprias.

Política de quadros

Uma correcta política de quadros continua a ser uma questão chave para um Partido da classe operária e dos outros trabalhadores. São vectores importantes a selecção, formação, acompanhamento e responsabilização de quadros, operários e outros trabalhadores assalariados. Algumas orientações principais:

A necessidade de contrariar concepções de compartimentação das responsabilidades/intervenção dos quadros que, sem anarquizar a sua direcção principal de trabalho e o trabalho no seu organismo, nem alimentar a sua dispersão e irresponsabilização, permita o integral aproveitamento do enorme património político e potencialidade de acção do grande núcleo activo de quadros do colectivo partidário.

Um cuidadoso e reforçado acompanhamento deverá ser dado aos quadros comunistas com responsabilidades no movimento operário, sendo decisivo ganhá-los não só para essa disponibilidade ao nível das organizações unitárias, como para uma militância partidária, que valorize a organização comunista nos locais de trabalho ou sectores profissionais, o recrutamento de novos trabalhadores, o crescimento da organização, da influência e prestígio do Partido.

A primeira escola de formação de quadros é o trabalho concreto ao nível dos organismos de base. O desenvolvimento do trabalho do quadro a esse nível organizativo é fundamental para a sua maturação, formação política e ideológica temperando-se nos embates de classe e ganhando experiência de organização, acção e direcção. Mas essa consideração não deve levar a subestimar a formação teórica, na base de cursos, palestras, leituras, e em primeiro lugar, do «Avante!» e de «O Militante».

A necessidade de uma abordagem da política de quadros numa perspectiva de médio e longo prazos, contrariando visões de curto prazo e o imediatismo. Só assim se permitirá uma formação segura dos quadros. Militantes organizados em empresas/locais de trabalho, com disponibilidade e activismo, capacidade política e espírito de Partido não devem ser retirados para outras tarefas sem cuidadosa e fundamentada avaliação.

Um papel decisivo cabe aos quadros dirigentes do Partido que, pela sua experiência, conhecimento e intervenção em frentes de trabalho, poderão dar um contributo imprescindível à formação de mais e novos quadros.

A organização e intervenção de grupos e camadas específicos de trabalhadores

A resolução dos problemas relacionados com certos grupos/camadas de trabalhadores exige um permanente combate ideológico e a clara compreensão do critério de classe dos comunistas, como prática de integração partidária e sindical desses trabalhadores, e o permanente esforço para a convergência e unidade de acção na defesa dos seus interesses.

Jovens trabalhadores

O desenvolvimento da luta e organização dos jovens trabalhadores contra a opressão e exploração capitalistas é uma tarefa de importância vital para o reforço e renovação do Partido, das organizações unitárias.



A acção dirigida aos jovens trabalhadores deve ser incentivada pelos comunistas, encontrando as formas de organização e de intervenção políticas que tenham em conta o que é a juventude hoje, estabelecendo um diálogo permanente com os jovens, levando-os a perceber a importância do Partido e da JCP.

Neste trabalho, tem um papel de grande importância a participação e enquadramento de jovens trabalhadores na JCP e o reforço da sua organização e intervenção nesta área, aspectos que devem ser estimulados e incentivados.

Mas é indispensável que o Partido, a par da sua contribuição para o reforço da JCP, tenha uma particular atenção no acompanhamento dos problemas e na resposta às aspirações dos jovens trabalhadores. É igualmente necessário que trabalhe para o recrutamento e para o enquadramento de jovens trabalhadores nas células de empresa e outros organismos. É indispensável assegurar aos jovens um espaço para a intervenção na vida e na acção do Partido.

Mulheres trabalhadoras

A ofensiva da direita e o agravamento da exploração dos trabalhadores faz-se sentir de forma específica e cada vez mais evidente sobre as mulheres, que representam mais de 40% dos trabalhadores assalariados.

O reforço do Partido, através de uma maior ligação às mulheres trabalhadoras, exige dos comunistas mais atenção e intervenção na informação dos direitos, na mobilização para a defesa do seu cumprimento e na divulgação da acção do PCP pela igualdade no trabalho e na vida.

A inserção de mais mulheres activistas nas estruturas unitárias dos trabalhadores resultará numa maior consciência do papel do PCP e da necessidade da participação das mulheres na sua estrutura orgânica.

Trabalhadores com estatuto precário

Uma questão é o desenvolvimento de linhas de trabalho para a normalização do seu estatuto laboral, combatendo o prolongamento de situações de precarização, desenvolvendo acções específicas e solidárias em defesa dos seus direitos, reclamando o fim da legislação e práticas patronais que provocam a precariedade.

Outro problema é a sua integração geral nas organizações partidárias (células e outras), fazendo ouvir e destacando as suas reivindicações próprias, com uma particular atenção à instabilidade e fragilidade da sua posição laboral face ao arbítrio patronal.

Tudo deve ser feito para desfazer e combater linhas de divisão que se possam desenvolver entre os trabalhadores precarizados e os outros com estatuto estável. Unir na base de objectivos concretos comuns e princípios de classe é o caminho para responder a esta grave ofensiva de fracturar os trabalhadores em dois grandes grupos.

Uma atenção especial deve ser dada à situação dos trabalhadores precarizados de outras etnias, para combater intransigentemente o crescer de fenómenos de sobreexploração, segregação e racismo.

Exige-se um grande esforço militante e esclarecido combate para a integração dos trabalhadores precarizados nos colectivos laborais e a sua cuidadosa abordagem para a cooperação e luta unitárias.

Exige-se uma persistente batalha pelo fim do seu estatuto precário e a solidificação dos seus laços laborais com a empresa/local de trabalho, e o respeito pelo exercício completo e integral dos seus direitos constitucionais de trabalhadores portugueses.

Desempregados

Um decidido combate político é necessário ao nível de todas as organizações do Partido e do movimento sindical contra os

despedimentos, pelo desenvolvimento do emprego, pelo cumprimento das obrigações do patronato e do Estado para com os trabalhadores desempregados.

Há que avançar para formas de organização a nível partidário - constituição de grupos maiores ou menores de desempregados com um pequeno organismo dirigente - capazes de serem pólos dinamizadores do combate pelo direito ao trabalho e ao emprego, de agregar e articular com outras organizações de trabalhadores e dinamizar práticas de luta social contra a sua situação e de defesa dos seus direitos.

3

A Conferência e a acção futura. Concretização e acompanhamento das suas resoluções

Para que as resoluções aprovadas, o impulso dado e a sensibilização do colectivo partidário não se percam no novelo de tarefas e exigentes respostas que os comunistas e o seu Partido terão pela frente em 1995, há que estabelecer algumas linhas de trabalho que permitam que a Conferência seja também um ponto de partida.

Não sendo as resoluções da Conferência «receitas nem soluções universais», devem os organismos de direcção, envolvidos aos diferentes níveis da estrutura partidária, fazer a capaz adequação das resoluções à diversidade sectorial e regional, local e de empresas, com a gestão conveniente dos meios e quadros existentes, sem liquidar a orientação central decidida.

O trabalho pela aplicação das conclusões e orientações da Conferência e das medidas aprovadas no debate preparatório deve ter como horizonte o próximo Congresso do Partido, fazendo-se então uma nova avaliação global do caminho percorrido e dos progressos registados.

Entretanto, deve procurar fazer-se uma avaliação contínua do trabalho e das medidas nesta área, com particular responsabilidade nesse acompanhamento e na concretização das orientações, dos organismos executivos do Comité Central, das Direcções das Organizações Regionais, da Comissão de Organização, das coordenadoras nacionais para as grandes empresas e sectores profissionais e das demais estruturas centrais que têm como responsabilidade principal as questões dos trabalhadores.

Deve ser considerada a realização de uma reunião do Comité Central, em 1996, para análise e um balanço da acção desenvolvida.

Devem ser elementos a considerar na avaliação do desenvolvimento da aplicação das resoluções da Conferência: o recrutamento; o grau de participação de jovens e mulheres nos organismos; a constituição de novas células e de novos organismos; o pagamento regular e a actualização das quotas; a progressão da imprensa do Partido; a acção específica no domínio do trabalho de informação e propaganda - comunicados, boletins...; a promoção de iniciativas próprias.

Uma particular atenção deve ser dada ao envolvimento das células e outras organizações e organismos de trabalhadores na batalha eleitoral das legislativas de 1995.

Só uma reflexão atempada, uma planificação cuidadosa e uma abordagem criadora da sua intervenção eleitoral com linhas de trabalho próprio, pode permitir que se conjuguem simultaneamente dois objectivos:

Continuar a prestar a maior atenção ao reforço orgânico das organizações do Partido e intensificar a intervenção política e unitária dos trabalhadores em defesa dos seus direitos.

Articular essas batalhas com uma forte contribuição para um bom resultado eleitoral do PCP, por uma decidida e eficaz intervenção na campanha eleitoral, mostrando o elo profundo que liga os problemas vivos dos trabalhadores dentro e fora da empresa à política de direita do PSD/Cavaco Silva, por um esclarecedor apelo aos trabalhadores pelo voto no PCP, o voto necessário para uma alternativa política e uma nova política, capazes de responder aos interesses e anseios dos trabalhadores.

Intervenção de AGOSTINHO LOPES, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, na abertura da Conferência

UM ELEVADO PATRIMÓNIO

Camaradas,

A Conferência não é uma varinha mágica nem um livro de receitas, por muito grande que vos pareça a proposta de Resolução. Não devem haver ilusões. Não devem haver expectativas senão as que resultem de uma renovada confiança no nosso Partido. Nas suas razões, na sua força. Na força e razão da luta dos trabalhadores. Sem esperar que outros façam o que só a nós cabe fazer. O que só o trabalho quotidiano, persistente, confiante, inovador e organizado dos comunistas permitirá enfrentar e resolver com êxito. A que só o trabalho do nosso grande e coeso colectivo partidário dará resposta.

E, camaradas, o debate preparatório mostrou que esse trabalho é possível. O debate preparatório evidenciou o enorme potencial de forças disponíveis, a grande massa de energia militante adormecida, um elevado património de experiência acumulada e quadros preparados, capaz de responder aos objectivos que traçamos para esta Conferência, «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores».

Camaradas,

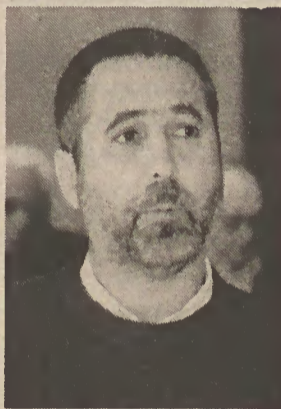
O sentir, o pulsar, o evoluir do debate preparatório sublinharam três traços do PCP. Um Partido de trabalhadores e dos trabalhadores. Um Partido democrático. Um Partido consciente das dificuldades e confiante nas suas forças.

Um Partido de trabalhadores. Um Partido ancorado no mundo do trabalho. Um Partido dos trabalhadores, em que os assuntos das reuniões eram o salário, o emprego, o despedimento, os ritmos, as horas extraordinárias, a repressão, a greve... Uma sensibilidade desperta e uma emoção contida na reflexão, na crítica, na proposta feita durante o debate. Um «o achar que não devia ser», face a erros, atrasos e falhas do nosso trabalho. Um orgulho indisfarçado no relato das referências dos seus companheiros de trabalho «sobre a necessidade da presença do Partido nas empresas». Um falar das dificuldades e obstáculos, da soberania do capital, mas também da força da unidade e da luta, do combate operário e da greve.

Um Partido democrático. Profundamente democrático. Que outros partidos fariam um debate assim? Em que os homens e mulheres membros deste Partido se interrogam, se questionam uns aos outros, questionam a direcção do Partido e a direcção local ou regional, avançam propostas e soluções, participam. Que outro partido faz dessa participação uma riqueza ideológica e política? Um catalisador da acção militante e política? Que outro partido estabelece semelhante estreitamento de laços entre os diversos níveis da sua estrutura orgânica? Em que a delegação de poder não absorve a capacidade de participação, antes a tende a reforçar impulsionando a sua responsabilização e papel interventivo. Um Partido em que o conceito de «grande colectivo partidário» não é um vazio ou frase para encher discursos. Tudo esteve ou está certo? Tudo correu pelo melhor? É evidente que não. Reuniões que falharam. Outras que nada produziram. A participação que não houve e a intervenção que alguns camaradas não tiveram. Mas a síntese, o resultado global, que não esconde as deficiências, é um profundo envolvimento do Partido. Um amplo, intenso e democrático debate.

Um Partido consciente das dificuldades e confiante nas suas forças. Um Partido com a coragem democrática de fazer a crítica e a autocritica do seu trabalho. Não como quem bate com a mão no peito, mas como quem não se conforma com o que está mal e tem a consciência desperta para os problemas decorrentes dos nossos atrasos, na análise da envolvente económica e social do mundo do trabalho. Com a consciência da brutal campanha

anticomunista que procura retirar razão e sentido ao PCP, ao movimento sindical, ao fazer política, ao ser cidadão não reduzido ao voto. Com a consciência de que são poderosas as forças que animam a divisão dos trabalhadores, que desenvolvem o conformismo, o egoísmo e a ganância, que agudizam as barreiras geracionais, sexistas e étnicas, que promovem um individualismo feroz, contraditório com a necessidade de todo o ser humano, a uma individualidade própria e ao desenvolvimento de todas as suas capacidades, aptidões e sonhos. Com a consciência da limitação das nossas forças, a braços com múltiplas e diversas frentes de trabalho, e a que não podemos deixar de dar resposta. (Não estamos sozinhos no «tabuleiro do jogo», e o inimigo de classe e o adversário político têm o seu próprio ritmo.) Com a consciência de que possuímos um património de experiência adquirida,



mas em que arquétipos, imagens e esquemas próprios de um tempo próximo, de exaltada vivência revolucionária, de empenhada militância, de uma outra correlação de forças, começam por travar nas nossas cabeças, a **acção necessária e possível hoje**, com os que estão dispostos, com os militantes que não se conformam, com os que aparecem!

É impressionante, camaradas, o número de reuniões do debate preparatório em que se acumulam queixas, se alijam responsabilidades e se invocam desculpas, a propósito dos que ali não estão. Há o que se poderia dizer uma obsessão do número, nas reuniões do Partido. E algo de idêntico se poderia referir a propósito da renovação do Partido: o tempo do recrutamento em massa já lá vai, agora terá de ser grão a grão... e mesmo assim exige uma posição activa e uma dinâmica militante de procura, de contacto, de conquista... Isto significa que fiquemos satisfeitos com a militância que temos? Não. Mas que essa insatisfação não anule, não pese tão negativamente, na possível e necessária intervenção dos presentes, dos que aparecem, dos que militam. Para que essa intervenção possa transformar-se em mais participantes nas reuniões, em mais camaradas mobilizados, em mais militantes.

Mas, camaradas, à aguda consciência das dificuldades e obstáculos, dos erros e deficiências, corresponde também uma viva confiança na capacidade, nas energias, na nossa justa orientação política, na profunda razão de ser do Partido Comunista Português.

Uma tese afirmada e reafirmada no debate. A de que este Partido de classe vai ultrapassar os condicionamentos objectivos e subjectivos, vai permanecer e desenvolver-se, fiel às suas raízes, como Partido dos operários e dos trabalhadores portugueses.

Camaradas,

Nas cerca de 560 reuniões realizadas, com a participação de 8500 camaradas, há uma leitura que não pode deixar de ser feita. Os diferentes condicionalismos existentes não são suficientes para explicar muitas das nossas dificuldades e algumas das nossas deficiências. As alterações na estrutura económica e as mutações na condição e situação dos trabalhadores, a contra-revolução capitalista e latifundista, as privatizações e a destruição da Reforma Agrária não fizeram tudo.

Sobredeterminados por uma dinâmica política impiedosa, por eleições que não esperam, por respostas inadivéis ao trabalho junto dos nossos eleitos nas autarquias que têm de funcionar, por múltiplas respostas em áreas e sectores que a nossa luta torna imprescindíveis, pela própria dimensão e quotidiana ofensiva do capital contra os trabalhadores a exigir a imediata intervenção, o Partido foi sendo esgotado na sua actividade, foi «puxando» quadros no próprio processo da sua renovação, e para outras solicitações desguarnecendo sectores de trabalho e em particular o trabalho de organização das células e outras organizações e organismos de base dos trabalhadores.

(Não esquecendo nós que toda essa outra actividade do Partido também influencia e potencia a nossa intervenção junto dos trabalhadores, e que dialecticamente o nosso reforço nesta frente irá repercutir-se em toda a restante acção dos comunistas.)

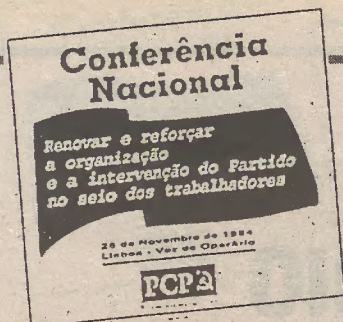
E se não pudemos fugir ontem, não vamos poder fugir amanhã a esse enquadramento político e social em que nos movemos. É nesse quadro de continuadas e exigentes solicitações e respostas que vamos ter de concretizar o reforço e a renovação do nosso trabalho junto dos trabalhadores. É já num quadro político, que a breve prazo estará inteiramente absorvido pelas próximas eleições legislativas, de importância vital para o nosso Partido, que vamos ter de prosseguir e levar à prática as conclusões da Conferência.

As respostas não são simples mas estão ao nosso alcance. Os objectivos que nos propomos não os conseguiremos de um dia para o outro. (Aliás, nunca estarão suficientemente conseguidos.) Não será de facilidades o caminho para os levar à prática. Mas haverá caminhos fáceis ou atalhos para o partido dos trabalhadores e dos comunistas portugueses? Alguma vez foi assim? Antes do 25 de Abril? No próprio decurso da revolução de Abril?

O debate preparatório e o trabalho que vem sendo realizado há mais tempo por algumas organizações regionais, a avaliação positiva que se faz do trabalho de coordenação central de algumas grandes empresas e sectores de âmbito nacional, demonstram essa possibilidade. Muitas são as orientações, as medidas e as formas orgânicas que o debate preparatório avançou, e que em muitos casos foram levadas à prática. A constituição de organismos e comissões próprios ou específicos para esta direcção de trabalho, evitando o seu «esmagamento» no funcionamento de outros organismos. O estabelecimento de coordenações sectoriais ou profissionais ao nível distrital ou concelhio. O destacamento de quadros, incluindo funcionários, para esta responsabilidade exclusiva ou predominante.

A forte valorização e uma concepção ajustada da célula, a desformalização do seu funcionamento e a tomada de medidas para a constituição de novas ou reactivação de antigas. A valorização das reuniões, mais pequenas ou maiores, procurando que o seu conteúdo/ordem de trabalhos traduza o concreto dos problemas dos trabalhadores e se transforme em documento de informação, de agitação, em intervenção na Assembleia da República, em mobilização e luta. As inúmeras referências à necessidade de recrutamento, de inserção dos jovens e de se ganhar as mulheres para uma participação militante, adequando o funcionamento dos organismos, distribuindo responsabilidades, estabelecendo linhas próprias de trabalho, dando ouvidos e voz às suas reclamações. Um mais activo empenhamento e afirmação partidária dos quadros comunistas que participam nas





UM ELEVADO PATRIMÓNIO

estruturas unitárias, a par do reconhecido e valioso trabalho aí desenvolvido. O arranjar tempo para a falta de tempo no tratamento das questões dos trabalhadores.

Camaradas,

Todo o significativo acervo de reflexão e medidas do debate preparatório constitui desde já um enorme património desta Conferência. Como património é o «desassossego» criado nos organismos do Partido, o sobressalto provocado em cada quadro e militante comunista, o valioso impulso de confiança que o debate suscitou.

Camaradas,

A brutal e brusca alteração da correlação de forças no plano internacional, o refinamento dos processos de controlo e influência da burguesia sobre a sociedade, em particular por via dos sistemas eleitorais, com a poderosa contribuição dos órgãos de comunicação social, não levou as forças do grande capital a abandonar dois dos seus principais objectivos estratégicos: os partidos operários e de trabalhadores, o movimento sindical e outras organizações unitárias.

Antes mantêm e reforçam permanentes e constantes linhas de ataque a tudo o que possa significar organização e acção política autónoma, independente das classes dos que produzem riqueza.

Mas há um alvo privilegiado: os partidos comunistas. Sobre tudo os que do ponto de vista do capital não se tornaram «bons comunistas». Isto é, aqueles que continuam o combate contra a exploração capitalista por um projecto socialista. Em Portugal, naturalmente que o alvo se chama Partido Comunista Português.

A ofensiva é múltipla e assume diversificadas e conhecidas formas. Mas no ataque contra a organização e acção dos trabalhadores há um vector a que devemos dar particular atenção. O que se traduz na tentativa de impedir toda e qualquer actividade e intervenção política ou sindical no local de trabalho, no interior da empresa... O que significa perseguição, repressão, despedimento dos comunistas e dos que são apenas quadros sindicais ou activistas das comissões de trabalhadores e outras estruturas unitárias.

A ideia da política na empresa é para o patronato um verdadeiro sacrilégio. Ela é o altar onde o patrão sacrifica o «capital» e louva o «risco» e a iniciativa privada. Onde os tecnocratas acolitam as receitas da reengenharia e da qualidade total e onde o espaço de cidadania que se quer permitir ao trabalhador é «participar» na busca de mais produtividade, menos tempos mortos, mais qualidade, menos avarias e um fluxo de matérias-primas e produtos finais «just in time». E quando o trabalhador está inte-

ressado em intervir, aí estão «as empresas com cultura», a tentar transformar essa vontade, essa participação em mais e melhor produção, mantendo firmes as rédeas das opções estratégicas, de gestão do pessoal, dos investimentos, dos lucros!

O monopólio da política, como de outras coisas, na empresa é do Patrão. É ele que recebe ministros e secretários de Estado, delegações de deputados, que contribui para os fundos do partido no poder. Que fornece quadros, quando não ele mesmo, ao aparelho de Estado, para que tudo continue como deve ser... e sobretudo para garantir os seus direitos de proprietário dos meios de produção, de concentrar capital, de fazer política, de dar emprego e despedir, e, muito importante, para impedir que a maldita da «política» entre no seu santuário...

E o capital tem razão. A política na empresa esclarece, mostra a estreita ligação entre os problemas dos trabalhadores e a política da «classe política», do patronato, evidencia a coincidência estratégica entre os interesses do patrão e os dos partidos de direita, forma quadros que fortalecem as organizações dos assalariados, desperta consciências, liberta energias de luta e de combate... de busca de outra política, de outra maneira de estar e fazer política...

É por isso, camaradas, que a nossa Conferência toca numa questão central quando aborda o problema da organização dos trabalhadores no local de trabalho, na empresa e no direito a aí fazer política. Este núcleo orgânico é um elo básico na estruturação das organizações dos trabalhadores.

O patronato e a ideologia dominante tudo fazem para «expulsar» a política (a feita pelos trabalhadores) da empresa. Pretendem que estes «dispam» à porta da fábrica ou do escritório à sua dimensão política e assumam o papel de simples factor de produção, de «capital humano». O que, aliás, é perfeitamente coerente com os limites em que as forças de direita, e não só, pretendem encerrar a actividade política dos cidadãos: o assistir às campanhas eleitorais e, em particular, o acto de votar.

A importância chave e o direito que atribuímos aos trabalhadores comunistas na criação e dinamização de estruturas orgânicas e políticas para fazer política na empresa e levar a política do Partido à empresa e aos trabalhadores, resultam também de que esse é um caminho para fazer coincidir o trabalhador que luta com o cidadão que vota, para ligar os problemas imediatos e concretos dos trabalhadores às grandes opções políticas dos órgãos de poder e das diversas forças políticas e partidárias.

Camaradas,

A Conferência não pode ser interpretada como avaliação de que tudo o que fizemos até hoje foi mal feito ou está errado. Mas antes um reflectir, um reavaliar o caminho percorrido e a enorme

experiência do Partido na organização dos trabalhadores e das suas lutas. Significou reconhecer problemas e desajustamentos. Mas, sobretudo, e agora que a Conferência se tornou definitivamente um ponto de chegada, o decidimos avançar:

- na intensificação e desenvolvimento dos passos já dados e que reconhecidamente se mostraram correctos, durante o debate preparatório;

- na concretização das conclusões da Resolução que viermos a aprovar, e a que se devem juntar as sínteses de reflexão do trabalho nas secções.

Ainda hoje prosseguiremos esse trabalho. A partir já da Resolução que vos é proposta. Das intervenções de outros camaradas que intervirão nesta primeira sessão plenária. A partir da reflexão que cada um de vós traga para o debate nas quatro secções, traduzindo certamente o trabalho das diversas organizações regionais e sectores do Partido relativamente à Conferência.

Aprofundaremos ainda a identificação dos factores objectivos e subjectivos que envolvem e condicionam o nosso trabalho de organização e intervenção junto dos trabalhadores.

Avaliaremos ainda o conjunto das forças e energias que dispomos.

Prolongaremos certamente o debate em torno de três grandes objectivos:

- A direcção e sentido da intervenção do Partido junto dos trabalhadores, na sua mobilização política, na sua organização partidária, no seu contributo para o reforço das organizações representativas dos trabalhadores, no prosseguimento da luta em defesa dos seus interesses e direitos políticos, sociais, sindicais e profissionais;

- as medidas de direcção e organização que com uma adequada gestão das nossas forças permitam reforçar e renovar as organizações e organismos de trabalhadores comunistas, e transmitir mais coesão, oportunidade e força à nossa intervenção junto dos trabalhadores;

- as linhas de concretização e acompanhamento da Resolução da Conferência, e em particular a articulação da grande batalha eleitoral de 1995 com os passos já dados, e os que ainda queremos dar, nesta importante e decisiva frente de trabalho do Partido.

Camaradas,

Com convicção, com confiança, com a força deste grande Partido, vamos organizar melhor para melhor intervir, intervir para defender os interesses dos trabalhadores, dos portugueses, de Portugal.

Viva a Conferência Nacional!

Viva o Partido Comunista Português!



GRANDES POSSIBILIDADES PARA A AFIRMAÇÃO DO PCP

Conferência Nacional

Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores

28 de Novembro de 1984

Lioba - Vos do Operário

PCP

(...) Conquistas socioeconómicas alcançadas há várias décadas e defendidas pela luta abnegada de sucessivas gerações, que marcaram o sentido do progresso social e se tornaram património de uma política democrática, estão seriamente ameaçadas.

(...) Por outro lado, as mutações estruturais, as transformações operadas no trabalho assalariado, pela via das mudanças tecnológicas, da actividade e das estruturas económicas, têm profundas repercussões não só sobre as formas de organização do trabalho e os estatutos laborais, mas igualmente na composição e diferenciação do trabalho assalariado, na composição etária dos trabalhadores, nos comportamentos sociais, mentalidades, hábitos e organização de vida dos trabalhadores, na formação da identidade colectiva e no sentido de solidariedade que deve existir entre os trabalhadores. O processo de formação da consciência de classe torna-se mais complexo.

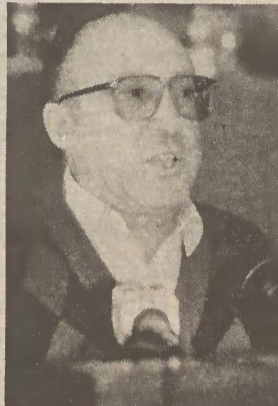
A destruição de colectivos laborais que foram bastiões de luta operária e de influência partidária, em consequência das privatizações, das reestruturações industriais e das deslocalizações afectadas de forma particular sectores e empresas cujos trabalhadores, pela influência do Partido, consciência de classe, elevado grau de concentração, experiência de luta, têm constituído a parte mais sólida do movimento operário.

Não é questão de pouca monta o facto de na actualidade a maioria da chamada classe operária tradicional se concentrar em zonas de menor implantação partidária e de forte influência das forças reaccionárias e da igreja e em que os trabalhadores mantêm um estreito vínculo ao trabalho da terra.

(...) As profundas mutações, afectando os processos produtivos, a natureza das relações laborais, e a própria composição do trabalho assalariado, não alteram uma realidade que se confirma e afirma com toda a crueza que é o facto de não se alterar a natureza exploradora do capitalismo, verificando-se o seu refinamento e o acentuar da contradição entre o trabalho e o capital.

As reestruturações industriais, a introdução de novas tecnologias processam-se de forma contraditória. Por um lado, expulsam (ou, no dizer do patronato, libertam) milhares de trabalhadores do processo produtivo; por outro lado, modificam os meios de produção e organização do trabalho, dando lugar a novos ramos produtivos, a novas profissões e ao aumento contínuo do trabalho assalariado e a sua extensão a novos sectores e profissões, ampliando o campo das vítimas da exploração e consequentemente dos que se organizam e lutam.

A realidade confirma igualmente que as empresas são o principal centro da luta de classes, que é aí que se trava a luta directa entre o trabalho e o capital(...).



Domingos Abrantes

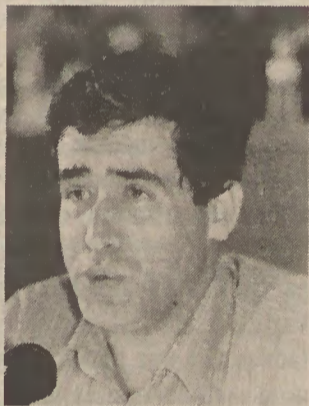
Continuando a dar toda a atenção à chamada classe operária tradicional, ainda hoje a força mais determinante, é indispensável desenvolvermos um trabalho mais dinâmico e criativo em relação às mulheres (mais de 40% da mão-de-obra), aos jovens e às novas camadas de trabalhadores em franca expansão.

(...) O crescimento contínuo do trabalho assalariado amplia as possibilidades de alargar a influência do nosso Partido, sem perder de vista que a situação objectiva de largos sectores de assalariados, não tem correspondência automática na compreensão subjectiva da sua condição de explorados. A classe operária amplia-se mas torna-se igualmente mais heterogénea, e as suas aspirações e reivindicações mais diversificadas. O trabalho junto das novas camadas de trabalhadores exige o conhecimento destas realidades, exige a defesa dos seus interesses, exige um largo trabalho de esclarecimento sobre as orientações e posições do Partido, exige a sua organização e mobilização para a luta, processo no qual os comunistas têm um papel fundamental e insubstituível.

(...) Sem subestimarmos as consequências da ofensiva do capital, nem as dificuldades que se colocam hoje ao Partido, nomeadamente nos locais de trabalho, podemos dizer que se abrem grandes possibilidades para a intervenção e afirmação do PCP junto dos trabalhadores, melhorando o trabalho das células existentes, levando à organização a novas empresas, conjugando e coordenando esforços dos membros do Partido que intervêm em diferentes frentes (C.T.'s, sindical, etc.). (...)

O VALOR DAS CÉLULAS DE EMPRESA

(...) É preciso soltar o trabalho de organização. A organização em abstracto não é nada. Ela só tem sentido, se orientada para a luta dos trabalhadores e do Partido. Tudo isto começa nos interesses e motivações comuns dos camaradas que trazem para dentro do Partido o sentir, o sofrer e as aspirações dos companheiros de trabalho. Devemos corresponder naturalmente a estas imensas energias, organizá-las, direccioná-las e dar-lhes enquadramento político.



José Timóteo

As células de empresa são a condição para a transformação da consciência social dos trabalhadores em consciência política e a via mais segura para os aproximar do Partido.

(...) O aprofundamento da organização e da acção do Partido nas empresas, o melhor acompanhamento político e integração dos camaradas dirigentes sindicais ou membros das C.T.s, os plenários regulares, o agarrar os problemas simples e concretos dos trabalhadores, o haver conclusões em cada reunião por forma a saber-se o que se vai fazer e quem o faz, o controlo de execução, a conjugação da intervenção sindical com a maior afirmação partidária, o diálogo permanente das células com os trabalhadores de forma mais ou menos aberta e conforme as condições, são decisivos para uma dinâmica de trabalho, para o êxito da luta e mais e melhor organização partidária, para a renovação dos quadros.

Nesta batalha, todos nos devemos empenhar. É um objectivo do qual ainda hoje estamos muito distantes.

As células de empresa não são a única via para chegarmos junto dos trabalhadores. Há outras formas de organização e intervenção que de acordo com as condições existentes, devem ser realizadas para atingir esse objectivo.

(...) Esta grande flexibilidade com pontos de partida diferentes precisa de ser desenvolvida conforme as condições de cada organização ou sector, com a noção de que ponto de chegada são as empresas e as células, como núcleo mais sólido da organização do Partido, sendo necessário e possível constituir mais, convergindo num aumento qualitativo e extensivo da nossa acção.

O PONTO DE PARTIDA PARA AS BATALHAS QUE AÍ ESTÃO

(...) Se pensarmos, por exemplo, que em princípios de 80 a Quimigal, EDP, CP, RN, Portucel, ou seja, cinco empresas unidas e indivisíveis com mais de 80 mil trabalhadores, são hoje 60 empresas com menos de 45 mil trabalhadores efectivos, sem contabilizar as centenas de empreiteiros e milhares de precarizados, imaginaremos as profundas alterações que se verificam. Na Metalomecânica, no Sector Siderúrgico e Mineiro, na Indústria Naval, nos Cimentos, nos Tabacos, nos Transportes Marítimos, em sectores onde existiam fortes e combativos núcleos organizados do movimento operário e sindical, eles foram desarticulados e, nalguns casos, mesmo, desactivados.

Num esforço notável, com destaque para os comunistas, os trabalhadores, mantendo uma linha de denúncia e de resistência, reorganizaram e elegeram as suas estruturas unitárias enfrentaram complexos problemas na articulação da acção reivindicativa e da contratação. Problemas novos se colocam com a privatização da Banca, dos Seguros e de áreas da Função Pública com os desmembramentos, os despedimentos, acção sindical articulada em termos de sector.

E ao Partido, desde a célula, aos organismos, às DOR's, até à Direcção Central, foram colocadas novas exigências de respostas de soluções no plano da organização e da sua intervenção política no seio dos trabalhadores, designadamente em sectores estratégicos e mais importantes. Por exemplo, fomos capazes de reestruturar as células nas principais unidades desmembradas da Quimigal sediadas no Barreiro, de agarrar duas empresas desmembradas da C.P. e reestruturar e reorganizar no plano unitário e partidário. Mas demos resposta em duas empresas nas 13 que resultaram do desmembramento da C.P.

As Direcções Regionais mais fortes e influentes tomaram medidas, avançaram, mas eram e são confrontadas com processos e problemas que ultrapassam o seu âmbito e área geográfica e a sua própria capacidade de resposta com dimensão à escala nacional.

Foi perante esta necessidade objectiva que o Comité Central do nosso Partido considerou e aprovou uma linha de trabalho de coordenação de organismos do Partido que actuam em áreas afins, zonas geográficas, sectores económicos e outras células de empresa, de âmbito nacional,

sectores profissionais, regiões com especificidades próprias, mas sob a direcção diferenciada no plano regional e sectorial. Tal decisão do C.C. visava com esta coordenação nacional, aprofundar os problemas e as novas realidades com que as Organizações se defrontam e encontrar respostas concretas e eficazes das respectivas organizações partidárias.



Jerónimo de Sousa

(...) Os trabalhos preparatórios da Conferência já revelaram, não só a necessidade, mas as reais possibilidades da coordenação. Reanimou, estimulou o trabalho partidário.

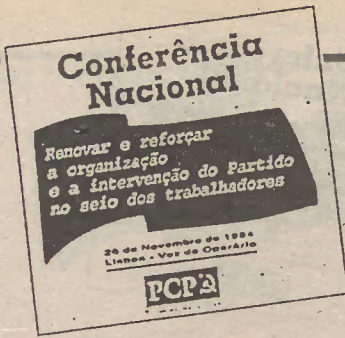
No entanto, tratando-se de reforçar e renovar processos de trabalho, a vida e a experiência, naturalmente,

indicarão e determinarão aperfeiçoamentos e correcções, partindo de uma ideia essencial que esteve no fundamento da decisão do nosso Comité Central e dos seus organismos executivos: o que é que melhor serve os interesses, as aspirações dos trabalhadores, o que é que melhor serve o nosso Partido.

Também por isto esta Conferência deve ser, agora que foi ponto de chegada, a ponto de partida para as batalhas que estão aí em cada empresa concreta, em cada sector concreto, onde milhares de trabalhadores esperam sempre dos comunistas a sua contribuição militante e de luta para agir e transformar a realidade.

Também por isto esta Conferência deve ser, agora que foi ponto de chegada, a ponto de partida para as batalhas que estão aí em cada empresa concreta, em cada sector concreto, onde milhares de trabalhadores esperam sempre dos comunistas a sua contribuição militante e de luta para agir e transformar a realidade.





(...) O enfraquecimento das células do Partido nas empresas e locais de trabalho, e, pelas mesmas razões a regressão semelhante da organização sindical, é fundamentalmente consequência da destruição do aparelho produtivo, da precarização das relações de trabalho, e, em suma, da ofensiva geral, mundial, do capital contra os direitos dos trabalhadores. Não sendo, por isso, nem num caso nem noutro, um problema apenas português.

(...) Se porventura os órgãos de direcção, organismos, quadros e militantes do Partido viessem a estar predominantemente absorvidos pela intervenção nas sucessivas eleições e, nos intervalos eleitorais, pelo acompanhamento e trabalho de gestão nas autarquias, Assembleia da República e outras instituições, em prejuízo do tempo, esforços e meios dedicados ao acompanhamento e intervenção das células nos locais de trabalho, nos sindicatos e nas CT's, estaríamos ou não perante uma discrepância entre a orientação e a acção prática?

Se os militantes do Partido nos sindicatos e CGTP-IN, e estas organizações em si mesmas dedicam a parte mais significativa do seu tempo e capacidades à organização e execução de acções de formação profissional, em concorrência, e nos mesmos moldes, que as levadas a cabo pelo patronato e pelo Estado, ou na garantia das

POR UM SINDICALISMO REIVINDICATIVO E PARTICIPADO

representações e tomadas de posição no Conselho de Concertação Social e em todo o tipo de instituições, conselhos consultivos e organismos, em regra de participação aparente, numa prática que em vez de potenciar, enfraquece a ligação dos trabalhadores, a sua participação e o desenvolvimento das lutas nos locais de trabalho, estaríamos ou não a seguir uma estratégia que seria preciso corrigir?

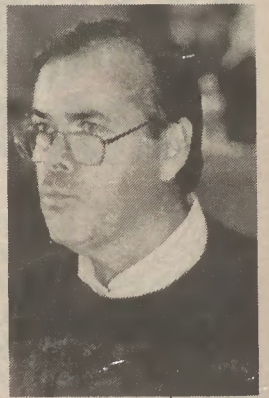
(...) Trata-se de encontrarmos o justo equilíbrio no grau de envolvimento e nas formas de intervenção que levamos à prática em frentes complementares de trabalho, sem as deixar transformar em principais, e de modo a que estas potenciem e não enfraqueçam a ligação directa aos trabalhadores e a respostas aos seus problemas concretos.

Outra questão importante e complexa, é a da imprescindível autonomia dos sindicatos e CT's (...) mas, a justa defesa dessa autonomia, não implica, não pode implicar, como acontece com frequência, que os comunistas, dirigentes sindicais e membros de CT's, deixem de se assumir também como comunistas, perante os trabalhadores,

e por sua vez na sua própria relação com o Partido, considerando a sua condição de membro do Partido como subsidiária da de dirigente sindical ou membro da CT.

(...) A CGTP-IN decidiu recentemente avançar com um processo de reestruturação sindical, tendo presente ainda mais duas ideias básicas: a necessidade imperiosa de rejuvenescimento do movimento sindical, no sentido de atrair e integrar os jovens em termos gerais, e de renovação de quadros e dos órgãos aos diversos níveis - é a questão da participação dos trabalhadores nas acções de luta, no debate dos seus problemas e nas diversas decisões da vida dos sindicatos.(...)

É tarefa dos comunistas manter, retomar, hoje e amanhã, um sindicalismo reivindicativo, participado, de resposta aos problemas imediatos dos trabalhadores, mas também de ideais, de valores, de utopia, de projectos, claramente anticapitalista e transformador, não só possível como imprescindível à sua continuidade.(...)



Américo Nunes

O PRESTÍGIO DOS QUADROS DO PARTIDO JUNTO DOS TRABALHADORES

(...) Um trabalho do Partido dirigido aos jovens e às mulheres trabalhadoras, e a integração de jovens e mulheres comunistas em organismos virados para a acção junto dos trabalhadores, deverão merecer uma redobrada atenção.

Igualmente é necessário encontrar as formas orgânicas e de envolvimento na luta de milhares de homens e mulheres que hoje são desumanamente expulsos do mercado de trabalho passando à situação de pré-reformados.

Muitas vezes dizemos que o desenvolvimento da luta não se encontra ao nível da gravidade da situação social que vivemos e esta afirmação é, em nosso entender, verdadeira.

No entanto, seria um erro desvalorizar as muitas e diversas lutas de pequena e grande dimensão que se têm travado.

Em redor da sua central sindical, a CGTP-IN, os trabalhadores lutam e resistem, trazendo para a rua a exigência de uma nova política, como o fizeram em diversos momentos no decurso deste ano, conscientes de que só uma política alternativa democrática poderá alterar a actual situação.

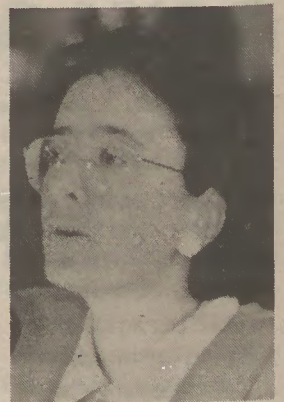
(...) A formação da consciência social e sua transformação em consciência política e em opção eleitoral não é um processo linear nem imediato.

Não só não estamos sozinhos no terreno, como os meios que cada um dispõe para influir são muito desiguais.

(...) O Partido dispõe de milhares de quadros nas estruturas sindicais e das CT's, reconhecidos e prestigiados junto dos trabalhadores. Eles são um capital humano

e revolucionário de grande valor.

Hoje, aqui, nesta Conferência, um apelo para que nas próximas eleições legislativas cada um dos quadros do Partido, quer esteja na CT ou em estruturas do MS, se empenhe, com convicção, em conjunto com os restantes comunistas, no ganhar dos trabalhadores para uma forte votação no Partido e na CDU, porque em 1995 as eleições legislativas são uma batalha determinante para a luta por uma sociedade mais justa e mais fraterna, de Progresso e Justiça Social.



Rosa Rabiais

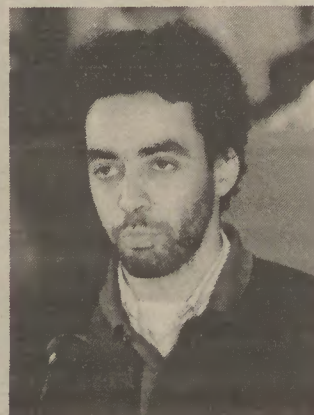
É VITAL ORGANIZAR JOVENS TRABALHADORES

(...) Os jovens que não se inserem no sistema de ensino, mesmo considerando apenas os que estão entre os 14 e os 25 anos, ascendem a quase um milhão. Destes, cerca de 600 mil estão empregados e mais de 100 mil são desempregados inscritos em Centros de Emprego. Na Formação Profissional e em diversos programas ocupacionais estão também muitos milhares de jovens.

(...) Com o aumento da escolaridade obrigatória, os jovens entram mais tardiamente no mercado de trabalho, começam a trabalhar com uma formação geral mais elevada, reduzindo-se substancialmente as situações de aprendizagem prolongada inserida nos colectivos de trabalhadores. Por outro lado, a precarização generalizada das relações de

trabalho, as mudanças constantes de empresa e sector de actividade, não contribuem para a criação de laços entre si que facilitem a acção comum, a organização e a sindicalização.

Esta situação, o ambiente de pressão aplicado sobre os trabalhadores pela direita e pelo patronato, a afirmação dos seus valores, condicionam e influenciam negativamente a formação da consciência social e de classe dos jovens trabalhadores com reflexos na defesa dos seus interes-



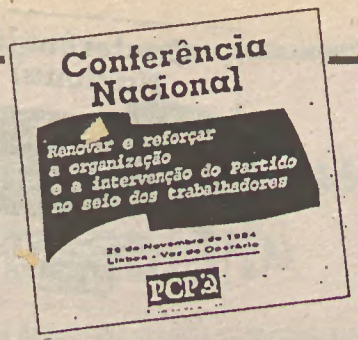
Nuno Costa

ses, na sua organização, no desenvolvimento da sua luta específica, e na participação na luta mais geral.(...)

Segundo dados disponíveis em 92, num universo de 1700 dirigentes apenas 4,6% tinham menos de 30 anos e, em 5610 delegados sindicais só 3,1% eram jovens.

(...) O desenvolvimento da luta e organização dos jovens trabalhadores contra a opressão e exploração capitalistas são uma tarefa de importância vital. Esta acção deve ser incentivada pelos comunistas encontrando as formas de organização e de intervenção políticas que tenham em conta o que é a juventude hoje, estabelecendo um diálogo permanente com os jovens, levando-os a perceber a importância do Partido e da JCP.(...)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Na 4ª secção, onde estiveram em debate as questões da Administração Pública, foram feitas 25 intervenções, participando nos trabalhos cerca de 250 camaradas - começou por referir Américo Costa, que remeteu para o relatório a elaborar posteriormente pela mesa da secção (para publicação no livro da Conferência) uma descrição mais pormenorizada da discussão.

No relato apresentado ao plenário por aquele membro do Comité Central destaca-se a apreciação positiva relativamente ao facto de ter sido individualizada a área da Administração Pública no contexto da Conferência. Num debate «vivo e diversificado» foram abrangidos,

SERVIÇOS

José António Antunes apresentou ao plenário o relato do debate que teve lugar na secção dedicada aos sectores de serviços, onde intervieram camaradas da banca, da hotelaria, dos seguros e do comércio. A mesa que aqui dirigiu os trabalhos decidiu elaborar posteriormente, para publicação no livro da Conferência, um relatório mais detalhado.

Começando por registar o apoio generalizado à proposta de Resolução da Conferência, aquele dirigente do organismo de bancários da Organização Regional de Lisboa deu nota das dificuldades hoje vividas em muitas empresas, sectores e regiões, que chegaram a ser caracterizadas como «situações de semiclandestinidadade». «Naturalmente, porque somos um partido de trabalhadores, esta situação tinha que ter profundos reflexos na nossa organização, nos nossos militantes», nomeadamente na deslocação de activistas do Partido para o trabalho sindical (diminuindo a sua intervenção partidária nas empresas) e na saída das empresas de milhares de trabalhadores, cuja ligação ao Partido é preciso retomar.

Abordando novas realidades surgidas na área dos serviços, foi afirmada a necessidade de chegar às novas empresas, tanto pequenas e médias, como as grandes unidades comerciais que empregam milhares de jovens e mulheres. A necessidade do reforço do Partido e da sua intervenção, salientaram na secção, passa pelo maior esforço e empenhamento de cada um dos militantes.

Sublinhando o papel vital das células do Partido nas empresas, foi realçada a importância da coordenação nacional de empresas e sectores implantados a nível do País, sem no entanto retirar conteúdo e capacidade de direcção aos sectores e direcções de organização regional. Estas devem acompanhar com maior cuidado os problemas destes sectores e empresas.

O Partido deve intervir «mesmo nas empresas onde só há um comunista» e encontrando formas de ultrapassar as dificuldades criadas pelo ambiente de intimidação e repressão. Citando exemplos que mostram as potencialidades de recrutamento existentes, foi defendida a abordagem desta tarefa de forma planeada pelas organizações.

Com o objectivo de reforçar as células de empresa, foram avançadas sugestões e relatadas experiências, como a criação de grupos específicos para iniciativas e tarefas concretas, e outras formas de melhorar o controlo de execução das tarefas assumidas. Mudanças de empresa ou passagens à reforma devem ser mais prontamente acompanhadas e reflectidas em medidas de organização e administrativas.

Um esforço e atenção especial devem merecer sectores em expansão, como a hotelaria e o comércio, adaptando as formas de trabalho do Partido às condições de trabalho e horários das empresas. Igualmente devem ser analisadas as implicações, para o trabalho partidário, do facto de muitos grupos financeiros integrarem simultaneamente bancos e companhias de seguros.

«Embora seja fundamental a formação que os quadros vão adquirindo na própria luta, sente-se a necessidade de haver um complemento de formação política e ideológica», relatou José António Antunes. Reconhecendo que não houve muitas intervenções sobre aspectos relacionados com os jovens, deixou a sugestão de ser feita uma iniciativa central do Partido para debater o trabalho partidário junto dos jovens trabalhadores. Desta secção veio ao plenário a necessidade de, na Resolução da Conferência, ser feita referência aos problemas das mulheres e à acção do Partido junto das trabalhadoras. Também foi realçada a importância de organizar os reformados, que hoje «não são obrigatoriamente terceira idade». Foi ainda sugerida a realização de iniciativas regionais que dêem continuação à Conferência Nacional.

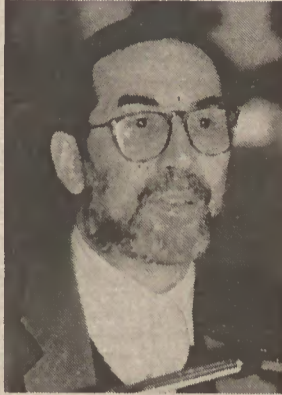
«embora não homoganeamente», os diversos sectores da Administração Pública. Sobressaíram duas ideias: «dar continuidade ao debate, especificando subsectores, áreas e conteúdos» e «intensificar a implementação de medidas concretas».

Foram apontados «alguns traços mais consistentes» da discussão, nomeadamente «uma intenção política do Governo PSD/Cavaco Silva que visa o desmantelamento de partes substanciais do sector» e «uma acentuada diminuição quantitativa e qualitativa no exercício de funções sociais do Estado».

Concluiu-se que «a mediática afirmação de *menos Estado, melhor Estado* tem funcionado como um biombo ideológico para a modelação das relações laborais em desfavor dos trabalhadores», e «a lógica privatizadora tem levado à redução de meios humanos, à extinção de organismos e serviços», diminuindo o número de trabalhadores efectivos e fazendo proliferar as mais diversificadas formas de trabalho precário, mesmo à revelia das leis em vigor.

A par da precariedade, a *lei dos disponíveis* e o conceito de excedente, «são notas dominantes da gestão de recursos humanos na Administração Pública». Os ataques ao efectivo direito à carreira, ao exercício dos direitos colectivos, ao poder de compra dos trabalhadores e aposentados, o nivelamento por baixo do estatuto de aposentação e mesmo a redução de salários e pensões têm caracterizado a postura do Governo e sintetizam um quadro de transformações que dificultam o desenvolvimento do trabalho do Partido e das organizações unitárias - referiu Américo Costa.

Os comunistas devem ter entre os objectivos da sua acção a unidade dos trabalhadores, o reforço do movimento sindical unitário e um esforço especial de sindicalização, batendo-se pelo exercício e defesa dos direitos e pela eleição de mais delegados sindicais. Deve ser uma prioridade a disponibilização de meios para a renovação e



Américo Costa

reforço do Partido e a coordenação do trabalho partidário no sector. Também deve ser prioritário o esforço de recrutamento de jovens, particularmente entre os trabalhadores das autarquias. Ainda deverá orientar-se esforços para: alargar a actividade do Partido a locais de trabalho e a estratos como os quadros de elevada qualificação; evitar a quebra de ligação com militantes que vêm alterada a sua situação profissional; contrariar tendências para o imobilismo de algumas células; criar novas células e dinamizar as existentes, renovando quadros e atribuindo tarefas aos que se mostram disponíveis; encontrar formas imaginativas de ligação dos militantes ao Partido, que poderão ir, por exemplo, até à constituição de células por residência ligadas aos locais de trabalho.

Foi defendido um acompanhamento específico aos trabalhadores com vínculo precário, bem como uma maior intervenção das organizações regionais do Partido entre os trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente com a constituição de organismos que visem a coordenação e direcção do trabalho nos diversos sectores. Com o mesmo objectivo de coordenação devem ser tomadas medidas semelhantes a nível nacional.

O relato dos trabalhos da 4ª secção deixou uma referência particular à intervenção nas autarquias, onde sucede existirem comunistas «no mesmo local e com relações de trabalho contraditórias» - os trabalhadores e os eleitos - e onde muita da legislação produzida pelo poder central vai contra os interesses do poder local democrático. As sugestões feitas para ultrapassar estas situações, disse o relator, «vêm no sentido da confirmação de resoluções já anteriormente apontadas», como a realização de reuniões, a nível local, entre células de autarquias e de trabalhadores e entre os eleitos e as organizações representativas dos trabalhadores.

Ainda foi referida a necessidade de combater a *autarquização* do Partido, fenómeno a que se liga um certo sentido de exercício pessoal do poder. Nalgumas regiões constatou-se a necessidade de alterar rapidamente uma tendência para recorrer «quase exclusivamente» a quadros sindicais ou eleitos a tempo inteiro para o trabalho orgânico do Partido.

De modo a «unificar posições e facilitar a intervenção do Partido» face ao problema das privatizações em autarquias locais, foi avançada a ideia de promover uma linha de trabalho específica.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E ENERGIA

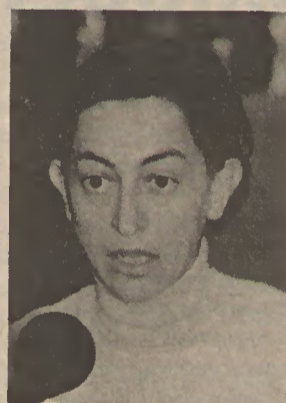
Ana Paula Henriques fez o relato da secção da Conferência dedicada aos Transportes, Comunicações e Energia, onde estiveram cerca de 100 camaradas e se fizeram 25 intervenções, algumas delas dando conta que na preparação da Conferência houve «uma positiva combinação entre as discussões e o aprofundamento da reflexão, com a tomada de medidas concretas».

No debate constatou-se que a existência das células de Partido «foi e é o factor decisivo para a resistência dos trabalhadores à violentíssima ofensiva da direita e que os trabalhadores reconhecem os comunistas como aqueles que melhor defendem os seus interesses, manifestando-lhes crescentemente a sua confiança ao elegê-los para as estruturas dos trabalhadores e ao reconhecer a justiça das suas palavras de ordem».

Foram referidas empresas como a EDP, a Portugal Telecom, a TAP, as resultantes da divisão da Rodoviária Nacional, os CTT, a Carris, o Metropolitano, a Petrogal, representadas nesta secção e de peso determinante na economia nacional e na independência do País. Antes estruturadas num sector nacionalizado, foram objecto de uma ofensiva da direita «que tem por objectivo a sua entrega ao capital privado, nacional e estrangeiro, a destruição dos postos de trabalho e a retirada de direitos aos trabalhadores e a desarticulação da sua organização», usando como táctica a transformação em sociedades anónimas, desmembramento e venda das suas partes lucrativas. PSD mas também PS foram pesadamente responsabilizados por esta situação.

Os ataques aos trabalhadores têm incidido fundamentalmente sobre o direito ao trabalho, verificando-se uma «brutal redução dos postos de trabalho, os despedimentos encapitados sob a designação de rescisões amigáveis, pré-reformas e outras, a redução do poder de compra, a repressão, a negação de direitos, como o direito à contratação colectiva e à greve, o desrespeito dos acordos livremente negociados, a imposição de regimes sucedâneos».

Como objectivos de luta, colocam-se neste momento a defesa das empresas ainda ligadas ao sector empresarial do Estado, a defesa dos postos de trabalho e dos direitos, e a melhoria das condições de vida. Foi salientado o papel da luta na elevação da consciência de classe e no aprofundamento da unidade dos trabalha-



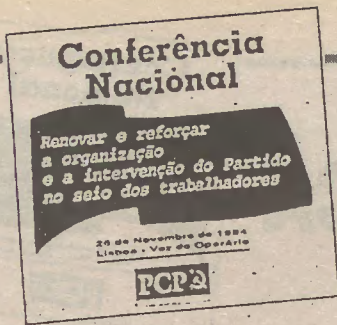
Ana Paula Henriques

dores, e o papel do Partido na sua dinamização.

Realçando a importância da unidade de todos os trabalhadores, nomeadamente onde o divisionismo investiu fortemente, foi dado grande ênfase ao reforço do movimento sindical unitário e das comissões de trabalhadores, como tarefa de todos os comunistas. Como linhas centrais desta actuação, o debate salientou o esforço para a implantação da CGTP e o combate permanente ao divisionismo, a sindicalização e a subtracção de mais trabalhadores à influência do divisionismo, o aprofundamento do trabalho de massas, a reorganização das estruturas desmanteladas, a atenção a camadas específicas.

Constatarem-se as numerosas dificuldades objectivas que se colocam ao trabalho das células, com a diminuição do número de militantes fruto da diminuição do emprego, e as que resultam da enorme repressão sentida, com reflexos na diminuição da militância e crescentes dificuldades de contactos nos locais de trabalho. «A célula não pode nem deve demitir-se das suas tarefas no apontar dos caminhos políticos que são do interesse dos trabalhadores para a alternativa democrática e do carácter determinante que para isso assume o reforço do apoio político e eleitoral dos trabalhadores ao seu partido de classe, nem pode dissociar as tarefas da dinamização da luta do reforço da organização do Partido» - afirmou a relatora.

Na secção foi manifestada confiança «na capacidade do Partido levar por diante, com êxito, alegria e entusiasmo, as conclusões da Conferência, como contributo indispensável para a alternativa democrática e para a cada vez maior afirmação da classe operária e do seu partido de vanguarda na sociedade portuguesa».



O Secretariado da Conferência está em condições de informar que estão até ao momento identificados e registados 904 participantes, em representação de todas as Organizações Regionais e sectores do Partido, além de centenas de convidados.

O Secretariado verificou a correspondência entre as fichas de presença dos participantes na Conferência e as fichas fornecidas pelas diversas organizações partidárias, tendo confirmado a validade das mesmas.

O Secretariado está em condições de informar a Conferência que:

Quanto à composição social dos participantes, 43,6% são operários; 34,3% são empregados; 17,4% são quadros técnicos e intelectuais; sendo os restantes 4,7% de diversas camadas e grupos sociais.

Esta composição afirma e confirma a natureza de classe do nosso Partido, como o grande partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses.

Quanto à composição etária, importa referir que a média é de 45 anos, tendo 8% menos de 30 anos, 68% entre 30 e 50 anos, e 24% mais de 50 anos.

A percentagem referida de participantes com menos de 30 anos, embora significativa, reforça a necessidade já sublinha-

RELATÓRIO DO SECRETARIADO

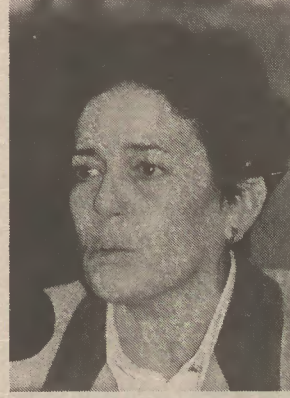
da na Conferência de reforçar o trabalho e a acção do Partido e da JCP dirigidos à juventude como essenciais para a renovação e aprofundamento da influência do Partido no seio dos trabalhadores.

São mulheres 17,8% dos participantes, o que igualmente confirma a necessidade de se persistir no recrutamento, na responsabilização e na maior participação das mulheres no Partido.

O Secretariado informa ainda que 53,5% dos participantes são dirigentes de estruturas do movimento sindical e comissões de trabalhadores, o que constitui um importante testemunho da profunda ligação do Partido aos trabalhadores e do grande capital de confiança que estes depositam nos comunistas.

Quanto à formação escolar dos participantes, importa referir que 38,8% têm formação secundária, 16,7% formação superior e 38,5% o ensino primário ou preparatório.

O Secretariado informa ainda que 29,2% dos participantes desempenham cargos eleitos em autarquias, Assembleia da República e Parlamento Europeu, o que ilustra a necessária e profunda relação do PCP, como Partido dos trabalhadores, com a intervenção activa nas instituições em defesa dos seus interesses.



Conceição Morais

O Secretariado salienta igualmente a forte presença de camaradas representando células de empresa, organismos de sectores profissionais e sindicais, e diferentes organismos de direcção, que constituem 78,9% dos participantes.

O Secretariado considera de grande significado político e partidário a composição responsável, representativa de todo o Partido e demonstrativa da profunda relação do Partido com os trabalhadores,

que os números referidos evidenciam. O que reforça a nossa confiança quanto à qualidade e validade das conclusões desta Conferência Nacional e quanto à nossa determinação e compromisso colectivos de, todos juntos, as concretizarmos.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE REDACÇÃO

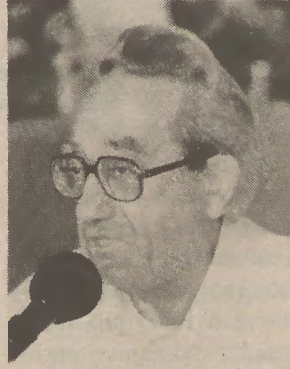
Camaradas,

Em relação ao documento que vos foi distribuído desde o início da Conferência Nacional, a Comissão de Redacção recebeu 34 propostas de emenda. Lamentamos que outras propostas, por terem sido recolhidas muito tardiamente, não pudessem ter sido consideradas. Não significa isto que o não possam ser no nosso trabalho posterior.

Foram contempladas, total ou parcialmente, 24 das propostas feitas. Ter em conta que, algumas vezes, foi aceite a proposta mas foi colocada numa parte do texto que pareceu à Comissão de Redacção mais adequada.

Através das alterações que vos foram já distribuídas, verificareis que foi aceite um ponto novo sobre as mulheres comunistas.

Um outro ponto sobre a coordenação e direcção central da acção junto dos trabalhadores foi muito modificado. Embora a Comissão de Redacção considerasse que o texto primitivo estava bem e assentava na Resolução Polí-



Blanqui Teixeira

tica do XIV Congresso, para ultrapassar dúvidas que foram apresentadas, reverteu-se ao próprio texto daquela Resolução.

Também em relação aos jovens trabalhadores se procurou responder a algumas propostas com uma melhor precisão do sentido do texto.

No que respeita às propostas que não foram contempladas, embora, em geral, não houvesse discordâncias, considerou a

Comissão de Redacção que tornariam o texto ou excessivamente pomenorizado ou repetitivo.

AGRICULTURA, INDÚSTRIA, PESCAS

Vitor Ranita afirmou ao plenário da Conferência que na secção sobre Agricultura, Indústria e Pescas passaram pelos trabalhos cerca de 400 camaradas, sendo produzidas 30 intervenções. «As opiniões expressas traduziram a diversidade de situações, de sectores e experiências, representadas pelos camaradas que intervieram», disse aquele membro do Comité Central, que sublinhou que «não obstante as diferentes abordagens feitas ao conjunto dos assuntos em apreciação, não obstante as diferenças de opinião sobre tal ou tal aspecto da intervenção dos comunistas e dos organismos do Partido junto dos trabalhadores, verificou-se unanimidade quanto à análise que o Partido faz sobre a actual situação política e social, sobre os problemas e exigências que essa situação coloca hoje aos trabalhadores, às suas organizações unitárias e ao PCP».

Segundo este relato, verificou-se também, no fundamental, uma clara sintonia dos intervenientes quanto à importância da Conferência, aos seus objectivos centrais e ao essencial da proposta de Resolução que a seguir foi aprovada.

Quanto a intervenções feitas nesta secção, Ranita salientou a de um camarada sobre situação dos emigrantes em Paris, dos seus problemas e das perspectivas de organização para o trabalho organizado do Partido na emigração, onde foi acentuada a necessidade de serem destacados quadros e criadas condições para o acompanhamento e contacto regular do Partido na emigração.

Outra intervenção sublinhou as dificuldades da organização do sector da construção e madeiras que, na opinião expressa, exigirão soluções integradas envolvendo diferentes organismos do Partido e os diversos níveis da estrutura sindical, em cada região.

Um camarada referiu os problemas económicos e o quadro da política de pescas e as degradadas condições de vida e de trabalho dos pescadores no momento presente.

Entre outros problemas, foram abordadas também as questões referentes aos meios de acção, o trabalho a desenvolver junto da juventude, as exigências de esclarecimento dos trabalhadores, a necessária afirmação do PCP na luta dos trabalhadores e a divulgação e valorização da acção do Partido.

Quanto à organização do Partido, para e junto dos trabalhadores nas empresas, Ranita destacou as seguintes afirmações: «é

preciso avaliar correctamente a realidade e não esquecer as nossas próprias insuficiências para melhor e mais eficazmente actuarmos»; «o trabalho por zona de residência quando os militantes estão impedidos, porque têm diferentes horários, por causa dos despedimentos ou da diversidade de vínculos, de garantir o regular funcionamento da célula tradicional é uma experiência a aprofundar»; «uma experiência positiva é a inserção dos quadros eleitos do movimento sindical e das CTs no trabalho das células dada a sua, em geral, maior disponibilidade e capacidade de mobilidade no interior das empresas»; «tem sido também positiva a responsabilização de militantes hoje reformados no funcionamento de organismos constituídos para a intervenção e organização nas empresas», aliás, foi referido que os reformados, com os trabalhadores activos, devem participar em plenários de militantes de nível local, segundo a experiência do Alentejo.

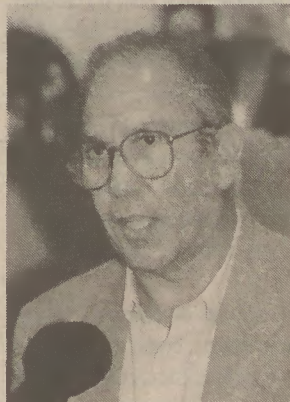
«Sem prejuízo da necessidade de diversificar e flexibilizar soluções organizativas, o que resulta do debate é a afirmação da célula como organismo fundamental no funcionamento organizado do Partido junto dos trabalhadores», disse Vitor Ranita.

No que se refere aos comunistas no movimento sindical foi salientada a necessidade de se garantir a existência e o funcionamento regular de colectivos do Partido nas estruturas sindicais e foi citada a necessidade de medidas que evitem que alguns sindicatos passem longos meses sem aparecer em empresas em que, no caso concreto, a CT e a própria célula do Partido são forçadas a substituir a intervenção do sindicato.

«Quanto ao desenvolvimento da luta temos de reconhecer que foi questão pouco debatida» diria o orador que, no entanto, registou que nas actuais condições foi sublinhada a atenção a dar à incidência da luta nos pontos de estrangulamento nos ciclos de produção é questão cada vez mais importante para o êxito da luta.

Foi ainda sublinhado que o Partido não pode deixar de intervir oportunamente, procurando trazer a si os activistas que se destacam nas lutas em desenvolvimento.

Quanto aos quadros e métodos, foi chamada a atenção para a erosão que constituiria pensar-se que o PCP pode organizar melhor os trabalhadores sem alterar profundamente a situação



Vitor Ranita

actual quanto aos meios humanos de actuação.

Houve quem intervisse afirmando que a realização dos objectivos centrais da Conferência impõe descentralizar, envolver mais e melhor as concelhias e mais quadros do Partido.

Outros camaradas defenderam que é necessário tornar mais eficaz a divulgação da acção do Partido junto da opinião pública, sendo de insistir nos boletins e comunicados regulares, afirmando a inter-

venção do Partido em torno dos problemas e da luta dos trabalhadores nas empresas.

Sobre os jovens, foi salientado o importante peso deles no número total de trabalhadores, a necessidade de adoptar uma linha específica e prioritária de trabalho voltada para os jovens trabalhadores, a conveniência de a JCP dar mais atenção aos problemas e à organização dos jovens trabalhadores e foi ainda referida a importância da criação de comissões da Interjovem nos sindicatos.

Quanto às mulheres, foi referido ser importante colmatar os espaços em branco que existem na actuação do Partido nesta área, envolvendo todos e não só as mulheres, sendo proposto que se realizasse uma iniciativa de debate virada para o objectivo de uma maior inserção das mulheres na vida do Partido e da célula.

Quanto à situação dos reformados, lembrou-se que face ao aumento do seu número mais urgente se tornam soluções de Partido para a sua organização e que ainda se torna necessário impedir que os recém-reformados demorem, por razões burocráticas ou de rotina, excessivo tempo a serem integrados nos novos colectivos de partido.

A secção aprovou uma nota de apoio sobre as orientações fundamentais propostas à Conferência.

As Opções do Plano Orçamento

Orçamento «fim de estação»

Contrariamente às afirmações do Governo, o Orçamento do Estado não é um documento de «defesa e promoção do emprego», mas sim de continuidade e aprofundamento da crise económica e social. Esta a convicção do deputado Paulo Trindade que vai mesmo mais longe e afirma que o conteúdo do Orçamento «traduz a confissão implícita de que o desemprego vai continuar e aumentar».

Em abono da sua tese, o parlamentar do PCP recordou, na intervenção que produziu no debate sobre este tema, o acréscimo da dotação global prevista pelo Governo para pagamento do subsídio de desemprego (mais 12,8 por cento).

Subsídio de desemprego que, observou, continua a ser pago tardiamente e a más horas, e, não menos grave, só abrange cerca de 30 por cento dos trabalhadores nesta condição, isto é, apenas 123.595 desempregados num total de mais de 386 mil (dados do IEFEP referentes ao mês de Julho do ano em curso).

Motivo de preocupação, do ponto de vista de Paulo Trindade, é igualmente a circunstância de

o desemprego de longa duração ter crescido 34 por cento no terceiro trimestre de 1994 (o aumento mais elevado da União Europeia), o que, garante, «revela o carácter estrutural deste flagelo social».

Uma «grosseira manobra contabilística» e «pura engenharia orçamental», assim foi classificado, por outro lado, o Orçamento da Segurança Social, enquanto que a actualização das pensões (acertos de 47\$00 e de 30\$00 diários) foi qualificada pelo deputado do PCP como «verdadeiramente ultrajante».

Depois de lembrar que os trabalhadores da Administração Pública têm hoje o seu salário mínimo cinco por cento abaixo do salário mínimo nacional, Paulo Trindade, noutro passo, apelidou o Orçamento como sendo um orçamento estilo «fim de estação», enfatizando a ideia de que ele demonstra a «total falência do projecto político cavaquista e da sua impotência para dar resposta aos problemas com que se defrontam os trabalhadores, os reformados e as camadas e classes desfavorecidas».

Acessibilidades e Transportes

Em matéria de acessibilidades e transportes, o Governo adopta uma política de gestão em função dos ciclos eleitorais, acusou o deputado comunista José Manuel Maia, durante o debate do Orçamento do Estado.

A demonstrá-lo, observou, está o facto de, nos dez anos em que o PSD esteve à frente do sector dos transportes, não ter melhorado a mobilidade e qualidade de vida das populações, do mesmo modo que não melhoraram as acessibilidades, designadamente nas Áreas Metropolitanas, nem reduziram significativamente os congestionamentos das redes viárias que ligam os principais centros urbanos do País.

Para este panorama, segundo José Manuel Maia, concorre decisivamente o facto de o Governo ter adoptado opções erradas neste domínio, nomeadamente quando subalternizou o sistema de

transportes colectivos em favor do quase exclusivo investimento na rede de estradas.

Ao contrário das opções por si tomadas, no entender do parlamentar do PCP, o Governo deveria antes ter considerado como primeira prioridade, como aliás anunciou, a quadruplicação da Linha de Sintra ou a duplicação e electrificação da Linha do Douro até Marco de Canavezes, bem como intervenções nas linhas do Minho, a electrificação do troço Ermesinde-Nine e do ramal de Braga.

Seguramente mais correcto, diferentemente da posição advogada pelo Governo, teria sido também a construção de um transporte ferroviário moderno no corredor de Loures e região do Oeste, tal como, noutro plano - foi ainda José Manuel Maia a lembrá-lo - o reforço da prioridade ao Plano de Expansão da rede de Metropolitano.

Mais cortes na Saúde

No domínio da Saúde, a exemplo do que sucede noutras áreas, o Orçamento do Estado não deixa margem para dúvidas quanto às verdadeiras opções do Governo.

Passada a fase do benefício da dúvida, que muito boa gente entendeu dar ao Ministro da Saúde, o Orçamento agora proposto aí está, preto no branco, a evidenciar como nunca passaram de intenções as suas declarações quanto à necessidade de reforçar o financiamento dos serviços de saúde.

Por este aspecto começou justamente a sua intervenção o deputado comunista Luís Peixoto, citando para o efeito um conjunto de declarações produzidas pelo Ministro nos últimos meses, todas elas testemunhando de forma inequívoca como é largo o fosso que separa as palavras de Paulo Mendo dos seus actos.

Desde logo, a demonstrá-lo, frisou, a despesa prevista no Orçamento para o Ministério da Saúde (782,7 milhões de contos), correspondente a apenas cinco por cento do PIB, o que significa que Portugal continua a ser um dos países europeus que menos gasta com a Saúde.

Não menos desanimador é, por outro lado, o financiamento do Serviço Nacional de Saúde, o qual representa apenas um aumento de 3,8 por

cento, quando esse aumento, apesar de insuficiente, foi de 10,4 por cento em 1994, 11,6 por cento em 1993 e 21,2 por cento em 1992.

Trazendo à colação a natureza irrefutável dos números, lembrou ainda Luís Peixoto o corte na evolução do financiamento dos diversos serviços, que apelidou de «dramático», citando como exemplo as ARS que terão em 1995 um financiamento na ordem dos 242 milhões de contos, quando, em 1994, se prevê uma execução superior a 246 milhões de contos.

Depois de chamar a atenção para o facto de nada de fundamental ter mudado com este Ministro da Saúde - pese embora as suas declarações iniciais de que «é preciso mudar» -, Luís Peixoto considerou que Paulo Mendo «continuará a caçar sem armas, levantando apenas as lebres que outros apanharão».

Referia-se o deputado comunista ao facto de o Estado continuar a «investir em equipamentos para entregar inteirinhos à iniciativa privada». Mais, garantiu Luís Peixoto, «prepara-se, ainda por cima, para lhes financiar o início de actividade», dando como exemplos os Hospitais de Amadora/Sintra, de Leiria, de Viseu, o futuro de Santa Maria da Feira e muitos centros de saúde.

Carlos Carvalhas

«A luta vai continuar!»

(...) Quando sabemos que neste Orçamento há dotação que permita maiores aumentos do que os 47 escudos, 33 escudos e 30 escudos aos reformados e há dotação para aumentar em termos reais os trabalhadores da Administração Pública e que o Governo insensível às suas dificuldades só utiliza parte, talvez a pensar em aumentos intercalares lá para o meio do ano, o nosso voto contra o Orçamento é um voto de indignação e de revolta.

Quando, como todos sabemos, este Orçamento, que navega com a bandeira de Maastrich, vai aumentar o desemprego, e quando todos sabemos também só que um terço de exército dos desempregados recebem subsídio e com atraso, o nosso voto não é só um voto contra, é um voto contra de repulsa, de indignação e de revolta.

Quando como todos sabemos e o Senhor Primeiro-Ministro também sabe, este Orçamento vai agravar a injustiça fiscal e estrutural, com o aumento dos impostos indirectos que são socialmente regressivos, com um IRS em que não actualiza suficientemente os escalões atingindo os trabalhadores assalariados e com um IRC que só uma minoria de empresas é que paga, então o nosso voto não é só contra, é um voto contra de indignação, de revolta e de luta.

E a luta vai continuar nas instituições e fora delas, no uso inalienável dos direitos constitucionais. Este Governo vai ter pela frente os trabalhadores.

Por isso, daqui saudamos a luta dos trabalhadores, os protestos da CGTP, a luta dos professores, dos jovens, dos agricultores, dos pescadores, dos reformados, a luta dos trabalhadores da indústria naval e da Rodoviária do Sul, dos utentes da Ponte 25 de Abril, dos trabalhadores da Cordoaria Nacional, da Siderurgia, da Grundig, dos transportes e tantos outros que dizem não, que dizem basta de prepotências e de injustiças!

O decénio cavaquista vai ficar assinalado pelo decénio da multiplicação das fortunas feitas de um dia para o outro, pelo saque ao erário público, na maior transferência de recursos para os grandes senhores do dinheiro e para a meia dúzia de famílias que foram sustentáculo do regime fascista. O decénio em que proliferarem as actividades especulativas e parasitárias e em que o País se desindustrializou e tornou mais dependente e periférico.

O decénio em que foram criadas ilusões com os fundos estruturais, onde a política das auto-estradas e das obras ostentórias do regime não apagaram a ruína da agricultura e das pescas, o alargamento das manchas de pobreza, a intensificação da exploração, o aumento das injustiças e das desigualdades.

O decénio que ficará marcado por inúmeros escândalos envolvendo destacadas figuras da Administração Pública, pelo negocismo, pelo autoritarismo, a sobrançeria e o esmagamento e da isenção e da ética política no exercício de funções públicas, pela assimilação do partido do Governo ao Estado, pela promoção da lei da selva e do salve-se quem puder.

Pela nossa parte, tudo faremos para travar e derrotar esta política, para impedir que o PSD leve por diante o seu projecto de desfiguração do regime democrático, de plena reconstituição do domínio do grande capital sobre a economia, sobre a vida nacional e o próprio poder político, de estruturação de um sistema de poder impune na sua arrogância e insensibilidade aos dramas e chagas sociais. (...)

Octávio Teixeira

«PSD distorce a realidade»

(...)

O relatório do Orçamento persiste e insiste na tese de que a economia nacional continua a evoluir no sentido da convergência real com a média comunitária.

Propaganda, apenas propaganda, nada mais que propaganda.

(...)

Propaganda e sofismas continuados com a novel tese da retoma económica, a versão actual da morta e enterrada tese do oásis. Tão merecedora de credibilidade uma como outra.

Porque, neste âmbito, a visão mais optimista que seriamente hoje se pode ter é, seguramente, a «incerteza associada à evolução da economia portuguesa».

Porque é um facto indesmentível o atraso da retoma da actividade económica doméstica relativamente à generalidade dos países comunitários.

Porque as exportações constituem até agora o único factor favorável, e, apesar do seu crescimento, o índice de produção industrial permanec e em níveis inferiores aos registados em 1993.

Porque no universo das empresas privadas os últimos indicadores das intenções de investimento mostram uma taxa de variação nula ou mesmo negativa, relativamente à fortíssima quebra real verificada no ano passado.

Porque os mais recentes indicadores do consumo privado o apresentam em níveis inferiores aos de 1993, e a procura interna não dá sinais de recuperação.

Porque a taxa de desemprego regista no ano corrente um aumento relativo superior a 20%, e o desemprego não cessa de aumentar.

Porque, afinal, a realidade económica e social do País se apresenta em profunda divergência com a visão deturpada que o Governo dela nos pretende dar.

E, mais uma vez, não é a realidade que está enganada. É o Governo que está errado.

Se o Orçamento de Estado para 1995 pressupõe e assenta numa leitura e tão profundamente distorcida da realidade económica e social do País, inevitavelmente não poderia dar um contributo adequado para a sua recuperação e melhoria.

Este Orçamento de Estado não é um Orçamento de «consolidação da retoma económica», não é um Orçamento de «defesa e promoção de emprego», não é um Orçamento de «defesa do rendimento disponível das famílias».

A «locomotiva» das exportações já provou que, só por si, não tem potência suficiente para arrancar a economia portuguesa da recessão em que o Governo a lançou. É insofismável que na situação actual a retoma económica só será possível com um contributo determinante da procura interna. E, em primeira linha, com a dinamização do consumo privado. Porque só com a dinamização deste se abrirão perspectivas impulsionadoras do investimento empresarial e do aumento de produção e, consequentemente, da criação de novos empregos.

Mas, inversamente ao desejável e necessário, as principais medidas de política orçamental propostas pelo Governo estão orientadas no sentido da redução do consumo privado: com a evolução negativa da massa salarial real implícita no Orçamento; com os míseros aumentos nominais das pensões e reformas há dias anunciados pelo Governo, que mal acompanham a taxa de inflação previsível; com o assalto ao rendimento disponível dos cidadãos perpetrado pela via fiscal, em especial no IRS e no IVA. (...)



A estrada versus ferrovia e os transportes públicos

Âmbito Nacional

Se, no âmbito das Áreas Metropolitanas há uma clara subalternização, em termos de prioridades, dos sistemas de transporte público em relação às estradas, a nível nacional, essa tendência é ainda mais evidente. Assim, longe de se esbater a actual situação, em que se verifica uma excessiva concentração do transporte de mercadorias no modo rodoviário (a cota de mercado do caminho-de-ferro é a mais baixa da Europa Ocidental, com cerca de 3% do total da tonelagem transportada), as Grandes Opções do Plano, aprovadas pelo executivo governamental PSD/Cavaco Silva, tudo fazem para que o presente estado de coisas se agrave e perpetue indefinidamente, mesmo à custa duma maior dependência de produtos petrolíferos (na sua esmagadora maioria importados), e dum congestionamento resultante num constante desgaste (até à degradação) dos pavimentos, para o qual as Finanças Públicas são invariavelmente chamadas a responder.

Em contraste flagrante, encontra-se a situação do caminho-de-ferro, carente de investimentos em todos os quadrantes, desprovido, cada vez mais de subsídios de Serviço Público e em endividamento crescente, ainda que potencialmente recaia sobre si a faculdade de transportar bens e pessoas a menores custos energéticos, causando, simultaneamente, cerca de um quarto dos danos ambientais, em relação à estrada.

Mobilidade Interna e Coordenação Intermodal

Quando teve lugar o início da vigência do PRODAC - Programa de Desenvolvimento das Acessibilidades (1988-1994), já se previa uma maior ênfase do investimento em infra-estruturas de carácter rodoviário do que no caminho-de-ferro. A comparticipação dos Fundos Comunitários cifra-se, para os Itinerários Principais, em cerca de 75% do seu custo, enquanto que para o caminho-de-ferro mal atingia 34%, sob o pretexto de que nesta infra-estrutura se gerava receita «ao contrário da estrada». Com um jogo, logo à partida, viciado, era conferido, ao caminho-de-ferro um certo número de investimentos não-negligenciáveis, designadamente no corredor Lisboa-Porto (o qual se deveria modernizar permitindo a adopção da velocidade de 200 Km/h para as composições de passageiros mais rápidas) e na Linha Internacional da Beira Alta (a qual se deveria dotar, em igual período, de electrificação e Comando de Tráfego Centralizado), para além dum determinado número de investimentos de substituição, centrados na renovação de via e reforço de pontes em troços diversos, localizados em várias regiões (Viana-Valença, Régua-Pocinho, Covilhã-Guarda, Casa Branca-Évora, Beja-Funcheira, etc.).

Do estabelecido no PRODAC quase nada se materializou no tocante ao investimento ferroviário, exceptuando-se uma muitíssimo restrita parte dos trabalhos ligados ao eixo da Beira Alta, o qual se prevê, agora, que esteja completamente modernizado em fins de 1996, fazendo fé nas orientações das Grandes Opções do Plano de 1995. Quanto à Linha Lisboa-Porto, nada se adianta, nas Grandes Opções do Plano acerca do «timing» da sua modernização, limitando-se o mesmo documento a fazer referência à quadruplicação entre as estações de Braço de Prata e Alhandra (cujas obras não tiveram ainda início) e ao «prosseguimento» dos trabalhos da nova estação de mercadorias da Bobadela (estes já iniciados há quase cinco anos e sem fim aparente à vista!). Quase escusado será dizer-se que muito poucas reabilitações da rede ferroviária incluídas no PRODAC tiveram efectivamente lugar (exceptua-se a electrificação de parte das linhas do Leste e da Beira Baixa, do Entroncamento a Abrantes e à Central Térmica do Pego, bem como uma intervenção muito limitada no itinerário Pinhal Novo-Poçoirão-Ermidas), e das mesmas nenhuma referência se faz nas Grandes Opções do Plano de 1995.

As Grandes Opções do Plano fazem referência ao Caminho-de-Ferro Norte-Sul, a ligar ambas as margens do Tejo, pelo tabuleiro inferior à Ponte 25 de Abril, não se adiantando, todavia, uma calendarização definida das obras respectivas, facto que contrasta com a urgência conferida ao alargamento da travessia rodoviária para seis faixas de rodagem.

Muito diferente é o cenário relativo aos Itinerários Rodoviários Principais os quais se vão construindo um pouco por todo o país. IP1, IP2, IP3, IP4, IP5, IP6, IP7 e IP9, todos considerados como prioritários, vão-se construindo, ao mesmo tempo que as



inversão na situação de excessivo monopólio que o transporte rodoviário internacional tem vindo a conquistar.

Escusado será dizer que os Portos nacionais não fazem, praticamente, uso das potencialidades das ferrovias transversais, de molde a prolongar em território Espanhol a sua Área de Influência. Como é possível, por exemplo, garantir um escoamento de cargas pesadas da Estremadura Espanhola para os Portos de Setúbal ou Sines, sem se fazer uso das estradas (acoimando-se, mais uma vez, ao anónimo contribuinte, a responsabilidade de responder pelos estragos causados pelo tráfego excessivo de viaturas pesadas)? Por que se confere tanta urgência em construir a Auto-Estrada A6 até ao Caiã, ao mesmo tempo que se não renova a totalidade da Linha de Évora e se prolonga a mesma de Estremoz a Elyas (como, de resto, se apontava no PRODAC 1988-1994)? E, nesta perspectiva, poder-se-á, de igual modo, perguntar até quando permanecerão cobertos de erva os restantes quilómetros da Linha do Douro além-Pocinho, perpetuando-se, perante a ausência de qualquer tipo de investimento, uma situação atípica em dois Estados que se dizem fazer parte dum Espaço Económico «sem fronteiras internas»?

Ao contrário de todos os Estados-Membros da União Europeia (exceptuando-se a Grécia), não considera o Governo (e a tacanha classe política dirigente) prioritária a extensão da Rede Europeia de Linhas de Alta Velocidade a Portugal, voltando-se antes para a Auto-Estrada entre Lisboa e Valladolid, esta última, vista, aliás, com muitas reservas nos círculos políticos da Comissão Europeia.

Conclusão

A finalizar, volta-se às questões anteriores, de quem perde e quem ganha com a política inauguracionista do Governo

ou o inauguracionismo eleitoralista e a demagogia (II)

poucas vias férreas que lhes são paralelas vão apodrecendo sem qualquer investimento. A não-construção duma via férrea de cerca duma vintena de quilómetros de extensão entre Mangualde (ou Nelas) a Viseu, sobretudo depois desta cidade ter assistido ao desmantelamento das antigas linhas do Vouga e do Dão, faz equiparar a sua situação de capital de distrito à de outra... dum país do Terceiro Mundo! Évora vai sendo servida ainda por um troço ferroviário onde, em alguns pontos se circula a uma velocidade máxima de dez quilómetros horários; quando a Auto-Estrada a passar a servir, quais as garantias de sobrevivência do serviço de transporte público ferroviário, mesmo para o transporte de mercadorias, se persistir a ausência de reabilitação, confirmada pelas Grandes Opções do Plano? E Bragança, que também já não é servida senão por estrada, tal como Viseu? Será possível conceber uma política de articulação dos centros regionais assente exclusivamente na estrada, na viatura particular e nos transportes privados? Certamente que não.

E, ao mesmo tempo que não se conferem financiamentos significativos capazes de garantir uma efectiva modernização de muitas ferrovias, um pouco por todo o país, esbanjam-se avultadas somas em «obras de fachada», quais projectos faraónicos de utilidade social duvidosa. A título de exemplo, pode dizer-se que os dez milhões de contos estimados para a construção da Gare do Oriente (EXPO98), chegariam, de sobra, para, por exemplo, electrificar a Linha da Beira Baixa do Pego a Castelo Branco, e reabilitar o troço Covilhã-Guarda da mesma ferrovia, criando-se, deste modo, um corredor alternativo à congestionada Linha da Beira Alta.

Acesso Externo e Integração de Portugal nas Redes Transeuropeias.

Também aqui pouco de novo há a dizer. A preponderância do investimento em estradas consagrado pelas linhas das Grandes Opções do Plano é manifesta em praticamente todos os quadrantes. A articulação do País com Espanha e restante Europa além-Pirinéus é entregue quase por inteiro às estradas, e os atrasos na modernização da Linha da Beira Alta não parecem indiciar uma

PSD/Cavaco, centrada sobre os transportes terrestres, em vésperas dum novo período eleitoral.

Parece, por demais evidente, que não será o cidadão das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, o beneficiário desta pretensa «vaga de progresso». O peso excessivo conferido ao investimento em estradas, conjugado com a insignificância das acções tendentes à melhoria da rede de transportes públicos, longe de resolver o congestionamento existente, vai antes agravá-lo.

No âmbito nacional, o agravamento da dependência da viatura particular, em muitas regiões, com o incremento do transporte rodoviário de mercadorias levarão, decerto, a uma maior despesa, a prazo, no esforço de conservação e manutenção das estradas, feito à custa das Finanças Públicas.

Ganharão, no entanto, todos os interesses ligados à indústria automóvel e petrolífera, ambas assentes em tecnologias e bens importados, para além dum certo número de transportadores rodoviários privados, os quais se vêm, cada vez mais subsidiados pelos dinheiros públicos, por não pagarem, senão numa expressão bastante reduzida, os custos marginais resultantes do uso duma infra-estrutura cara (e de duração limitada), para já não falar dum não-assumido «fechar de olhos» a outro tipo de externalidades, de tipo ambiental, que se diluem, duma forma «conveniente», na comunidade. Em contraste, aos modos de transporte menos poluidores, como o caminho-de-ferro e as redes de transporte urbano, retiram-se-lhes, de ano para ano, indemnizações compensatórias, permitindo-se que os operadores se endividem indefinidamente, ao mesmo tempo que os seus serviços se degradam.

Esta é, enfim, a verdadeira face da «mais-valia social» com que um governo desacreditado e em fim de carreira, pertende brindar o povo português, iludindo-o, da forma mais enganosa, à caça do voto, na esperança, talvez vã, de à última da hora, poder vir a renovar a maioria de que dispõe ainda hoje para o seu apoio.

Cabe ao PCP, e aos restantes movimentos de esquerda, integrados na Coligação Democrática Unitária contribuir, junto das populações, para desmistificar esta política, distante das verdadeiras necessidades do país.

Debate com o País

para
uma nova
política **PCP**

OLHÃO

«A situação das pescas e a integração europeia»
Sábado, dia 3, às 15h
no Auditório Municipal
com a participação
dos investigadores
Drs. Emídio Cadima
e Vasco Valdez
e de António Murteira
e Carlos Luís Figueira

MARINHA GRANDE

«A política industrial
- dois modelos sociais
em confronto»
Quarta-feira, dia 7,
às 21h30
no Auditório do Sport
Operário Marinense
com a participação de
Octávio Teixeira,
Américo Nunes
e Luís Marques

CASCAIS

Sobre uma nova política
de segurança
- nas ruas, residências,
estabelecimentos e escolas
Sábado, dia 3, às 17h00
na Biblioteca da Escola
Secundária da Parede
com a participação de
Carlos Gonçalves
e Carlos Sota

Agenda

ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS TRABALHADORES COMUNISTAS

Auditório do Instituto Português da Juventude em Braga
10 de Dezembro • 22.30h

Os jovens comunistas procuram aprofundar o conhecimento sobre a realidade dos jovens trabalhadores, quer estes estejam empregados, desempregados, em formação profissional ou nas mais diversas formas de precaridade.

Para isso, cada sensibilidade, cada experiência é um contributo importante. Neste encontro vamos conhecer melhor as suas aspirações para mais e melhor intervir e lutar pela defesa dos seus direitos.

DEFENDE OS TEUS DIREITOS!

EMPREGO!
nada feito,



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

REUNIÕES E PLENÁRIOS

AGUALVA-CACÉM

CDU - reunião de eleitos e ex-candidatos na freguesia, com a presença de um vereador da CM Sintra: quinta, dia 1, às 16h00, no Centro de Trabalho do PCP no Cacém.

ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

Plenário de militantes da freguesia: sexta, dia 2, às 21h30, no Centro de Trabalho.

AVEIRO

Albergaria-a-Velha - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 2, às 21h30, na escola primária do tribunal
Anadia - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 2, às 21h30, na casa do cam. Paixão, em Mogofores
Arouca - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 6, às 21h00, em casa do prof. António Brandão (Eivim Rossas)
Aveiro - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 2, às 21h30, no Centro de Trabalho.
Espinho - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 2, às 21h30, no Centro de Trabalho
Feira - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 7, às 21h30, no Centro de Trabalho
Mealhada - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 3, às 15h00, em casa do cam. José Carlos (Travassos)
Oliveira de Azeméis - Assembleia plenária

da organização concelhia: dia 2, às 21h30, no salão da JF de Nogueira do Cravo
Oliveira do Bairro - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 1, às 18h30, no Centro Social de Oiã
S. João da Madeira - Assembleia plenária da organização concelhia: dia às 21h30, no Centro de Trabalho
Vale de Cambra - Assembleia plenária da organização concelhia: dia 4, às 10h30, em casa do cam. Custódio Almeida (Macieira de Cambra).

ODEMIRA

Vila Nova de Milfontes - Reunião plenária da organização de freguesia: dia 2, às 20h30, no Centro Social das Brunheiras
S. Luís - Reunião plenária da organização de freguesia de S. Luís: no salão da JF, às 20h30
Sta. Maria e S. Salvador - reunião plenária das organizações de freguesia: dia 6, às 20h30, no Centro de Trabalho de Odemira.

RIO DE MOURO

Plenário de militantes do PCP na freguesia: sexta, dia 2, às 21.30, no Centro de Trabalho.

SINTRA

CDU - Reunião de eleitos em órgãos municipais e de freguesia no concelho de Sintra: segunda-feira, dia 5, às 21h30, no CT de Rio de Mouro.

LISBOA

Faculdade
de Belas-Artes

Dia 1 de Dezembro a partir
das 10h30

ASSEMBLEIA
DA ORGANIZAÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR
DE LISBOA

Quinta-feira,
dia 1 de Dezembro
Visita guiada
à Fortaleza-Museu
de Peniche
promovida pela Comissão
de Freguesia do PCP
de Cascais
com a participação
do camarada
Dias Lourenço

A situação social.
Os problemas do emprego,
da habitação,
do património

DEBATE NO PORTO

Dia 6, às 21.30
Salão da JF do Bonfim
com a participação
do camarada
José Casanova

ASSEMBLEIA
DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE
SETUBAL **PCP**

Albergaria Laitau
1 de Dezembro 1994

Reforço do PCP
Por Setúbal
Por Abril

com
a participação
de **DOMINGOS ABRANTES**
do Secretariado e da Comissão Política
do C.C. do PCP

Reunião do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu em Lisboa, nos dias 5, 6 e 7 de Dezembro

Realiza-se, nos próximos dias 5, 6 e 7 de Dezembro em Lisboa (Hotel Alfa), uma Reunião do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu, Grupo integrado por 28 deputados do PCP, PCF, Partido da Refundação Italiano, Izquierda Unida Grega (Synapismos e KKE).

Trata-se da primeira Jornada de Estudo após a constituição deste Grupo, e abordará o tema da Cultura e da Comunicação Social.

Estão convidadas personalidades dos diversos países, ligadas à cultura e à comunicação social, para intervirem neste debate. A introdução aos temas será feita por José Barata-Moura e Ruben de Carvalho.

Na abertura dos trabalhos, estará presente Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

Para além da Reunião, estão ainda previstos durante esses dias, um encontro com o Arquitecto Siza Vieira e uma recepção no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, com convidados ligados ao tema da Reunião.

PALAVRAS CRUZADAS

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | | | | | | | |

HORIZONTAIS: 1 — Ingrid (...), cineasta sueco, realizador de «Sorrisos de uma Noite de Verão» (1955), «Uma Lição de Amor» (1955), entre outros; capital da Nicarágua. 2 — Amerício (s.q.); haste longa e delgada usada em salto em altura (pl.); nota musical. 3 — Naquele lugar; veste talar abotoada na frente, que os eclesiásticos usam (pl.); comparecer. 4 — Índio (s.q.); lodos; laço apertado. 5 — Aborrecimento; pêlos de certos animais; omîtes. 6 — Aquece ligeiramente; membrana embrionária do trigo. 7 — Lugar onde se secam os cereais; reside. 8 — Converte em massa; beber aos poucos. 9 — Missiva; catedrais; porta (fig.). 10 — Érbio (s.q.); branquear; caminhais. 11 — Drama lírico japonês que combina a música, dança e a poesia; aderiram com cola; a tua pessoa. 12 — Astatino (s.q.); levar a reboque; atmosfera. 13 — Vestimenta rústica; assinalara.

VERTICAIS: 1 — Bóia ou estaca que adverte os navegantes dos perigos de um banco de areia ou de um rochedo submerso; chama a atenção. 2 — Exalam; maliciosa. 3 — Articulação das falanges dos dedos; aspecto. 4 — Silvestre. 5 — Tempera com anis. 6 — Garantia; pedra de altar; filtrar. 7 — Festa da natividade de Jesus Cristo; desembaraçada. 8 — Poemas; trabalho extraordinário nocturno. 9 — Irmãs; curam. 10 — Membros de ave; cintura; invulgar. 11 — Dispendiosos. 12 — Crustáceo comestível. 13 — Decifrei; seis romanos. 14 — Fábricas (bras.); imprimir, publicar e pôr à venda obra de um escritor, de um artista. 15 — Elegante; emenda.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

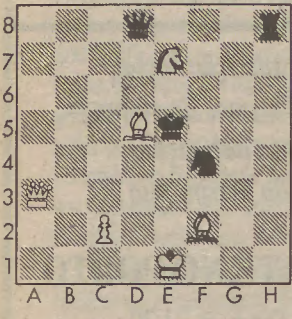
HORIZONTAIS: 1 — Quarto; pirata. 2 — União; ora; venal. 3 — Etas; árabe; zela. 4 — Nesta; Eva; palor. 5 — II; ore; ancas; sã. 6 — Grã; Aar. 7 — Repovoaríamos. 8 — Lar; ari. 9 — As; basta; asa; Pm. 10 — Samas; iró; ostra. 11 — Pior; Átila; sois. 12 — Arara; ele; limos. 13 — Rasara; gemera.

VERTICAIS: 1 — Quénia; Gaspar. 2 — Untei; saíra. 3 — Aias; pez; moas. 4 — Rasto; barra. 5 — Tô; argolas; ar. 6 — Ervas. 7 — Ore; aortite. 8 — Grava; arilo; 9 — Abanara; olé. 10 — Caíra. 11 — IV; paraíso; lê. 12 — Rezas; assim. 13 — Anel; Goa; tome. 14 — Talos; pior. 15 — Alaram; amassa.

XADREZ

CDLXXXIX - 1 DE DEZ. DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X089
Por: AUGUSTE D'ORVILLE
Nº 2, La Palamède, 1838

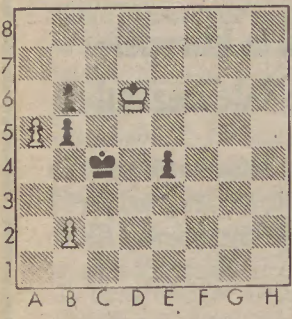
Pr: [4] Cf4-Th8-Dd8-R6s
Br: [6] Pc2-C67-Bs.d5.f2-Da3-R6l



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X090
Por: LEONID IVANOVITCH KUBBEL
Leningradskaya Pravda, 1927

Pr: [4] Ps. b5, b6, e4-Rc4
Br: [3] Ps. a5, b2-Rd6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES
DO Nº CDLXXXIX

Nº 1994X089 [A.d'O.]: 1. Bd4+!, R:d4, 2. Dc3+, R:c3, 3. Cf5 #

Nº 1994X090 [L. I. K.]: 1. a6!, e3, 2. a7, e2; 3. a8=D, e1=D; 4. Dd5+, Rb4; 5. Dd3+, Dc1; 6. Da3, Rc4; 7. b3!+ eg.

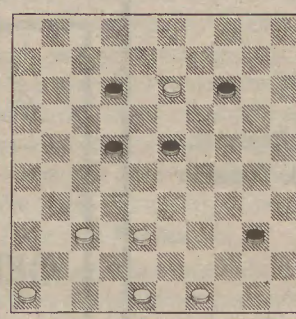
Se: 5.... Da1; 6. Dc3+, Ra4; 7. b3+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXXXIX - 1 DE DEZ. DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D089
Por: JEAN-FRANÇOIS FOCCROULLE
Dame à la Une Nº 50 - Set., 1994

Pr: [5] 12-14-22-23-40
Br: [6] 13-37-38-46-48-49

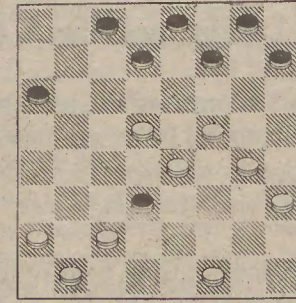


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D090
GOLPE Nº 97
Por: ANTÓNIO FREITAS FERREIRA
Lisboa, 25.V.1956

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 28-23; 4. 1-5, 32-28; 5. 14-19, 23-14; 6. 10-19, 18-13; 7. 9-18, 21-14; 8. 11-18, 20-11; 9. 7-14, 24-20; 10. 5-9, 20-15; 11. 6-10, 28-24; 12. 3-7, 15-11; 13. 10-13.

Diagrama:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES
DO Nº CDLXXXIX

Nº 1994D089 [J.F.F.]: 1. 49-44, (40x49)=D; 2. 13-8!, (48x41); 3. 8x10, (41x5); 4. 48-42... e+

Nº 1994D090 [A. F. F.]: 13.... 11-6; 14. 2-11; 27-22; 15. 18-27, 31-6+

A. de M. M.

TEATRO

ACARTE
Lisboa, C.A.M., R. Nicolau Dettencourt. Tel. 7935131. Sexta, sáb. e dom. às 21.30. **VISÕES DA FEBRE**, de John Clifford, encenação de Melinda Eltenton (até 3 de Dezembro).

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO
Porto, R. das Oliveiras, 14. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **TAMBORES NA NOITE**, de Bertolt Brecht, encenação de Júlio Castronuovo, pelos Seiva Trupe.

COMUNA
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. - 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A SENHORA KLEIN**, de Nicholas Wright, encenação de João Mota - *Café Teatro*: **NOITES DE FADO** (dom. às 22.30).

TEATRO ABERTO
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **OLEANNA**, de David Mamet, encenação de João Lourenço.

TEATRO CINEARTE
Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PASTÉIS DE NATA PARA A AVÓ**, de Fernando Augusto, encenação de Helder Costa.

TEATRO GARCIA DE RESENDE
Évora. Tel. 23112. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **TUDO BEM E QUE BEM**

ACABA, de Skakespeare, encenação de Mário Barradas, pelo CENDREV.

TEATRO MARIA MATOS
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. e dom. às 16.00 (quintas e sextas às 10.30 para grupos organizados). **PINÓQUIO**, texto de Fernando Gomes, adaptado do conto de Carlos Collodi, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MIRITA CASIMIRO
Estoril, Lag. do Cruzeiro. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O DIÁRIO DE ANA FRANCK**, de F. Goodrich e A. Hacquet, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ
Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. *Sala Estúdio* - 5ª a sáb. às 20.30, dom. às 16.30. **A GRANDE MAGIA**, de Eduardo De Filippo, encenação de Mário Viegas - 2ª e 3ª às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!**, de Mário Viegas.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. *Teatro Estúdio*: 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **O QUE DIZ MOLERO**, de Diniz Machado, encenação de António Feio.

TEATRO DA TRINDADE
Lisboa, Lg. da Trindade. Tel. 3422300. 4ª a dom. às 19.15. **SEVERA BLUES**, de Thiago Justino, pelo grupo Ópera Física.

FILMES

QUINTA, 1
Escândalos Romanos
«Roman Scandals» (EUA/1933). Real.: Frank Tuttle. Int.: Eddie Cantor, Ruth Etting, Gloria Stuart, David Manners, Edward Arnold. P/B, 90 min. *Ver Destaque.* (15.00, TV 2)

A Cidade Esmeralda
«Emerald City» (EUA/1988). Real.: Michael Jenkins. Int.: John Hargreaves, Robyn Nevin, Chris Haywood. Cor, 90 min. (15.00, SIC)

No Limite do Fim do Banco
«Au Bout du Bout du Banc» (Fr./1979). Real.: Peter Kassovitz. Int.: Victor Lanoux, Jane Birkin, Georges Wilson, Henri Cremieux. Cor, 101 min. *Comédia.* (01.15, Canal 1)

Sonhos de Akira Kurosawa
«Akira Kurosawa's Dreams» (EUA/1989). Real.: Akira Kurosawa. Int. Akire Terao, Martin Scorsese, Chishu Ryu, Mieko Harada. Cor, 113 min. *Ver Destaque.* (01.25, TV 2)

SEXTA, 2
Zulu
«Zulu» (Gr.Br./1964). Real.: Cy Endfield. Int.: Stanley Baker, Jack Hawkins, Ulla Jacobsson, James Booth. Cor, 138 min. *Histórico / Guerra.* (15.00, TV 2)

Noite de Lua Cheia
«Full Moon High» (EUA/1981). Real.: Larry Cohen. Int.: Adam Arkin, Ed McMahon, Elizabeth Hartman, Roz Kelly. Cor, 91 min. *Comédia de Terror.* (15.00, SIC)

Filha da Mãe
(Por./Fr./1990). Real.: João Canijo. Int.: José Wilker, Rita Blanco, Lídia Franco, Miguel Guilherme, Diogo Dória, Alexandra Lencastre. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (00.20, TV 2)

Primas
«Tendres Cousines» (Fr./1980). Real.: David Hamilton. Int. Thierry Tevini, Macha Meril, Anna Schute. Cor, 90 min. *Erótico.* (02.05, SIC)

Garras
«Claws» (Áfr.Sul/1982). Real.: Alan Nathanson. Int.: Jason Roberts, Ken Gampu, Sandra Prinslow, Brian O'Shaughnessy. Cor, 84 min. *Drama.* (02.25, Canal 1)

SÁBADO, 3
Estocolmo-Berlim, 1942
«The Counterfeit Traitor» (EUA/1962). Real.: George Seaton. Int.: William Holden, Lili Palmer, Hugh Griffith, Erica Beer. Cor, 135 min. *Ver Destaque.* (15.15, SIC)

O Factor Humano
«The Human Factor» (Gr. Br./1979). Real.: Otto Preminger. Int.: Richard Attenborough, Nicol Williamson, John Gielgud, Derek Jacobi, Robert Morley, Ann Todd. Cor, 110 min. *Espionagem.* (23.30, Quatro)

O Vale das Bonecas II
«Beyond the Valley of Dolls» (EUA/1970). Real.: Russ Meyer. Int.: Dolly Read, Cynthia Myers, Marcia McBrown. Cor, 105 min. *Drama.* (01.10, SIC)

O Processo Quiller
«The Quiller Memorandum» (Gr.Br./EUA/1966). Real.: Michael Anderson. Int. George Segal, Alec Guinness, Max Von Sydow. Cor, 133 min. *Ver Destaque.* (02.40, Canal 1)

DOMINGO, 4
O Céu Pode Esperar
«Heaven Can Wait» (EUA/1978). Real.: Warren Beatty e

Buck Henry. Int.: Warren Beatty, Julie Christie, Jack Warden. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (15.45, SIC)

Força Destruidora
«Bloodsport» (EUA/1987). Real.: Newt Arnold. Int.: Jean-Claude van Damme, Forst Whitaker, Donald Gibb. Cor, 92 min. *Ação.* (22.30, SIC)

Almas Perversas
«Scarlet Street» (EUA/1945). Real.: Fritz Lang. Int.: Edward G. Robinson, Joan Bennett, Dan Duryea, Margaret Lindsay. P/B, 98 min. *Ver Destaque.* (23.25, TV 2)

Rei David
«King David» (EUA/1985). Real.: Bruce Beresford. Int.: Richard Gere, Edward Woodward, Alice Kroge, Denis Quilley. Cor, 110 min. *Religioso.* (01.05, Canal 1)

SEGUNDA, 5
O Oiro da Discórdia
«Carson City» (EUA/1952). Real.: André de Toth. Int.: Randolph Scott, Lucille Norman, Raymond Massey, Richard Webb. Cor, 84 min. *«Western».* (15.00, TV 2)

O que é que Esperamos para Ser Felizes?
«Qu'est-ce Qu'on Attend Pour Être Heureux?» (Fr./1981). Real.: Coline Serreau. Int.: Henri Garcin, Évelyne Buyle, Pierre Vernier. Cor, 89 min. *Comédia.* (15.00, SIC)

Perigosa Sedução
«Sea of Love» (EUA/1989). Real.: Harold Becker. Int.: Al Pacino, Elleen Barkin, John Goodman, Frank Keller, Helen Cruger. Cor, 108 min. *Ver Destaque.* (22.20, SIC)

Anna
«Anna» (EUA/1986). Real.: Yurek Bogayevicz. Int.: Sally Kirkland, Robert Fields, Paulina Porizkova, Gibby Brand. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (01.45, Canal 1)

TERÇA, 6
A Serpente de Ouro
«Le Serpent» (Fr./It./RFA/1973). Real.: Henri Verneuil. Int.: Yul Brynner, Henry Fonda, Dirk Bogarde, Phillippe Noiret, Michel Bouquet. Cor, 121 min. *Espionagem.* (15.00, TV 2)

Pena de Morte
«Nous Sommes Tous des Assassins» (Fr./1952). Real.: André Cayatte. Int.: Marcel Mouloudji, Raymond Péllegrin, Claude Laydu. P/B, 111 min. *Ver Destaque.* (15.00, SIC)

Os Canibais
(Port./1988). Real.: Manoel de Oliveira. Int.: Luís Miguel Cintra, Leonor Silveira, Diogo Dória, Oliveira Lopes, Pedro T. da Silva. Cor, 94 min. *Ver Destaque.* (23.50, TV 2)

A Criatura Que Veio do Além
«From Beyond» (EUA/1986). Real.: Stuart Gordon. Int.: Jeffrey Combs, Barbara Crampton, Ted Sorel, Ken Forec. Cor, 82 min. *Terror.* (01.30, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Venha escolher as suas prendas na Venda de Natal da CASA DA PAZ.

De 25 Novembro a 23 Dezembro

Conselho Português para a Paz e Cooperação
Rua Rodrigo da Fonseca nº 56 - 2º 1200 Lisboa Tel. 3863375 Fax. 3863221

EXPO-VENDA
ARTES PLÁSTICAS

16 NOVEMBRO / 21 DEZEMBRO

Espaço Vitória - De 2ª a 6ª, das 15 às 22 horas

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 1

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.15 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Na Paz dos Anjos
17.50 Futebol: Sporting-Benfica
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
00.30 Kung Fu
01.15 No Limite do Fim do Banco (ver «Filmes na TV»)



Danças de Salão em concurso à sexta-feira no Canal 1

- 22.20 Acontece
22.10 Remate
22.30 Reportagem
23.20 «Concert of Hope»
00.40 Remate
01.40 Sonhos de Akira Kurosawa (ver «Filmes na TV»)
03.35 Módulos de Música Portuguesa

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
10.55 Futebol - Final da Taça Intercontinental
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 A Menina da Rádio (ver «Filmes na TV»)
16.05 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.20 Trapos & Companhia
22.00 Dia Mundial contra a Sida (Espectáculo no CCB)
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo
00.45 Jacqueline Onassis

Sexta, 2

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.05 Fera Ferida
22.20 Cabaret
23.40 Danças de Salão (Concurso)
00.20 24 Horas
00.55 Na Rede de Intrigas
02.25 Garras (ver «Filmes na TV»)



«Quem Conta um Conto»: sábado na TV2

- CANAL 2
12.30 Televidas
12.55 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Escândalos Romanos (ver «Filmes na TV»)
16.55 Escola Paraíso
17.50 Um, Dó, Lí, Tá
18.50 A Dança
18.55 Um, Dó, Lí, Tá
19.45 Magazine - «Ver Artes»
20.10 Basquetebol
21.45 TV2 Jornal

- QUATRO
11.00 Animação
11.30 Já Tocou
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
21.55 Hóquei em Patins (Campeonato da Europa)
23.30 Novo Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.35 Jacqueline Onassis

Sábado, 3

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Parlamento
13.00 Notícias
13.10 Prisioneira do Amor
13.50 Made in Portugal
14.20 Clube Disney
16.05 Lucky Luke
17.15 Arca de Noé
18.00 Não Digam à Mamã... (ver «Filmes na TV»)
19.50 Totoloto
20.00 Telejornal
20.45 Noite Mágica
21.45 Pálio da Fama
22.50 Parabéns
00.50 24 Horas

- CANAL 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Uma Família Feliz
12.50 Viagem ao Maravilhoso
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
14.55 TV2 Desporto
16.30 Para Além do Ano 2000
17.15 Aventuras de Sherlock Holmes
18.10 Festival OTI da Canção
20.00 Forum Musical
21.05 12 Minutos
21.30 TV2 Jornal
21.50 De Lisboa com Amor...
21.55 Quem Conta Um Conto
23.00 Praia da China
24.00 TV2 Desporto
00.35 Percursos



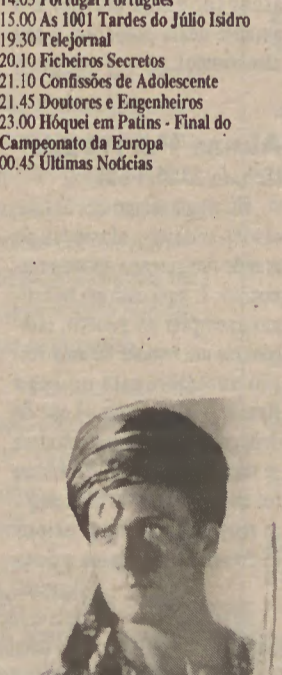
Bernstein - os 75 anos de um músico e pedagogo notável, domingo na TV2

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-ataque
15.00 Telemotor
15.30 Top 25 RFM / TVI
16.00 A Grande Aposta
17.15 Queridos Inimigos
19.30 Telejornal
20.00 Quem Casa Quer Casa
21.20 Confissões de Adolescente
21.55 Hóquei em Patins
23.20 Últimas Notícias
23.35 Jornal do Mundo
23.55 O Factor Humano (ver «Filmes na TV»)

Domingo, 4

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.05 Top +
14.15 86-60-86
14.45 Novas Aventuras do Super-Homem
15.25 Emoções Fortes
16.00 Os Dinossauros
16.35 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
17.25 A Grande Pirâmide
18.10 Star Trek Special (ver «Filmes na TV»)
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.30 Com Peso e Medida
23.55 No Calor da Noite
00.45 24 Horas
01.05 Rei David (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.05 O Homem e a Cidade - «Bragança»
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 TV2 Desporto
16.30 O Treinador
17.40 Os Vingadores
18.30 Gente Remota - S. Tomé e Príncipe
19.30 Música: Nos 75 anos de Leonard Bernstein
20.30 Domingo Desportivo
21.30 TV2 Jornal
22.25 Artes e Letras: «Manuel de Brito»
23.25 Almas Perversas (ver «Filmes na TV»)



As extraordinárias aventuras de Indiana Jones ao longo da História da primeira metade do nosso século - semanalmente ao domingo no Canal 1

- SIC
11.30 Buéréré
11.45 Programa Infantil / Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 No Fim do Mundo
15.45 O Céu Pode Esperar (ver «Filmes na TV»)
18.00 Um Trovão no Paraíso
19.00 Os Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Memorial de Maria Moura
21.30 Labirinto
22.30 Força Destruidora (ver «Filmes na TV»)
00.20 Último Jornal
00.35 Boxe
01.25 Paixão Sem Lei

Segunda, 5

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.20 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível

- CANAL 2
12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 A Serpente de Ouro (ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.55 Um, Dó, Lí, Tá
18.40 Um, Dó, Lí, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 A Descoberta de Um Novo Mundo
20.40 Paletas
21.10 Ver para Ler
21.25 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 Outonos
23.50 Visões
00.40 Módulos de Música Portuguesa

- SIC
11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicante
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Pena de Morte (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.20 Perigosa Sedução (ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.45 Flash Back
01.45 Paixão Sem Lei

- QUATRO
09.30 TVI Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.15 Futebol
22.15 Amigos para Sempre
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo
01.00 Sinais e Leis

Terça, 6

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível

- CANAL 2
12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 A Serpente de Ouro (ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.55 Um, Dó, Lí, Tá
18.40 O Golo da Jornada
18.55 Monty
19.30 Rotações
20.25 Futebol: Juventus-Admira Wacker
22.20 RTP / Financial Times
22.30 TV2 Jornal
23.05 Acontece
23.15 Remate
23.25 Magazine - «Cinema»
23.50 Os Canibais (ver «Filmes na TV»)
01.25 Módulos de Música Portuguesa

- SIC
11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicante
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Pena de Morte (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Destino X
22.50 Terça à Noite
23.55 Último Jornal
00.10 O Senhor que se Segue
01.10 Inversão Fatal

- QUATRO
09.30 TVI Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.15 Futebol
22.15 Amigos para Sempre
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo
01.00 Sinais e Leis



Sinatra e convidados numa nova série de «Duets»: segunda-feira à noite no Canal 1

- 18.45 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.50 Nico d' Obra
22.25 Zona + Carlos Cruz
24.00 Frank Sinatra - «Duets»
01.00 24 Horas
01.45 Anna (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 O Ouro da Discórdia (ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.15 Rua Sésamo
18.40 Um, Dó, Lí, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 A Descoberta de Um Novo Mundo
20.40 Paletas
21.10 Ver para Ler
21.25 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 Outonos
23.50 Visões
00.40 Módulos de Música Portuguesa

- SIC
11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicante
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Pena de Morte (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.20 Perigosa Sedução (ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.45 Flash Back
01.45 Paixão Sem Lei

- QUATRO
09.30 TVI Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.40 MacGyver
21.35 Trapos & Companhia
22.15 Diz-me Com Quem Andas...
23.30 Novo Jornal
24.00 Prolongamento
00.40 Novos Ventos
01.10 Top 25 RFM / TVI

Por isto e por aquilo...

Escândalos Romanos

(Quinta, 15.00, TV 2)

Se forem bons observadores, é possível que descubram, entre as *girls* que ornamentam este filme, as figuras de **Lucille Ball** ou **Paulette Goddard**, à época inteiramente desconhecidas. Trata-se de uma comédia musical que, esplendorosamente fotografada por mestre **Greg Tolland**, nos conta as aventuras de um jovem que é transportado em sonhos para os tempos do Império Romano - um espectáculo onde brilham, para além da música, as coreografias de um mago de Hollywood na especialidade - **Busby Berkeley**.

Sonhos de Akira Kurosawa

(Quinta, 01.25, TV 2)

Produzido nos EUA sob os auspícios dos seus grandes admiradores **George Lucas** e **Steven Spielberg**, este filme é o nº 28 na fabulosa carreira de um dos maiores realizadores de todos os tempos - **Akira Kurosawa**. Começando por um casamento que mais parece um funeral e acabando com um funeral que mais parece um casamento, esta obra cinematográfica verdadeiramente invulgar na filmografia do grande cineasta é constituída por um conjunto de oito histórias que nos falam do homem e do seu relacionamento com a natureza, o fantástico e o semelhante. E entre as muitas surpresas que o filme nos reserva, conta-se aquela de vermos **Martin Scorsese** interpretando com grande intensidade a personagem de **Van Gogh**, precisamente na quinta história. Num *puzzle* demonstrativo das obsessões de **Kurosawa**, *Sonhos* é um complexo mas inesquecível espectáculo cinematográfico - embora recheado de momentos de grande contensão e intimismo - ainda deverdo da pujança criativa de um artista entrando nos seus 80 anos de idade.

Filha da Mãe

(Sexta, 00.20, TV 2)

Bem interpretado por um punhado de actores e atrizes das novas gerações, como **Miguel Guilherme**, **Rita Blanco** e **Alexandra Lencastre** - contracenando com o conhecido rosto das telenovelas brasileiras **José Wilker** -, este segundo filme de **João Canijo** desenrola-se numa atmosfera que é um misto de comédia e melodrama traduzido na história complexa e nada linear de um triângulo amoroso. A descobrir.

Estocolmo-Berlim, 1942

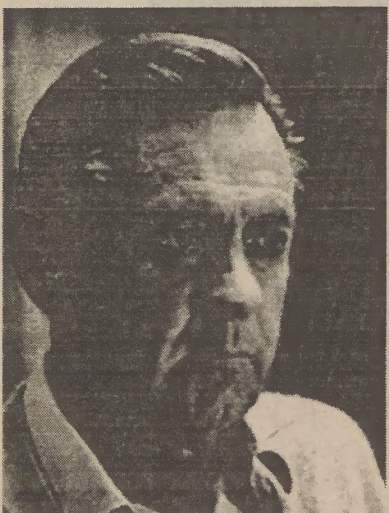
(Sábado, 15.15, SIC)

Um importante homem de negócios norte-americano, naturalizado sueco, continua a fazer os seus negócios com a Alemanha nazi, mesmo em plena II Grande Guerra, pelo que é colocado na «lista negra» pelas autoridades aliadas. Mas um agente secreto britânico é encarregado de estabelecer relações com ele no sentido de o convencer a revelar informações secretas acerca das instalações petrolíferas alemãs. Entretanto, regressado à Alemanha em mais uma das suas viagens de negócios, o nosso «herói» encontra casualmente uma elegante mulher que frequenta as altas esferas nazis, pela qual se apaixona... Um filme de espionagem extremamente bem encenado, que foge aos lugares-comuns do género, mas não deixa de habilmente construir uma atmosfera de progressiva tensão que decisivamente agarra o espectador. E as excelentes excelentes de **William Holden** e **Lili Palmer**, bem que ajudam à construção da teia dramática. Se estiver a chover, não perca!

O Processo Quiller

(Sábado, 02.40, Canal 1)

Outro filme de espionagem, numa semana em que há vários à escolha. Mas o argumento deste *O Processo Quiller*, escrito por **Harold Pinter**, a partir do romance homónimo de **Elleston Trevor**, conta-nos, numa adaptação cinematográfica que pode considerar-se modelar, a odisseia de um agente secreto britânico que é enviado a Berlim Ocidental para descobrir o paradeiro das informações sobre uma rede de espões nazis



William Holden e Lili Palmer, em destaque no filme «Estocolmo-Berlim, 1942», de George Seaton



que haviam sido descobertos por um colega, entretanto assassinado. Um filme que, para além de nos envolver na pesada atmosfera da cidade de Berlim nessa época, nos surpreende ainda pela humanidade e vulnerabilidade de um par de personagens que o cinema do género nos habituou a mostrar acima de todas as fraquezas.

O Céu Pode Esperar

(Domingo, 15.45, SIC)

Não confundir com a obra-prima homónima de **Ernst Lubitch**. Tão-pouco chega à perfeição da versão original de *Here Comes Mr. Jordan*, de **Alexander Hall**, de que é um *remake*. Mas sem dúvida que estamos perante a agradável adaptação das conhecidas e fantasiosas aventuras de um jogador de futebol que morre prematuramente devido a um



Um fotograma de «Os Sonhos de Akira Kurosawa»



Edward G. Robinson e Joan Bennett, intérpretes principais de «Almas Perversas», de Fritz Lang

erro de um anjo desajeitado e que, em compensação, os Céus de novo enviam à Terra, agora na pele de um banqueiro. Mas, atenção, que a mulher e o amante desta preparam o seu assassinato!...

Almas Perversas

(Sábado, 23.25, TV 2)

Há algum tempo que as televisões andavam afastadas do grande filme negro «norte-americano». E aqui está um belíssimo exemplar do género, também ele um *remake* de uma versão anterior, esta de **Jean Renoir**. Daí as aspas, já que de dois grandes cineastas europeus se trata: é que *Almas Perversas* foi encenado por **Fritz Lang** e os seus protagonistas principais (**Edward G. Robinson** e **Joan**



Al Pacino e Ellen Barkin, em «Perigosa Sedução», de Harold Baker

Bennett), dão corpo às personagens de uma história complexa e cheia de duplicidades, que aqui não adiantamos para não roubar o interesse ao espectador. Um belo e alternativo serão de sábado em perspectiva.

Perigosa Sedução

(Segunda, 22.20, SIC)

Já transmitido pela mesma estação há um ano, *Perigosa Sedução* é um filme psicologicamente violento, representante por excelência do cinema de *suspense*. Foi realizado por **Harold Becker** e, apresentando fortíssimas interpretações de **Al Pacino** e **Ellen Barkin**, conta-nos a história de um polícia de Nova Iorque que, atravessando um período de crise, típica da meia-idade, se mete numa muito complicada história de paixões escaldantes com a principal suspeita de um série de crimes

- o que desencadeia as perigosas e inevitáveis consequências que se adivinham...

Anna

(Segunda, 01.45, Canal 1)

Com resultados algo irregulares, mas compensado por um par de excelentes interpretações - em particular a de **Sally Kirkland**, nomeada para o Oscar da Melhor Actriz - este filme foi realizado por um cineasta polaco que igualmente se destacou no plano da encenação teatral. E conta-nos a história das complexas relações entre uma veterana atriz checa, emigrada para os EUA, que mais tarde dá o seu apoio a uma jovem compatriota, também atriz - uma situação que vai gerar as mais imprevisíveis consequências.

Pena de Morte

(Terça, 15.00, SIC)

Um homem habituado a matar durante a guerra passa a cometer crimes depois da Libertação, até que é preso e condenado à morte. Entre-

tanto, o seu advogado tenta obter o perdão procurando atrair as atenções dos acusadores para os problemas e culpas da sociedade. Um filme de **André Cayatte** que, ao contrário das suas pretensões, não atingiu, junto da opinião pública, os objectivos que pretendia obter: transformar-se num manifesto contra a pena de morte. Tudo porque o filme está recheado de efeitos extremamente exagerados que por vezes resultam caricaturais, o que lhe rouba muita da credibilidade.

Os Canibais

(Terça, 23.50, TV 2)

Adaptado de um conto de **Álvaro Carvalho**, com música e libretto de **João Paes**, *Os Canibais* - uma das mais recentes obras de mestre **Manoel de Oliveira** - é um filme-ópera em que o autor aparentemente privilegiou, mais do que em outras obras, a desenvoltura da encenação, na construção de um universo recheado de contrastes e diversificadas atmosferas, muitas vezes atravessadas por fortíssima ironia. **Luís Miguel Cintra**, **Leonor Silveira** e **Diogo Dória** (actores intimamente ligados à obra do realizador) são aqui dobrados pelos cantores **Vaz de Carvalho**, **Filomena Caro** e **Carlos Guilherme**.

■ **Correia
da Fonseca**

Sabotagem

A questão da degradação da TV que actualmente se faz em Portugal (e é claro que só em secundaríssimo plano me aflige que o mesmo ocorra noutros lugares) tem a ver, antes do mais, com os milhões que quotidianamente a consomem, aliás sem grandes vômitos, embora haja generalizados sinais de náuseas. Porém, o aviltamento que esta Televisão consubstancia e por sua vez gera atinge também os que a fazem, e não estou a pensar apenas nos que inevitavelmente são responsabilizáveis pelo processo em consequência dos cargos de direcção que ocupam. Entre outros, o caso de Rita Blanco parece-me paradigmático. Rita era, e espero que ainda o seja, actriz de talento com provas dadas no Teatro e no Cinema apesar da sua juventude. Provém de um meio de gente culta e lúcida, o que decerto não foi indiferente à rápida consecução de níveis profissionais de qualidade. Mesmo na Televisão, chegou a dar-nos claros sinais de mérito que viriam confirmar o seu currículo anterior. Agora, a gente olha-a em «Partir o Coco» e é de nos partir não o coco, mas a alma. Se formos amigos pessoais dela, resta-nos desejar-lhe que, ao menos, esteja a ser indemnizada com algum bom dinheiro pela destruição de si própria que está a aceitar. Mas bem se compreende que esta última linha de refúgio não é bonita, nem ética, nem sequer convincente.

Esta palavra «educar»

Este tristíssimo exemplo tem a ver com um momento do último «Terça à Noite», que teve como presença Emídio Rangel, convidado pelo seu contratado Sousa Tavares para contra-atacar a propósito do tema que está agora na moda, «A Violência na Televisão». Em dado momento, disse Maria José Nogueira Pinto: «Eu não acho que as Televisões tenham as funções de grandes educadoras do povo» (e, aqui, Rangel afirmou com visível entusiasmo que ficava «muito contente por ouvir isso»), «mas acho que não podem ter uma função deformativa» (e o entusiasmo de Rangel esvaiu-se, desapontado). É que a função deformativa que Maria José recusa exerce-se não apenas sobre os telespectadores mas também, de um modo geral, todos os que a produzem a todos os níveis e de um modo mais amplo a sociedade em geral. Até os raros que decidem, quixotesca e inutilmente, recusar-se à Televisão e supõem ingenuamente que podem impedir as crianças a seu cargo sejam atingidas pelos seus prováveis efeitos nocivos. O caso é que a TV toca e condiciona até os que não a vêem, porque e injecta no tecido social e o condiciona globalmente.

É, de resto, este efeito totalitário e de tremendo poder que obriga a repensar generalidades com a de Maria José Nogueira Pinto quando dispensa a Televisão de exercer funções de educadora do povo (é claro que a fórmula «educadoras

do povo», utilizada por ela, tem uma carga de ironia depreciativa que é fácil descodificar). A Televisão é demasiado poderosa para que nos resignemos a que não seja utilizada em proveito da humanidade em geral e a que não seja aplicada nas questões fundamentais. Confiná-la ao exercício de funções de mero entretenimento/adormecimento ou à distribuição de uma informação filtrada pelos interesses de alguns é, de facto, um gigantesco acto de sabotagem.



A segunda ilusão

Nos tempos vagamente cépticos que atravessamos, é um pouco ridículo falar da «educação do povo», e por isso Maria José Nogueira Pinto terá escolhido esta expressão. Contudo, não será inútil ponderar que «educar» pode (e deve) significar, pelo menos em certos contextos, informar, esclarecer, dissipar equívocos ou imposturas, fazer recuar preconceitos. Vale a pena lembrar que a

educação popular foi, na sequência da Revolução Francesa e das transformações sociais que nas décadas seguintes transformaram a Europa e o Mundo, a grande esperança do século XIX. Foi uma expectativa que teve directamente a ver com a democratização do acesso à leitura e a alfabetização de largos segmentos das populações: acreditava-se então que o livro poderia ensinar os homens a libertarem-se de múltiplas servidões, e isso exactamente porque os viriam «educar», isto é, esclarecer. No nosso país, ainda subsistem «sociedades de instrução e educação popular» que são os sobreviventes sinais dessa esperança que não circulou apenas entre nós. Até se dizia que por cada nova escola inaugurada haveria uma taberna a fechar portas: o combate vitorioso à ignorância e ao obscurantismo determinaria o fim da bruteza e dos vícios.

Não foi assim, como se sabe. Não foi assim por várias razões, e uma das mais relevantes é que o texto impresso, livros ou jornais, viria a servir também para intensificar a circulação de mentira e enganos. Pois bem: nos primeiros anos após o seu advento, também a Televisão suscitou uma ilusão idêntica à que a democratização da leitura desencadeara. Admitiu-se que a TV, em princípio capaz de desempenhar uma inédita e portentosa tarefa de esclarecimento público, permitiria avisar as gentes e fazer recuar os enganos.

Era uma ingenuidade: esquecia-se que a TV também pode semear por todos os cantos as mais graves imposturas. Nem por isso, contudo, é legítimo abordar de ânimo leve a função educativa que o mero objectivo da sobrevivência da espécie em face dos terríveis perigos que se perfilam no futuro imediato devia, em boa verdade, impôr como vocação primeira da TV, conquista e património comum. E perante a verificação do que essa vocação foi traída, regressa a palavra: sabotagem.



O zapping da manipulação

■ **Francisco Costa**

«"Perestroika" tardia, mas necessária, para que o partido não desapareça da cena política.» («Telejornal» - TVI)

«O PCP vive momentos de crise e o seu futuro pode estar comprometido se o Partido mantiver a dispersão de militantes - esta a autocrítica partidária do líder histórico dos comunistas: Álvaro Cunhal.» («Telejornal» - Canal 1)

«Finalmente, o PCP admitiu que está a atravessar uma grave crise.» («TV 2 Jornal»)

«O PCP admite a crise interna e anda à procura de soluções» («Jornal da Noite» - SIC)

«O PCP admite: nos últimos anos, militância e trabalho têm andado pelas ruas da amargura.» («Último Jornal» - SIC)

«Aplaudido com euforia à boa maneira dos velhos tempos.» («Telejornal» - TVI)

«Alerta vermelho (...) retrato (nada optimista) do estado geral do partido» («Jornal da Noite» - SIC)

«O velho mandamento está mais novo que nunca (...) a cartilha vermelha tem de ser respeitada» («Telejornal» - Canal 1)

«Os comunistas reflectem, a mudança impõe-se, mas nas bancas de venda de livros, na Voz do Operário, os manuais revolucionários continuam a ser as velhas obras de Lênine.» («Telejornal» - TVI)

«Nesse capítulo (as senhas do almoço) a organização comunista continua a preceito, para que não falte fôlego à vitória final.» («Jornal da Noite» - SIC)

«À falta de "via verdes" para o renascimento do PCP, o Secretário-geral apelou a uma velha receita: Avante, camaradas!» («Último Jornal» - SIC)

O assinar do ponto

Quem tenha escolhido, no passado Sábado, a cobertura de um único serviço noticioso de um determinado canal de televisão, pode ter ficado superficialmente com a ideia de que, de certo modo aparentando uma inversão de comportamentos mais recentes, esse canal escolhido - fosse ele qual fosse - até tinha estado presente na última Conferência do PCP! Mesmo que essa cobertura mais uma vez tenha surgido envolta no tom habitual e familiar que não disfarça o ar de quem vai cumprir um frete: «assinar o ponto» da reportagem, para depois eventualmente esgrimir argumentos e alibis em comparativas contabilidades futuras.

Mas a leitura, mais concentrada e em bloco, das várias citações que, entre tantas outras, fomos buscar às manchetes ou aos textos *off* das peças organizadas pelos vários jornais televisivos dos quatro canais (uma justaposição que raramente é assim vivida pelo espectador comum) já nos deixa perceber melhor estarmos perante uma sintonia estratégica que acaba por revelar-se perversa, se atendermos a estas claras e objectivas observações:

- as deturpações dos conteúdos, as considerações opinativas dos jornalistas, as sínteses incorrectas ou abusivas, as meias-verdades parcialmente sugeridas, para logo a seguir serem transfiguradas; ou, pior, a atribuição de aparentes «discursos directos» a oradores que de forma alguma assim os enunciaram, deles fazendo deprender intenções e conclusões jamais assim proferidas (em televisão, as aspas são algo que é invisível); ou, mais grave ainda, a elaboração capciosa de textos *off* de ligação que apenas servem para que os excertos com som de discursos, montados de forma parcial, neles venham inserir-se com uma lógica-outra que a lógica original - tudo isto são processos correntes de manipulação numa comunicação social televisiva em geral irresponsável que, por este caminho, brevemente se arrisca ao completo e universal descrédito, já que, em maior ou menor grau e consoante as tendências de exclusão ou valorização político-partidária, dominantes em cada canal, aparentemente atinge todos os partidos;

- sendo fortemente improvável, entretanto, que o espectador veja todos os telejornais em teoria à sua disposição (cujas citações, acima transcritas de forma dispersa e alternada, propositadamente transmitem essa outra ideia de «discurso fragmentário e transversal» que é a pedra de toque de todos eles) basta, mesmo assim, que agrupemos de forma concentrada as correspondentes a cada um desses telejornais para afinal vermos curiosas e transparentes similitudes nas várias estratégias de informação que se pretendem alternativas e/ou concorrentes - ou seja: um «toque a reunir», uma uniformidade ideológica e preconceituosa no que às notícias sobre o PCP se refere, atitude particularmente gravosa e intolerável que não é de mais salientar.

Esclarecido, assim, em breves notas, que jamais as aparências nos iludirão, sejamos entretanto justos que baste: foi, apesar de tudo, impossível às várias televisões ignorarem o imenso trabalho de reflexão interna do PCP numa conferência em que, ao invés do que é comum nas jogadas mediáticas de outros partidos, a realidade do seu funcionamento não é para ser iludida com golpes de magia ou golpadas de barões e sensibilibidades, antes se discute frontalmente em meio de uma transparente responsabilidade colectiva.

Mesmo que isso profundamente desagrade aos estagiários, repórteres, chefes de Redacção e editores dos telejornais que por aí há.

de FOICE

O Maestro

O Maestro morreu. A notícia chegou inesperada, com o inesperado que a morte sempre tem, ainda o dia não despontara.

Saber do inevitável nem por isso torna mais fácil a sua aceitação. O Maestro morreu. É preciso repetir as palavras, uma e outra vez, para interiorizar o facto, até o sentido da perda encontrar o seu lugar, algures na galeria de sentimentos que todos guardamos dentro de nós.

O Maestro morreu. Devagar, como quem receia acordar dores de outras mortes, a memória enche-se de músicas e cada música é uma memória de outros tempos, de outras vidas.

"Acordai, homens que dormis..." - era o tempo em que todas as noites eram clandestinas, quando escrever numa parede um grito à liberdade podia ser o bastante para sofrer a prisão.

"Terra Pátria, serás nossa..." - as canções do Maestro afugentavam os medos que punham o coração a galope, enquanto mãos trémulas desenhavam nas paredes as palavras proibidas, na mais clandestina de todas as noites.

"Quem te pôs na orelha essas cerejas, pastor? São de cor vermelha, vai pintá-las de outra cor..." - era a revolta e a raiva feitas canções, a dizer o luto de um povo amordaçado e agrilhoado.

"... Deita as mágoas fora, carneiros é o que mais há..." - era a irreverência de José Gomes Ferreira de mãos dadas com a música do Maestro, tornada nossa em dias de Primavera, num tempo em que inventar a felicidade foi crime punível com pena máxima.

Terá sabido o Maestro como a sua música foi bálsamo, foi ânimo, foi coragem para quem escolheu viver de pé, como ele?

Terá o Maestro alguma vez imaginado que a sua música, nem sempre fácil para ignorantes ouvidos, mais afeitos ao ruído ou ao silêncio, abriu caminhos ao entendimento?

Terá sonhado o Maestro que lhe reinventámos a música, em desafinadas vozes, tornando-a canções de embalar os filhos nascidos quando o tempo se fez de esperança?

O Maestro morreu. Da madrugada cinzenta de Novembro o dia nasceu envolto de brumas, como quem chora de mansinho um amigo que desta vez não volta.

O Maestro morreu e milhares de homens e mulheres como eu sentiram de certeza uma enorme vontade de cantar, um nó na garganta e uma humidade estranha nos olhos.

O Maestro morreu. A sua figura pequena, óculos grossos, cabeleira rebelde, braços em voo de pássaro inquieto, não voltará a pisar nenhum dos palcos da vida em que tão intensamente viveu, nem a sorrir aos milhares de homens e mulheres como eu que gostariam de lhe ter agradecido o entendimento das coisas que nos deu.

O Maestro morreu. Já não há "papoulas nos trigais" para que as possamos "pintar de luto", como na canção. Que sejam então vermelhas as cores da despedida. Que o País se encha de música para lhe prestar a merecida homenagem. Pessoas como ele, afinal, só morrem no esquecimento e no coração dos homens que desconhecem a grandeza do amor, da dignidade, da dedicação ao Povo a que pertencem.

■ AF

O Maestro morreu

Fernando Lopes-Graça, o Maestro, faleceu na madrugada de 28 de Novembro, em Cascais, com 87 anos. Figura ímpar da cultura portuguesa deste século, lutador antifascista, militante comunista e cidadão exemplar no seu empenhamento e combate pelos valores da liberdade, da democracia e do progresso social, o seu desaparecimento constitui uma perda dolorosa que enluta o País. Às sentidas homenagens fúnebres que

lhe foram prestadas, quer na Academia de Amadores de Música, onde o corpo esteve em câmara ardente, quer no cortejo fúnebre para o cemitério de Trajouce, em Cascais, associaram-se destacadas figuras públicas nacionais e muitos populares que assim quiseram dar testemunho do profundo apreço pelo querido Maestro, como era conhecido. O Secretariado do CC do PCP - em nota que publicamos em separado - rendeu

homenagem a Lopes-Graça e enviou um telegrama de condolências. Também a Comissão Concelhia de Cascais e o executivo da DORL do PCP manifestaram publicamente o seu pesar pelo desaparecimento do camarada e amigo.

No funeral, o PCP fez-se representar por uma delegação oficial composta por Carlos Carvalhas, Álvaro Cunhal, Carlos Brito, José Casanova, Octávio Pato e Aurélio Santos. Do elogio

fúnebre, prestado pelo camarada Álvaro Cunhal, reproduzimos os excertos mais significativos.



Vozes ao alto

- Excertos do discurso de Álvaro Cunhal no funeral de Fernando Lopes-Graça

(...) A talentosa inspiração e criatividade individual de Lopes-Graça busca raízes no património que investigou, inventariou e estudou da música popular - expressão da criatividade do nosso povo —, da salvaguarda do folclore musical nas suas mais profundas e históricas raízes nacionais.

Audacioso pioneiro na busca e na descoberta de novos valores musicais, Lopes-Graça levava a música ao povo, certo de que o ouvido musical do povo, livre de preconceitos, está apto a apreciar e a entender.

(...) Lopes-Graça mostrou que a criatividade artística não exclui a prioridade, a profunda sinceridade e alegria em levar a música aos trabalhadores, aos camponeses, aos jovens, aos intelectuais, aos sectores sociais do campo antifascista, e em comunicar pela música elementos formativos do valor popular e da consciência democrática.

Errado seria entretanto concluir que Lopes-Graça, o compositor, o artista, concebia ou aceitava a criação artística como um instrumento submetido a interesses políticos de conjuntura. Muito justamente, Lopes-Graça, o artista, o compositor, tinha convicções estéticas próprias e defendia e praticava com coerência e coragem a liberdade de criação artística que por natureza é liberdade, é audácia, é insatisfação, é mesmo por vezes inconformismo, irreverência e rebeldia.

(...) Há poucas semanas, no mês de Outubro, numa iniciativa festiva e cultural do Partido Comunista que se realizou no Centro de Trabalho Vitória em Lisboa, numerosos camaradas tiveram o privilégio de se despedirem de Lopes-Graça na última intervenção pública da sua vida.

(...) Ali apresentou pela primeira vez, executada pelo pianista Nuno Barroso, a sua obra *Preito à Memória de Francisco Miguel - Uma vida heróica*, obra que é também em si mesma, agora que Lopes-Graça nos deixou, um preito à memória do grande artista que nessa obra deu testemunho da sua profunda e sentida compreensão da natureza e da luta do partido a que ligou meio século da sua vida, o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

(...) Ali também, nessa iniciativa, não só dirigiu a execução, pelo Coro da Academia dos Amadores de Música, de algumas das suas *Canções Heróicas* como juntou a sua voz, cantando em coro com todos os presentes, o célebre refrão da *Jornada*:
Vozes ao alto, vozes ao alto
Unidos como os dedos da mão
Havemos de chegar ao fim da estrada
Ao sol desta canção.

Tomemos esse belo momento da sua vida, que a doença quis fosse próximo da morte, como que uma última afirmação, uma última mensagem e uma última vontade do grande artista, do grande compositor, do grande camarada que foi Fernando Lopes-Graça.

Vozes ao alto, afirmando e defendendo com convicção e coerência a razão de ser da existência e da história do nosso Partido, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, de pé, dedicados, firmes e unidos como os dedos da mão - continuamos a luta pela liberdade e pela democracia e estamos confiantes em que **chegaremos ao fim da estrada**, à construção de uma sociedade nova e melhor pela qual, como artista e como cidadão, lutou, ao longo da vida, Fernando Lopes-Graça.

Homenagem a Lopes-Graça

O falecimento de Fernando Lopes-Graça, ocorrido na noite passada, constitui uma grande perda para a arte, para a cultura e para o país.

Fernando Lopes-Graça é reconhecido como um dos maiores compositores de toda a nossa história musical, destacando-se, entre numerosas obras de grande valor, o Requiem pelas Vítimas do Fascismo em Portugal, a História Trágico-Marítima, o Canto de Amor e de Morte, o ciclo de canções «As mãos e os frutos», com poemas de Eugénio de Andrade e as mais de três centenas de canções corais. A sua última obra - o *Preito à Memória de Francisco Miguel* - foi apresentada em estreia absoluta no acto inaugural do espaço cultural do Centro Vitória do PCP, há mês e meio.

O reconhecimento nacional e internacional da sua obra traduziu-se em numerosos prémios que lhe foram atribuídos e distinções que lhe foram conferidas.

Em 1984, no Festival para a paz, realizado em Moscovo, assiste à primeira execução no estrangeiro do Requiem. Em 1986, está presente em Cracóvia

na estreia mundial da obra *Em Louvor da Paz*.

O grande compositor e pedagogo foi também um notável investigador do património musical popular e um incansável divulgador da cultura musical no nosso país. A sua infatigável intervenção de intelectual que vivia como poucos os problemas do nosso povo e do nosso país projectou-se numa vastíssima obra onde aborda os mais diversos domínios da cultura e da cidadania.

Com efeito, se o país acaba de perder um dos maiores vultos da sua cultura deste século, perde também um cidadão ímpar e exemplar.

Lopes-Graça foi desde a sua juventude um firme resistente à ditadura fascista. Foi preso pela primeira vez em 1931 e desde então alvo das maiores perseguições por parte dos governos de Salazar, que não só o impediram de ensinar em estabelecimentos públicos, mas até lhe anularam o seu diploma de professor.

O Maestro, como era conhecido, não só não cedeu à repressão, como intensificou a sua participação na luta antifascista. Esteve activamente ligado ao MUD, a partir de 1945, tendo composto por esta altura um conjunto de canções de resistência - «As Heróicas» - ainda hoje lembradas e cantadas. Entre 1947 e 48 funda o Coro da Academia de Amadores de Música que divulgará pelo país tanto as «Heróicas», como canções populares, muitas delas resultado da sua obra de investigador.

Em 1948, torna-se membro do PCP onde militou sempre atento e participante até aos derradeiros dias da sua vida.

Depois do 25 de Abril, a par da permanente actividade de criador musical,

esteve sempre presente na luta pelo desenvolvimento democrático do país e, posteriormente, pela defesa das conquistas democráticas do nosso povo.

O Partido Comunista Português presta uma fraterna e respeitosa homenagem à memória de Fernando Lopes-Graça, certo que ela perdurará na sua obra e na história da sua vida como um exemplo inspirador para as jovens gerações.

28 de Novembro de 1994
O Secretariado do Comité Central
do Partido Comunista Português